Biblioteca

Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Semanário

Director: António Dias Lourenço

Ano 53 – Série VII – N.º 616
17 de Outubro de 1985
Preço: 40$00

Propriedade do Partido Comunista Português Dir./Red. – Soeiro Pereira Gomes, 1699 Lisboa-CODEX Tel. 76 97 25 – Telex 18390 Composição e impressão – Heska Portuguesa Distribuição – *CDL*, R. Santos Dumont, 57-2.º – 1000 Lisboa

HÁ 8 ANOS NO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO O PPD/PSD É RESPONSÁVEL PELO CAOS DO ENSINO

Págs. 3, 4 e 5/**Em Foco**

MEIO MILHÃO DE DESEMPREGADOS HERANÇA DE NOVE ANOS DE POLÍTICA DE DIREITA

Pág. 6/**Semana**

LEI DAS RENDAS UM CRIME PS/PSD/CDS CONDENADO PELO VOTO DE 6 DE OUTUBRO

Páginas centrais/**Semana**

JÁ DEMITIDO GOVERNO PS/PSD AINDA DECRETA CONTRA O PODER LOCAL DEMOCRÁTICO

Págs. 10 e 11/**Semana**

O PCP e a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro

Resolução do Comité Central do PCP

Págs. 3, 4 e 5/**Semana**

Editorial

Avante!
Ano 53 – Série VII
N.º 616
17 de Outubro de 1985
1.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Nova situação — novas tarefas

A importância e as consequências próximas e remotas para Portugal e para o Povo português das eleições de 6 de Outubro e dos seus resultados globais em termos políticos, sociais e até morais — em que avulta a pesada derrota sofrida pelas forças e coligações de direita no seu conjunto, incluindo o PS de Mário Soares — estão ainda por avaliar em toda a sua extensão e profundidade.

É fora de dúvida que certas questões essenciais da actualidade nacional foram aclaradas e outras de relevante importância não se apresentam ainda claras. Só os factos posteriores, independentemente da natureza e sentido dos acontecimentos, virão clarificá-las.

As grandes conclusões já podem, porém, ser tiradas e essa foi a preocupação imediata dos comunistas.

O exame dos resultados eleitorais em 10 de Outubro pelo Comité Central do PCP, quatro dias depois das eleições, representa uma contribuição de inestimável valor que só os comunistas poderiam dar para a interpretação correcta das alterações produzidas na situação nacional e para o reconhecimento das perspectivas reais abertas para uma alternativa política e uma política alternativa aos dois anos de governo e de desastre legados pela coligação PS/PSD.

«A situação continua a ser complexa. Muitos aspectos da nova situação não são ainda claros» — diz-se na Resolução saída da reunião do Comité Central do PCP.

«Pode entretanto afirmar-se que, a par dos perigos e incertezas que subsistem, existe a perspectiva de uma nova fase da democracia portuguesa caracterizada pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do País.»

Estes são, na realidade, os dois traços mais salientes da situação nacional após as eleições antecipadas de 6 de Outubro.

Um dos factores de maior complexidade da situação actual reside na impossibilidade prática de se constituir na nova AR, sob a égide do partido mais votado ou de qualquer outro, uma maioria parlamentar governante estável, o que coloca com força no imediato a necessidade de uma nova fórmula de governo como a que é proposta pelo PCP — a de um Governo Democrático de Salvação Nacional.

Mesmo sem serem ainda conhecidos os resultados eleitorais definitivos, os números provisórios já conhecidos, que não sofrerão alteração significativa com os votos da emigração, mostram que o partido mais votado — o PSD — apenas com 29,8% dos votos e pouco mais de um terço dos mandatos não tem legitimidade para governar sozinho e sobretudo para tentar impor um projecto político que não recolheu o apoio da maioria dos portugueses.

O PSD, tendo absorvido apenas 156 000 dos 164 966 votos no Continente e Regiões Autónomas perdidos pelos seus ex-parceiros da antiga «AD» — o CDS e o PPM — relativamente a 1983, não pode aspirar a reconstituir sob a sua direcção a defunta coligação da direita derrotada em 25 de Abril daquele ano.

Seria o cúmulo da desvergonha se as ambições hegemónicas da direita encontrassem agora no PS a muleta necessária para se guindar à direcção do Estado.

Os perigos de que isso aconteça não estão definitivamente afastados.

É fora de dúvida que a reacção, derrotada em 6 de Outubro, «tudo fará — como é dito na Resolução do Comité Central — para retomar nas novas condições e com soluções governativas diferentes a política contra-revolucionária que estava a ser realizada pelo Governo PS/PSD e que foi agora sustida e derrotada».

O plano contra-revolucionário calendarizado para o 1.º semestre deste ano entre o PS e o PSD — interrompido pela ruptura da coligação governamental e pela dissolução da AR em 14 de Julho, agora rotundamente derrotado nas eleições de 6 de Outubro e ainda não denunciado pelos dois partidos que entretanto negociam entre si novas coligações e novas alianças de governo e de assalto ao Poder Local — constitui ainda uma ameaça potencial à democracia.

Os perigos de retomada do acordo contra-revolucionário podem reactivar-se se o PS cair na total abjecção política e ideológica de se deixar engrenar, sob a direcção e ao serviço das ambições de Soares, na máquina de trituração da direita onde se transformaria num simples rodízio da reacção e dos interesses imperialistas.

«Coligando-se com a direita — diz-se na Resolução do CC do PCP — para fazer e dirigir a política da direita e conduzindo assim o País ao desastre, Mário Soares conduziu também a um verdadeiro desastre o seu próprio partido.»

Terá o PS colhido da instrutiva experiência as necessárias lições?

Tudo indica que não. O que está a passar-se na preparação das eleições autárquicas de 15 de Dezembro é um indicativo de que o PS se dispõe de novo a prevaricar numa política de suicídio.

As coligações políticas e os entendimentos que se negociam presentemente contra as autarquias dirigidas pela APU entre o PS e o PSD mostram que a ruptura da coligação dos dois em 4 de Junho por iniciativa de Cavaco Silva foi um golpe dos barões do PSD para desalojar o PS e se assenhorearem directamente do comando das operações no processo da contra-revolução.

As tentativas de novas coligações, naturalmente feridas de ilegalidades, do PS e do PSD, contra as autarquias APU é, no fundo, uma operação reacccionária contra a honestidade, a competência e o trabalho esforçado no Poder Local realizado com o apoio das populações pelos eleitos APU.

Inviabilizadas pelo Tribunal Constitucional as coligações ilegais dos dois partidos, são agora de admitir entendimentos políticos entre os dois parceiros que antes se insultaram mutuamente, no recurso primário a uma solução aritmética cuja expressão política o Povo português rejeitou de maneira categórica nas eleições de 6 de Outubro.

Que a direita tente agora, através do seu partido mais votado — o PSD — atrelar a si o PS para retomar e impor o velho plano contra-revolucionário selado entre os dois é uma manobra compreensível.

Que o PS e Mário Soares se prestem a isso contra a opinião de muitos milhares de socialistas será então mais um acto insensato da direcção soarista que irá mais uma vez, se for avante, custar muito cara ao seu partido.

Compreende-se também porquê o PSD e Cavaco, na provável hipótese de tomarem em breve a chefia do Executivo — mesmo com a base precária que as eleições lhe deram — se mostrem tão benevolentes e se disponham mesmo a integrar como independentes as listas PS nas autarquias dirigidas pela APU.

Irá o PS entrar nesta manobra suicida?

O Povo português não tem outra coisa a esperar de um governo PSD dirigido por Cavaco Silva senão a continuação da política de bancarrota, miséria e fome dos últimos nove anos em que o PSD ocupou durante mais de seis a chefia ou uma posição determinante do Governo.

A precariedade da base política, social e eleitoral do PSD apenas o obrigará a mascarar com medidas demagógicas, que nenhuma solução válida trarão aos gravíssimos problemas nacionais, a sua política real contra os trabalhadores, contra a democracia, contra as camadas intermédias do povo e a favor dos grandes detentores do capital, dos latifundiários, das multinacionais.

Cavaco e os que o rodeiam já deram as suas provas, outros cujos nomes são já apontados para o futuro elenco ministerial são sobejamente conhecidos pelo seu trabalho daninho em governos anteriores. Eurico de Melo, Amândio de Azevedo, Álvaro Barreto, Rui Amaral, Cardoso e Cunha, Morales, Nascimento Rodrigues, Capucho, Seabra, Balsemão e outros foram, e alguns ainda são, conhecidos coveiros da democracia, defensores de interesses que nada têm a ver com os interesses profundos do Povo português, alguns não se limpam dos «fumos da corrupção» a que um ministro da antiga «AD» um dia aludiu.

Cavaco Silva avança já promessas e vai avançando custos prováveis da sua demagogia como o do aumento em mais de um terço da dívida externa que ele já aponta para os 20 mil milhões de dólares.

Bissaia Barreto nem espera pela formação de um novo governo para retomar a ofensiva fascizante contra a Reforma Agrária. O caso da Cooperativa de Conqueiros, de Alvalade-Sado, agora atacada pelos serviços do MAP, reveste-se da mais descarada violação da legalidade.

De tal gente nada há a esperar senão mais miséria, mais fome, mais ruína, mais repressão e atropelos à legalidade democrática.

Apesar destes perigos e manobras antidemocráticas a perspectiva de uma nova fase da democracia portuguesa caraterizada pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do País é uma possibilidade real ao alcance das forças democráticas e patrióticas portuguesas

O aparecimento de um novo partido — o PRD — e a base eleitoral que recolheu em 6 de Outubro, podem, se os seus dirigentes agirem consequentemente com as

condições da sua criação e da sua expressão eleitoral, desempenhar um importante papel na concretização daqueles objectivos. Que caminho vai seguir o PRD? O do seu fortalecimento ou outro que conduziria ao seu fatal enfraquecimento?

A resposta positiva ou a decepção para esperanças que suscitou? A oposição ao PSD e à política de direita ou tolerância e compromissos com ela?

Os resultados das eleições de 6 de Outubro confirmaram que é no terreno do chamado «socialismo democrático» e da social-democracia que o novo partido pode radicar e ampliar a sua base de apoio. Não noutro politicamente indisponível.

Os objectivos programáticos que avança, independentemente das discordâncias que suscitam e podem suscitar, não poderão alcançar-se em áreas políticas cujo reforço é uma condição necessária para a viabilização de uma nova política e de um novo rumo para Portugal.

Concretamente, o reforço da APU nas próximas eleições autárquicas é indispensável para que tais objectivos sejam alcançados.

Sabe-se que nas eleições de 6 de Outubro muitos dos eleitores transferiram o seu voto da APU para o PRD sob a errónea concepção de que era preciso ajudar o novo partido para derrotar a reacção e os dois partidos que à frente do Governo tinham encabeçado o projecto contra-revolucionário.

Nas eleições autárquicas de 15 de Dezembro a confirmação das posições da APU não só é indispensável para a defesa e consolidação do Poder Local democrático e a continuação de um trabalho profícuo que deu os seus frutos ao serviço das populações locais, como é também importante factor para que se mantenha e reforce a perspectiva de uma alternativa democrática na política nacional.

Problemas sociais agudos continuam a exigir a atenção e a mobilização activa das massas populares. Lutar para que sejam urgentemente resolvidos é uma exigência do movimento operário e popular de massas.

O PCP propõe-se levar à próxima Assembleia da República novas propostas de leis que abram caminho à solução do grave problema do desemprego, que acabem com o escândalo dos salários em atraso, que anulem os efeitos gravosos da lei das rendas.

Mas desde já é no terreno da acção de massas que tais problemas reclamam uma imperiosa atenção e devem ser fundamentalmente ponderados e impulsionados.

Até ao fim do ano só na área do distrito de Lisboa mais de 500 000 trabalhadores vão ser afectados pela negociação e actualização dos contratos de trabalho verticais; salários e subsídios continuam por pagar. Lutar contra o agravamento das condições de vida do povo tem de ser uma preocupação permanente.

A luta por uma alternativa democrática trava-se em várias frentes. Intensificá-la é um necessidade objectiva de todos os trabalhadores e todos os portugueses democratas e patriotas.

Resumo

9
Quarta-feira

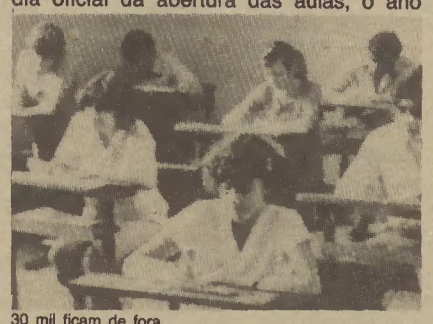
Em nota emanada da Presidência da República, Ramalho Eanes entende iniciar «desde já» as diligências necessárias à formação de novo Governo ■ Analisando os resultados eleitorais, a CGTP-IN salienta que a nova situação política favorece o alargamento do consenso em torno dos problemas nacionais. A Inter sublinha ainda que, «qualquer que seja a solução que vier a ser encontrada», esta terá de ter em conta «as aspirações, as reivindicações e os interesses dos trabalhadores» ■ Os erros nos hábitos de alimentação e a falta de poder de compra estão na base do pouco consumo de leite e manteiga do nosso povo ■ O executivo camarário de Loures aprova o lançamento de um conjunto de obras cujo montante global atinge os 80 mil contos ■ Prossegue o julgamento do «caso FP-25». Dois advogados de defesa abandonam a audiência ■ Os sequestradores do navio italiano «Achille Lauro» rendem-se às autoridades egípcias em Port Said, pondo fim ao sequestro do navio que durava desde segunda-feira ■ Diplomatas da RFA acusam os Estados Unidos de provocarem o impasse nas conversações de Viena sobre redução de tropas na Europa Central ■ A Marinha de Guerra francesa tenta impedir o acesso dos navios da or-

Franceses movem guerra contra «Greenpeace»

ganização internacional ecologista «Greenpeace» de se aproximarem do atol de Mururoa.

10
Quinta-feira

O Tribunal constitucional decide invalidar a reconstituição da A«D» para as eleições autárquicas ■ Apesar de ser o dia oficial da abertura das aulas, o ano



30 mil ficam de fora...

lectivo ainda não começou para cerca de 30 mil alunos, só na região da Grande Lisboa ■ Motim na cadeia dos Viveiros, no Funchal ■ Segundo o Relatório e Contas da Petrogal, o consumo de produtos petrolíferos diminuiu 0,7 por cento no nosso País em 1984 ■ O Sindicato dos Jornalistas apresenta queixa-crime contra a Rádio Renascença ■ Decorre, em Vila Franca de Xira, o V Salão de Artesanato integrado nas festas anuais desta cidade, umas das maiores do País ■ Orson Welles morre em Los Angeles. Tinha 70 anos e a sua obra cinematográfica constitui património universal ■ A Polícia sul-africana assassina mais cinco pessoas, em somente 24 horas ■ A Agência Tass acusa os Estados Unidos de não quererem qualquer redução dos arsenais nucleares

11
Sexta-feira

O Comité Central do PCP salienta que o apoio parlamentar a um governo minoritário do PSD comporta «sérios riscos para os partidos que o prestem». Ao analisar os resultados eleitorais, o PCP sublinha ainda que saiu reforçada a proposta de um Governo Democrático de Salvação Nacional ■ O Tribunal Constitucional nega provimento a um recurso apresentado pelo PSD, pelo que as coligações deste partido com o CDS e o PPM ficam sem efeito ■ A Comissão Política do PS delibera proceder à eleição de uma nova comissão Permanente do partido ■ O Ministério da Educação ainda não autorizou a formação de faculdades de Odontologia ■ Segundo a Comissão Promotora, cerca de 500 personalidades participarão no Congresso do Alentejo, que se realiza em Évora nos próximos dias 25, 26 e 27 ■ O Governo em gestão autoriza a concessão de um crédito de 615 milhões de contos à Lisnave. Parte deste montante provém do Fundo de Desemprego ■ O Parlamento Europeu considera que o orçamento da CEE para 1986 é insuficiente ■ Ronald Reagan ordena o desvio de um avião egípcio que transportava os palestinianos que participaram no sequestro do «Achille Lauro» ■ O presidente brasileiro assina o decreto da Reforma Agrária

12
Sábado

O Tribunal Constitucional também não permite a oficialização da coligação PS-PSD para as eleições autárquicas ■ Termina o seminário promovido pela Gulbenkian sobre «o imaginário na cidade» ■ O Sindicato dos Professores da Região Centro salienta que o Ministério da Educação quer iludir os professores, os pais e a opinião pública ■ Reúne-se, em Lisboa, o Conselho Nacional do PRD ■ A Comissão Directiva do CDS demite-se em bloco ■ A Comissão Pró-Sindical da PSP apresenta queixa-crime contra o secretário de Estado do Trabalho ■ Para Helmut Khol, a União Soviética tem, de facto, «uma verdadeira vontade negociadora» ■ Os Estados Unidos emitem mandato de captura contra o negociador da rendição dos sequestradores do «Achille Lauro»... com validade na Itália ■ O ANC sul-africano mantém conversações com uma delegação do partido oposicionista ao regime racista.

13
Domingo

As populações de Vizela e Lever voltam a boicotar o acto eleitoral ■ Para o MDP-CDE, os resultados eleitorais comprovam que o povo português «continua a votar maioritariamente pelo regime democrático de Abril consignado na Constituição» ■ A selecção nacional de futebol, embora vencendo Malta, tem agora menos esperanças de se qualificar para a fase final do mundial ■ Segundo um estudo da CGTP-IN, os livros escolares custam agora, em média, mais 53 por cento do que em 1984 ■ O Conselho da Comunicação Social é da opinião que a RDP deve continuar a emitir o Programa 2 em Onda Média ■ Um sismo de fraca intensidade faz-se sentir em Évora e arredores ■ O Partido Popular Revolucionário do Kampuchea inicia o seu quinto Congresso, com a presença de 250 delegados ■ A libertação do membro do Comité Executivo da OLP que dirigiu as conversações com os sequestradores do «Achille Lauro» gera crise nas relações entre os Estados Unidos e a Itália

14
Segunda-feira

Segundo estatísticas publicadas pelo Instituto Nacional de Estatística, em Junho mais de 580 mil trabalhadores ou estavam desempregados ou não recebiam o seu salário. ■ A CGTP-IN anuncia a realização, em Novembro, de uma Conferência de Organização Sindical. ■ O Ministro PPD da Agricultura manda entregar mais uma reserva na zona de intervenção da Reforma Agrária, continuando assim o seu ataque contra esta conquista de Abril. ■ Delegações do PPD e do PS reúnem-se em Lisboa para discutir problemas relacionados com as eleições autárquicas. ■ O plenário do Conselho de Imprensa condena as violências policiais sobre os jornalistas. ■ O tribunal proíbe a continuação das gravações do julgamento do «caso FP-25», contra a opinião do seu juiz presidente. ■ Entre Dezembro de 1984 e Setembro deste ano, o Escudo desvalorizou 8,6 por cento. ■ A Fenprof exige o adiamento da segunda fase da colocação de professores, por nada garantir que a primeira fase se tenha realizado correctamente. ■ Inicia-se, em Lisboa, a reunião da Comissão Executiva do Comité Olímpico Internacional. ■ O ministro dos negócios estrangeiros inglês recusa-se a receber dois elementos da OLP. ■ Segundo o porta-voz do Governo polaco, a afluência às eleições que se realizaram no domingo foi de 78 por cento, é hoje noticiado. ■ O Prémio Nobel da Medicina é atribuído a dois médicos norte-americanos pela sua pesquisa relacionada com o colesterol.

15
Terça-feira

Uma delegação da Reforma Agrária é recebida no Palácio de Belém pelo Presidente da República a quem manifesta as suas preocupações pelos ataques renovados do Governo ■ O PCP classifica de fuga do Governo às suas responsabilidades os dois decretos-lei que transferem para o Poder Local a responsabilidade pelo arranjo de 12 mil quilómetros de estrada e pelo realojamento das populações que vivem em barracas ■ Os trabalhadores da Batista Russo paralisam duas horas em defesa dos postos de trabalho e pelo pagamento atempado dos salários ■ A Federação dos Têxteis afirma que os salários em atraso nas empresas do Porto e Braga atingem os 2,7 milhões de contos ■ O plenário do Tribunal Constitucional nega provimento ao recurso interposto pelo PSD relativamente a acórdãos que rejeitavam coligações do PS, PSD e CDS ■ Mikhail Gorbatchev, afirma no decorrer do plenário do Comité Central do PCUS, que a URSS deverá duplicar nos próximos 15 anos o seu potencial económico ■ Dois aviões israelitas violam o espaço aéreo jordano ■ Betino Craxi, chefe do governo italiano, revela que Reagan impôs aterragem em Itália do avião egípcio desviado por caças norte-americanos.

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: *Partido Comunista Português*. Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 – Lisboa CODEX. Tel. 76 83 45

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes – 1699 Lisboa CODEX Tel. 76 97 25/76 97 22

ADMINISTRAÇÃO: Av. Santos Dumont, 57-3.º – 1000 Lisboa

DISTRIBUIÇÃO: *CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL*. Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 - 2.º – 1000 Lisboa Tel. 77 98 28/77 98 25/76 97 51

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 – 1200 Lisboa Tel. 37 22 38

Centro Distribuidor de Évora: Alcarcova de Baixo, 13 – 7000 Évora Tel. 26361

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 – 8000 Faro Tel. 24417

Delegação do Norte Centro Distribuidor do Porto: R. Miguel Bombarda, 578 – 4000 Porto Tel. 69 39 08/69 96 15

Centro Distribuidor de Coimbra: Terreiro da Erva, 6 – 3000 Coimbra Tel. 28394

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-4.º Esq.º – 1000 Lisboa. Tel. 76 64 02

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 – Venda Nova 2700 Amadora. Tel. 90 00 44

PUBLICIDADE CENTRAL: Alameda St.º António dos Capuchos, 6-B – 1100 Lisboa. Tel. 77 69 36/77 67 50 *Porto* – Rua do Almada, 18-2.º Esq.º – 4000 Porto. Tel. 38 10 67

Composto e Impresso na Heska Portuguesa – R. Elias Garcia, 27 Venda Nova – 2700 Amadora

Depósito legal n.º 205/85

Tiragem média do mês de Setembro: 34 668

Semana

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 616
17 de Outubro de 1985
2.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Órgão Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países UNI-VOS!

Ano 53 - Série VII - N.º 615-A
12 de Outubro de 1985
Não pode ser vendido

Semanário
Director
António Dias Lourenço

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

O PCP e a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro

1. Significado global positivo
2. O afundamento do PS, aspecto central da condenação da política de direita
3. Estagnação e isolamento dos partidos de direita
4. A votação e a representação do PRD na Assembleia da República alteram profundamente o quadro partidário
5. As perdas da APU não alteram o seu papel e a sua perspectiva
6. A problemática da formação do novo Governo
7. Avançar a preparação das eleições autárquicas de 15 de Dezembro
8. Novos factores para as eleições presidenciais
9. Por uma alternativa democrática

Amplamente distribuído em todo o país, um «Avante!» especial, com uma tiragem de 300 mil exemplares, foi publicado no passado sábado, levando aos trabalhadores e democratas portugueses a resolução do Comité Central do PCP que na antevéspera estivera reunido analisando a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro. Importante documento que o órgão central do Partido Comunista Português torna a reproduzir, a análise do Comité Central pôde chegar, assim, mais depressa e mais longe, contribuindo para o esclarecimento não apenas dos leitores regulares do «Avante!» mas também de todos os que, comunistas ou não, se interessam pela opinião do PCP sobre um tão relevante acontecimento da vida nacional.

A análise da nova situação criada com as eleições, o significado global positivo dos resultados, as perspectivas abertas, as tarefas a desenvolver no futuro próximo, constam da resolução publicada e amplamente distribuída — um documento de estudo e de trabalho para militantes e activistas, uma peça importante para a compreensão das alterações verificadas em 6 de Outubro.

Não se poderia aguardar pela edição semanal do «Avante!». Não se esperou. Não se podia ficar pela tiragem «normal». Foi-se mais depressa e longe. Como era necessário.

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

O PCP e a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro

Reunido a 10 de Outubro, o Comité Central do Partido Comunista Português aprovou uma resolução «**O PCP e a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro**» que constitui não apenas uma análise aprofundada da nova situação saída do acto eleitoral e do seu significado como, por outro lado, traça as perspectivas e as tarefas que se colocam face aos novos dados políticos.

Depois de sublinhar o significado global positivo destas eleições, favoráveis ao regime democrático, o documento do CC — que publicamos nas págs. 3, 4 e 5 — analisa detalhadamente os resultados.

Chama a atenção o CC de que o afundamento eleitoral do Partido Socialista «**é o aspecto mais significativo da condenação popular da política de direita realizada nos últimos nove anos**», salientando que «**a derrota de Mário Soares e do PS**» deve ser entendida também «**como uma derrota da política e da acção do PSD**».

Quanto aos resultados obtidos pelos partidos da direita, afirma o documento aprovado pelo CC que eles significam uma «**estagnação e isolamento**», no seu conjunto, do PSD e CDS que nada recuperaram do meio milhão de votos perdidos em 1983 pela «AD».

Quanto ao PRD, a votação e representação conseguida pelo novo partido «**alteram profundamente o quadro partidário**», considerando o CC do PCP que «**será pela sua acção**» que o PRD confirmará ou não o papel que pode caber-lhe numa alternativa democrática à política de desastre dos últimos nove anos.

A perda de votos e de deputados, por parte da APU, também cuidadosamente analisada, conduz o CC do PCP a afirmar que tal não modifica a apreciação global positiva dos resultados, embora diminua a possibilidade de uma solução institucional democrática para a crise. Considerando que o PCP e a APU contam com vasto e firme apoio político e social, o CC sublinha que estas forças têm condições «**para recuperar e reforçar ulteriormente o seu apoio eleitoral**».

O documento expressa ainda as conclusões da reunião do Comité Central sobre a problemática da formação do novo Governo, sobre a preparação das eleições autárquicas de 15 de Dezembro e, finalmente, avança as direcções fundamentais da acção partidária cujo desenvolvimento se impõe, a par da luta eleitoral, para o futuro imediato.

José Eduardo dos Santos

A luta do povo pela unidade e pelo socialismo

Colecção «Paz e Socialismo»

edições Avante!

à VENDA

a Talhe de FOICE

A ter em conta

A direita — PS de Mário Soares incluindo, claro — jamais se deu bem com a Constituição. Fizeram a revisão, queriam fazer mais e, acima de tudo, não cumprem.
Este não cumprimento passa por práticas as mais diversas, da aprovação de legislação anticonstitucional até ao quotidiano atropelo dos projectos de lei fundamental por parte dos governos.

Durante a última campanha eleitoral, através de uma intensa e comum operação propagandística, PS e PPD pretenderam criar no espírito da população uma ideia de todo em todo contrária ao que liminarmente estabelece a Constituição da República Portuguesa: a de que existe um automatismo entre «ganhar as eleições legislativas» e constituir Governo.

A manobra envolve vários planos.
Por um lado, tratou-se de veicular a ideia de **apresentar ao sufrágio um primeiro-ministro** (caso de Almeida Santos e de Cavaco Silva). Se a pessoalização das campanhas em torno destas personagens visava claramente o apagamento das responsabilidades colectivas dos dois partidos na catastrófica governação dos últimos anos, simultaenamente viciava-se o teor e a essência das eleições legislativas, destinada a não eleger um homem, mas sim um parlamento.
Por outro lado, insinuava-se que do resultado das legislativas decorre a indicação de um primeiro-ministro obrigatoriamente saído do partido que obtiver maior número de votos (que, portanto, «ganharia»).

Este discurso aparentemente simplista é contrário aos ditames constitucionais — que não estão lá por acaso, tal como não é por acaso que a direita pretende viciá-los.
Estabelece o artigo 190.º da Constituição que «o primeiro-ministro é nomeado pelo Presidente da República, ouvidos os partidos representados na Assembleia da República e **tendo em conta os resultados eleitorais**» (o sublinhado é nosso).
Nada há que indique, portanto, que o Presidente da República deverá escolher para formar governo o partido mais votado.

É evidente que, considerando os restantes preceitos constitucionais, (nomeadamente que a existência do governo depende da aprovação do seu programa pela Assembleia da República, o que obviamente envolve o voto favorável da maioria dos deputados, e que a rejeição do programa envolve automaticamente a demissão do governo), daquele «ter em conta dos resultados eleitorais» faz parte a constatação de quais os apoios parlamentares maioritários à constituição de um governo.

Conforme tem sido repetidamente sublinhado, nenhum partido obteve nas eleições de 6 de Outubro resultados que à partida lhe assegurem (por existência de uma maioria de deputados) a aprovação automática de um programa de um seu governo ou a automática rejeição do programa de qualquer outro. Por outro lado, não estão definidas nem são apresentadas como existentes coligações de partidos cujos deputados, somados, assegurassem a tal maioria.

Nestas condições, e no seguimento da operação de mistificação, vêm agora PS e PPD pretender que a «única solução» é a de um governo minoritário do PPD.

Ora sucede que, não tendo saído das eleições de 6 de Outubro uma maioria parlamentar que apoie um governo, ganham particular relevância outros factores que, em qualquer circunstância, teriam que ser **tidos em conta.**

De entre eles não será sem dúvida o menor o apontado pelo PCP:
«O indesmentível sentido do sufrágio foi o da sua condenação e o de esperança de uma mudança de orientação, no sentido democrático e de efectiva resolução dos problemas do povo e do País da política nacional. Só uma viragem democrática na política nacional será conforme com a vontade expressa pelo povo português nas eleições de 6 de Outubro.»

Imaginar que Cavaco possa ser o protagonista desta evidência que os resultados eleitorais impõem que se tenha em conta é que, de todo em todo, é conclusão que não tem em conta os resultados eleitorais.

■ RC

PCP

Encontros PCP-MDP/CDE e PCP-Partido «Os Verdes»

No Centro de Trabalho do PCP na Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, realizou-se no dia 14 de Outubro um encontro entre uma delegação do PCP constituída por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Carlos Costa, membro da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central e Carlos Brito, membro da Comissão Política, com uma delegação do MDP/CDE constituída por José Manuel Tengarrinha, presidente do MDP/CDE, António Galhordas e Mário Casquilho, vice-presidentes.

As delegações examinaram a nova situação política decorrente dos resultados das eleições de 6 de Outubro, congratulando-se com a derrota globalmente considerada das forças de direita e com a alteração positiva produzida no quadro partidário e na arrumação e correlação de forças sociais e políticas, abrindo perspectivas a um desenvolvimento conducente a uma alternativa democrática.

As delegações confirmaram a decisão dos dois partidos de reforçarem a sua cooperação no domínio da acção política geral e da acção parlamentar, assim como na concorrência, no quadro da APU, às eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

No dia 14 de Outubro, teve também lugar, no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, um encontro entre uma delegação do PCP, constituída por Álvaro Cunhal, secretário-geral do Partido, Carlos Costa e Jorge Araújo, membros da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central com uma delegação do Movimento Ecologista Português/Partido «Os Verdes», constituída por Maria Santos, Hélio Carmona e Manuel Valente Fernandes, membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional.

Militantes do Partido «Os Verdes» concorreram como independentes nas listas da APU às eleições para a Assembleia da República no dia 6 de Outubro e concorrerão, na mesma qualidade, às eleições autárquicas de 15 de Dezembro.

Foi confirmada a vontade de os dois partidos reforçarem os laços de amizade e cooperação.

As delegações do PCP com o MDP/CDE (em cima) e com o partido «Os Verdes» na Soeiro Pereira Gomes

Álvaro Cunhal esta noite no Alvalade

O secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, participa esta noite (21 e 30 h.) numa sessão de esclarecimento no cinema Alvalade, em Lisboa. A nova situação política criada após as eleições de 6 de Outubro estará em foco na intervenção de Álvaro Cunhal e, certamente, no debate com os participantes nesta iniciativa, que vem assim enriquecer o vasto programa do **Encontro** de ideias e de convívio cultural que tem sido dinamizado no Alvalade, por iniciativa da Aliança Povo Unido. Do programa para os próximos dias, em que salientamos desde já um ciclo de cinema intitulado «Questões de História» e uma interessante animação artística e de debates, damos a referência completa na «Agenda» desta edição do Avante!, incluindo o calendário dos filmes previstos até dia 24 (quinta-feira).

Camarada Falecido

José Nobre Madeira

Faleceu esta semana o nosso camarada José Nobre Madeira. O camarada falecido foi membro da URAP e militava na Organização de Freguesia do Barreiro do PCP, tendo sido por várias vezes membro da direcção da colectividade «Os Penicheiros».

Várias vezes preso antes do 25 de Abril, fez parte das comissões de candidatura de Humberto Delgado e Arlindo Vicente.

José Nobre Madeira era pai do nosso camarada Helder Madeira, membro do Comité Central do PCP e presidente da Câmara Municipal do Barreiro.

À família do falecido e a todos os seus amigos, o «Avante!» apresenta as suas sentidas condolências.

Nacional

Tribunal Constitucional anula coligações PSD-PS e PSD-CDS-PPM

O Tribunal Constitucional, reunido em plenário na terça-feira passada, negou provimento ao recurso interposto pelo PSD, relativamente à coligação deste partido com o Partido Socialista prevista para algumas autarquias nas próximas eleições de 15 de Dezembro.

Este é o segundo acórdão do Tribunal Constitucional sobre a matéria, pois, dias antes, negara provimento a um recurso do PSD quanto à coligação deste partido com o CDS e o PPM para as mesmas eleições.

Deste modo ficam inviabilizadas as coligações PSD-PS e PSD-CDS-PPM para as eleições autárquicas, surgindo a decisão do Tribunal Constitucional do facto de o PSD, nos processos elaborados para a existência legal das coligações, não possuir autorização específica do órgão competente do seu partido.

Com efeito, nos processos surgia como irregularidade a falta de registo de Dias Loureiro como secretário-geral do PSD e, quando esse registo foi feito, constatou-se não ter sido feita prova de que fora eleito por órgão competente.

A anulação das coligações não impede contudo que elementos de um partido se integrem na lista de outro partido, aparecendo portanto uma única lista, como aliás já foi anunciado pelo CDS.

PCP

RESOLUÇÃO DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

O PCP e a nova situação política após as eleições de 6 de Outubro

1. A demissão do Governo PS/PSD de Mário Soares, a dissolução da Assembleia da República na qual o PS e o PSD detinham o que chamaram «a maior maioria de sempre» e a realização e os resultados das eleições legislativas antecipadas em 6 de Outubro, traduzem-se numa importante modificação da situação política, susceptível de abrir uma nova fase do regime democrático instaurado na sequência da Revolução de Abril.

2. O primeiro facto de importância central é ter sido interrompido e inutilizado o plano contra-revolucionário da coligação PS/PSD que, segundo os acordos estabelecidos entre os dois partidos, deveria completar-se no primeiro semestre de 1985 com a liquidação das principais conquistas democráticas da Revolução de Abril.

3. O segundo facto é a falência da política de direita e dos governos de coligações de direita (com ou sem o PS) e a dificuldade de refazer, depois das eleições de 6 de Outubro, o mesmo sistema de governo.

4. O terceiro facto saliente (com a criação do PRD e os resultados que obteve) é a alteração do quadro partidário, confirmando a análise da situação nacional feita pelo PCP, designadamente no seu X Congresso realizado em Dezembro de 1983. Ou seja: a não correspondência entre a arrumação das forças sociais e a arrumação dos partidos e seus eleitorados; a desadaptação e a instabilidade do quadro partidário de então; a existência de um vastíssimo campo social politicamente vazio que oferecia condições objectivas para a criação de novos partidos democráticos.

5. Trata-se de importantes alterações na situação política com inevitáveis consequências a curto, a médio e a longo prazo.

6. A situação continua a ser complexa. Muitos aspectos na nova situação não são ainda claros.

A reacção tudo fará para retomar, nas novas condições e com soluções governativas diferentes, a política contra-revolucionária que estava a ser realizada pelo Governo PS/PSD e que foi agora sustida e derrotada.

Pode entretanto afirmar-se que, a par dos perigos e incertezas que subsistem, **existe a perspectiva de uma nova fase da democracia portuguesa caracterizada pela sua consolidação e pela concretização de uma nova política ao serviço do povo e do País.**

Reunião Plenária do Comité Central do PCP, em 10 de Outubro no Centro de Trabalho da Soeiro Pereira Gomes, em que foi aprovado o presente documento

1

Significado global positivo

1. O significado global dos resultados das eleições antecipadas para a Assembleia da República **é a vigorosa condenação popular da política de direita realizada nos últimos nove anos por sucessivos governos de coligação com a participação do PS, do PSD e do CDS e ultimamente pelo Governo PS/PSD tendo como primeiro-ministro Mário Soares.**

2. Os partidos responsáveis pela política dos últimos nove anos (PS, PSD e CDS) sofreram **em conjunto** uma pesada derrota. Os resultados das eleições confirmaram a diminuição substancial da sua base de apoio social, político e eleitoral.

3. O PCP tinha definido três grandes objectivos para as eleições de 6 de Outubro:

1.º — Atirar definitivamente para a rua o Governo de Mário Soares/PS/PSD;

2.º — Pôr termo à política de direita e aos governos de direita (com ou sem o PS);

3.º — Criar condições para a formação de um governo que ataque com decisão e resolva os gravíssimos problemas nacionais criados pela política de restauração monopolista dos governos dos últimos nove anos.

Os resultados das eleições de 6 de Outubro constituem importante passo para que estes objectivos sejam alcançados.

4. Mário Soares e o Governo PS/PSD largarão o Poder num futuro próximo imediato. De momento, é praticamente impossível refazer a coligação do PS com o PSD. Não são possíveis, no novo quadro parlamentar, outras coligações maioritárias de direita, na base de dois partidos, com ou sem o PS.

5. Os resultados das eleições de 6 de Outubro constituem uma derrota efectiva da estratégia e da política contra-revolucionária da direita e um importante passo para afastar os perigos mais graves que pesavam sobre o País antes da demissão do Governo PS/PSD e da dissolução da Assembleia da República.

6. O Comité Central confirma a apreciação de que, apesar da diminuição de votos e deputados da APU, **os resultados das eleições de 6 de Outubro, globalmente considerados, são favoráveis ao reforço do regime democrático.**

2

O afundamento do PS, aspecto central da condenação da política de direita

1. O afundamento do PS é o aspecto mais significativo da condenação popular da política de direita realizada nos últimos nove anos, designadamente pelo Governo PS/PSD, tendo Mário Soares como primeiro-ministro.

2. Nem o uso e abuso das funções governativas e dos recursos do Estado para fins eleitoralistas, nem a demagogia e a manipulação mais vergonhosa dos meios de comunicação social, designadamente da RTP e da RDP, nem o dinheiro a rodos gasto na campanha, evitaram a clamorosa derrota de Soares e do PS.

3. A derrota do Governo PS/PSD tornara-se de há muito inevitável pela luta popular e pela situação desastrosa a que conduziu o País.

4. **A derrota de Mário Soares e do PS, não foi contudo apenas uma derrota do PS mas também uma derrota da política e da acção do PSD.** Foi na realidade a expressão do fracasso e da derrota da política de direita dos últimos anos e, nomeadamente, da política de direita realizada pelo PS e pelo PSD no Governo.

5. A perda pelo PS de mais de 850 000 votos e de 44 deputados traduz a particular responsabilidade de Mário Soares e do PS na realização da política de direita e na liderança do processo contra-revolucionário, uma vez que (conforme os próprios dirigentes socialistas afirmavam) não teria sido possível, sem a participação do PS, realizar as principais medidas de carácter antipopular e antidemocrático.

6. Coligando-se com a direita para fazer e dirigir a política de direita e conduzindo assim o País ao desastre, Mário Soares conduziu também a um verdadeiro desastre político o seu próprio partido.

7. Mário Soares, secretário-geral do PS e primeiro-ministro, primeiro responsável da política prosseguida nos últimos anos, fugindo a defender ele próprio a sua política e o seu partido perante o eleitorado e passando a tarefa a. Almeida Santos, não deu certamente mostras de coragem política e de noção das responsabilidades. A fuga às responsabilidades não alterou, porém, o resultado: o grande derrotado nas eleições foi o próprio Mário Soares.

8. Derrotado clamorosamente nas eleições de 6 de Outubro, o PS encontra-se perante uma alternativa: ou rectifica a sua orientação de coligações com a direita e de política de direita, ou prossegue essa política e condena-se a perder ainda mais a sua base de apoio, a afundar-se ainda mais, a secundarizar a sua intervenção na política nacional.

A insistência nas coligações do PS com o PSD para as eleições autárquicas mostra que o grupo dirigente do PS parece não estar a colher a lição das eleições legislativas, cujos resultados não podem deixar de ser motivo de uma séria reflexão para os militantes do PS.

9. As eleições de 6 de Outubro marcam para o PS o fim do papel de «charneira» que atribuiu a si próprio e que lhe permitiu durante alguns anos coligar-se ou com o PSD ou com o CDS para realizar a política de direita.

▶

PCP

4

A votação e a representação do PRD na Assembleia da República alteram profundamente o quadro partidário

1. A votação e o número de deputados do PRD, excedendo aliás a generalidade das previsões, confirmam a justeza da análise do PCP acerca da possibilidade e mesmo da inevitabilidade da formação de novos partidos democráticos com condições objectivas para alcançarem um largo apoio social, político e eleitoral.

2. O PCP confirma a opinião, exposta durante a campanha eleitoral, segundo a qual o PRD podia ter um papel positivo para a alteração da arrumação e correlação das forças partidárias na Assembleia da República e, consequentemente, contribuir para uma solução constitucional da profunda crise política, económica, financeira, social e moral em que Portugal se encontra.

3. Os resultados alcançados pelo PRD, alterando substancialmente a arrumação e a correlação de forças partidárias e diminuindo as possibilidades de coligações de direita (com ou sem o PS), podem considerar-se um acontecimento positivo na conjuntura política existente.

4. Subsistem entretanto numerosas indefinições e legítimas interrogações acerca da actuação e do comportamento do novo partido na política nacional. Em relação a diversas importantes esferas da política nacional, existe o risco de o novo partido não se diferenciar sensivelmente da política realizada nos últimos anos. Não está também excluído que possa chegar a entendimentos com o PSD e outros partidos que comprometam ou atrasem uma saída democrática para a crise.

5. Será pela sua acção que o PRD confirmará ou desmentirá a sua capacidade de desempenhar o importante papel que lhe pode caber para a consolidação do regime e para uma alternativa democrática e nacional à política de desastre dos últimos nove anos.

3

Estagnação e isolamento dos partidos de direita

1. Os dois partidos da direita (PSD e CDS), em conjunto, não alargaram praticamente a sua base de apoio. Dos 190 mil votos ganhos pelo PSD, mais de 130 mil foram de anteriores eleitores do CDS. A percentagem conjunta dos dois partidos manteve-se estacionária (39%).

2. É particularmente significativo que, em conjunto, PSD e CDS nada recuperaram do meio milhão de votos que os partidos da «AD» tinham perdido em benefício do PS nas eleições de 1983.

3. O PSD só não acompanhou o PS no desastre eleitoral porque, tomando consciência da amplitude e força do movimento popular de resistência à política do Governo PS/PSD e da inevitabilidade da sua derrota próxima, lançou uma grande campanha demagógica, desresponsabilizou-se escandalosamente da política do Governo, personalizando a sua acção em torno de um novo líder, desferindo hipocritamente violentos ataques contra a política de que é co-responsável, aparentando ser um partido de oposição e pretender uma nova política, fazendo as mais fantasiosas promessas. Mas é inegável que a política do PSD foi igualmente derrotada.

4. O êxito eleitoral do PSD é muito limitado, conjuntural, contingente e sem grandes perspectivas:

a) porque com 29,8% do votos não tem legitimidade política, nem condições para governar sozinho;

b) porque, mesmo somando os 29,8% aos 9,8% do CDS, ficou muito longe da maioria de votos e de deputados necessários para reconstituir a «AD», como pretendia;

c) porque, apesar de prosseguir actualmente a colaboração com o PS no Governo e alianças com o PS para as eleições autárquicas, se torna muito difícil, depois dos conflitos verificados e da inversão da posição eleitoral dos dois partidos, refazer a maioria parlamentar como base de uma coligação governamental PS/PSD;

d) porque, apesar de o PSD ter sido o partido mais votado, não só lhe será difícil constituir governo, como, constituindo-o com apoio indispensável de outros partidos, lhe será impossível manter a estabilidade governativa.

5. Tendo em conta que, mesmo no curto período de 1980/83 de maioria «AD», os partidos da direita nunca estiveram em condições de realizar a sua política sem o colaboracionismo de M. Soares e do PS, a situação resultante das eleições, com uma posição minoritária e com a queda vertical do PS, torna mais difícil um governo de direita com um mínimo de estabilidade.

6. Assim, apesar de o PSD ser o partido mais votado, os partidos da direita (PSD e CDS) justamente considerados em conjunto dado que os seus objectivos e programas pouco se diferenciam, nada ganharam com as eleições salvo o PS ter ficado atrás do PSD.

7. Sem qualquer reforço da sua base social, política e eleitoral de apoio, comprometida no imediato uma aliança governamental com o PS, ficaram o PSD e o CDS mais isolados, com maiores dificuldades de realizarem a sua política e sem perspectivas favoráveis.

5

As perdas da APU não alteram o seu papel e a sua perspectiva

1. Depois de uma campanha eleitoral caracterizada pela ampla, firme e entusiástica participação de massas, confirmando a solidez inigualável da base social e política de apoio do PCP e o prestígio da Aliança Povo Unido, a APU registou a perda de 130 mil votos e de 6 deputados eleitos. Trata-se de uma perda sensível, em benefício do novo partido, o PRD.

2. Consideram-se como importantes causas da deslocação de votos da APU para o PRD:

a) A dúvida de que a APU pudesse obter votação bastante para constituir governo, em contraste com a credibilidade de uma alternativa com um partido estreitamente ligado ao Presidente da República.

b) A ideia da necessidade de assegurar uma boa votação ao PRD, uma vez que se considerava positivo o seu aparecimento no quadro partidário.

c) A consequente ideia do «voto útil» para uma viragem democrática.

3. A perda pela APU de votos e de lugares na Assembleia da República, sem modificar a apreciação global positiva dos resultados eleitorais, diminui no imediato a possibilidade de uma solução institucional democrática para a crise.

4. O Comité Central recorda que, ao longo da campanha eleitoral, o PCP sublinhou duas condições essenciais para que o novo partido pudesse vir a desempenhar um papel positivo para uma alternativa democrática:

a) A primeira, alcançar, para a eleição dos seus deputados, votos de eleitores que anteriormente tivessem votado no PS, no PSD e no CDS;

b) A segunda, que, simultaneamente, se reforçasse a votação na APU e a representação parlamentar do PC, do MDP/CDE e de outros democratas da Aliança Povo Unido.

5. A primeira condição verificou-se no fundamental. Não se verificou a segunda. Embora subsistam condições básicas mais favoráveis que antes das eleições para uma evolução da vida política conduzindo a uma alternativa democrática, o facto de não se ter reforçado a posição do PCP na Assembleia da República não é favorável ao aprofundamento daquelas condições e torna mais incerto o papel do PRD num futuro próximo imediato.

6. Esta realidade, que os acontecimentos poderão comprovar a curto prazo, revelará as incompreeensões e ilusões daqueles que, tendo votado anteriormente na APU, e continuando politicamente a apoiar a APU, se decidiram pelo que julgaram ser o «voto útil» no PRD.

7. O Comité Central examinou também o aumento, embora muito limitado dos votos nos partidos e grupos esquerdistas, traduzindo o desespero provocado pela gravíssima situação social. Estimulados pela Comunicação Social, as ilusões criadas por estes grupos transformaram em votos perdidos muitos votos de esquerda. Torna-se necessário examinar, mais profundamente, todas essas situações e tomar as iniciativas apropriadas.

8. O PCP e a APU contam com vasto, firme e dinâmico apoio social e político. O PCP e a APU têm todas as condições para recuperar e reforçar ulteriormente o seu apoio eleitoral.

9. No novo quadro político e partidário resultante das eleições de 6 de Outubro, as perspectivas de desenvolvimento do movimento operário, popular e democrático e do reforço do regime democrático, são nitidamente mais favoráveis do que antes da demissão do Governo PS/PSD e da dissolução da Assembleia da República.

PCP

6

A problemática da formação do novo Governo

1. A formação do novo governo tendo em conta os resultados eleitorais é a primeira prova a que as instituições ficam submetidas depois das importantes alterações de composição da Assembleia da República resultantes das eleições de 6 de Outubro.

2. O Comité Central sublinha duas questões fundamentais a considerar relativamente à formação de um novo governo: **a política a seguir e a composição do governo** no actual quadro parlamentar.

3. Quanto à política a seguir, o resultado das eleições expressou de maneira clara o repúdio da seguida pelo Governo PS/PSD. O indesmentível sentido do sufrágio foi o da sua condenação e o de esperança de uma mudança de orientação, no sentido democrático e de efectiva resolução dos problemas do povo e do País, da política nacional. Só uma viragem democrática na política nacional será conforme com a vontade expressa pelo povo português nas eleições de 6 de Outubro.

4. Quanto à composição do governo, levantam-se sérias dificuldades institucionais:

1.º — Nenhum partido tem maioria absoluta de deputados;

2.º — PSD e CDS juntos (com o total de 39% dos votos) ficaram muito longe da maioria;

3.º — Não é previsível nas condições presentes que as maiorias numéricas de dois partidos (do PSD com o PS e do PSD com o PRD) se transformem em maiorias políticas servindo de suporte a coligações governamentais;

4.º — O PSD, apesar de ser o partido mais votado (praticamente apenas à custa duma deslocação de votos do CDS) não foi além de 29,8% dos votos, o que lhe tira legitimidade para formar governo minoritário;

5.º – Nenhum partido está em condições de pretender constituir governo apenas com o apoio do seu grupo parlamentar.

5. Assim, sendo respeitados os resultados eleitorais, no seu indiscutível significado político, a Assembleia da República saída das eleições de 6 de Outubro não dá base para a formação de qualquer governo de coligação com suporte maioritário e dificulta e desaconselha a formação de qualquer governo minoritário com apoio directo ou indirecto de outros partidos.

6. Um governo do PSD, (com ou sem o CDS) cuja política continuaria a ser desastrosa, só poderia passar na Assembleia da República com o apoio do PS ou do PRD. Nada permite excluir que tal apoio se verifique, mas, a dar-se, comportará sérios riscos para os partidos que o prestem.

Viabilizando um governo minoritário do PSD, o PS aprofundaria ainda mais a sua derrota e a sua subalternização à direita.

Viabilizando um tal governo, o PRD provocaria a desilusão de muitos dos que nele votaram e correria o risco de perder grande parte da credibilidade e do apoio que lhe permitiram alcançar em 6 de Outubro tão elevada votação.

7. O Comité Central do PCP adverte que o que não conseguiu «a maior maioria de sempre» não o conseguirá um partido dispondo de menos de um terço do eleitorado e de pouco mais de um terço dos deputado. Qualquer governo que, por uma ou outra forma pretenda continuar a política de destruição do Governo PS/PSD, está irremediavelmente condenado ao fracasso.

8. Os resultados das eleições e a nova composição da Assembleia da República reforçam o fundamento da proposta do PCP ao País: a formação de um **Governo Democrático de Salvação Nacional,** com a participação de portuguesas e portugueses que, sobrepondo a estreitos critérios partidários e a cálculos eleitoralistas o carácter imperioso de resolver os gravíssimos problemas que o povo e o País defrontam, venham a unir os seus esforços para fazer o País sair da crise em que a política dos últimos nove anos o mergulhou de forma a assegurar o desenvolvimento económico, o melhoramento das condições de vida do povo, a estabilidade económica, social e política, as liberdades e direitos dos cidadãos, o funcionamento regular das instituições democráticas e a soberania e independência nacionais.

9. O Comité Central confirma a disponibilidade do PCP para examinar com outras forças e sectores a possibilidade de viabilizar a formação de um tal governo.

7

Avançar a preparação das eleições autárquicas de 15 de Dezembro

1. A preparação e os objectivos traçados anteriormente para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro, carecendo de ajustamentos, não sofreram alterações essenciais.

2. O Comité Central insiste na necessidade de continuar com prontidão a preparação já muito adiantada das listas da APU alargando a participação unitária de democratas independentes e de diversificados sectores políticos sempre que possível.

3. Mantém-se sem alteração o objectivo geral de ganhar novas Câmaras e Juntas e de reforçar as posições da Aliança Povo Unido nas Câmaras e Assembleia Municipais, nas Juntas e Assembleias de Freguesia.

4. Mantém-se sem alteração o objectivo de fazer frente com sucesso e conseguir derrotar as dezenas de vergonhosas coligações concluídas pelo PS com o PSD com o único fim de tentar tirar à APU a gestão autárquica onde a APU dispõe de maioria absoluta ou relativa, dando exemplo de honestidade, trabalho e competência ao serviço exclusivo das populações.

5. O Comité Central apela aos militantes à activa participação na campanha para as eleições autárquicas de 15 de Dezembro, **com confiança em que o PCP e a APU estão em condições de alcançar os objectivos indicados** para que os problemas das populações sejam resolvidos e o Poder Local Democrático seja defendido e reforçado.

8

Novos factores para as eleições presidenciais

1. Como o PCP previra, os resultados das eleições antecipadas para a Assembleia da República introduziram novos factores em todo o processo e perspectivas das eleições presidenciais.

2. Duas candidaturas de direita já lançadas sofreram rudes golpes. A candidatura de Mário Soares ficou gravemente comprometida pela sua derrota pessoal e pela derrocada do PS nas eleições de 6 de Outubro, nas quais, em vez de 43% de votos pretendidos, o PS obteve menos de metade.

A candidatura de Freitas do Amaral ficou também comprometida pela séria derrota do CDS.

Criou-se assim uma situação mais favorável à apresentação e à vitória de um candidato da democracia.

3. O Comité Central do PCP afirma a posição do PCP: a derrota dos candidatos de direita (incluindo Mário Soares) e o êxito de um candidato da democracia exige o acordo ou o consenso verificado de todas as forças e sectores que, com o seu apoio e os seus votos, têm de assegurar a vitória.

4. Clarificada a correlação de forças pelas eleições de 6 de Outubro, o prolongamento de incertezas e vacilações em relação a uma candidatura democrática só pode dar nova oportunidade às forças da reacção para se recomporem do golpe sofrido e dificultar o desenvolvimento do processo complexo que leve à convergência das forças democráticas.

5. O PCP empenhará os seus melhores esforços para que se alcance esse resultado. A eventual apresentação de um candidato próprio do PCP às eleições presidenciais em nada alterará essa orientação essencial.

9

Por uma alternativa democrática

1. A evolução da situação política nos últimos meses, designadamente com o resultado das eleições de 6 de Outubro, revela claramente a necessidade e a urgência de pôr termo à política de destruição, endividamento, desemprego, fome e miséria dos últimos 9 anos e da realização de uma viragem na política nacional a fim de fazer o País sair da crise e de resolver os graves problemas existentes.

2. **Uma primeira condição** é pôr termo às guerras económica e social que têm caracterizado a acção governativa.

Guerra económica tendo como ponto central a destruição das empresas públicas e nacionalizadas e da Reforma Agrária, com vista à restauração dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifúndios e do seu poder económico e político.

Guerra social, tendo como ponto central o agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores a fim de aumentar os lucros dos capitalistas e a concentração e centralização do capital.

3. **Uma segunda condição** é que a política e a actuação do governo sejam conformes com o regime democrático, assegurando a legalidade constitucional e a estabilidade das instituições democráticas e pondo termo à manipulação da comunicação social estatizada, às tentativas de grave limitação de liberdades e direitos e da liquidação do Poder Local democrático e do princípio da proporcionalidade no sistema eleitoral.

O Comité Central pronuncia-se firmemente contra a revisão antecipada da Constituição, que teria inevitavelmente consequências altamente desestabilizadoras.

4. **Uma terceira condição** é a firmeza de critérios nacionais na política portuguesa, pondo termo a concessões económicas, financeiras, diplomáticas, políticas e militares gravosas da independência e soberania nacionais e adoptando uma política externa de independência, paz, cooperação.

5. O Comité Central insiste na **urgência da mobilização e dinamização dos recursos, energias, capacidades e potencialidades nacionais,** de adoptar uma política económica de recuperação e desenvolvimento para vencer a crise, tendo como grandes direcções o aumento da produção nacional, o saneamento financeiro do País, do Estado e das empresas e o melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e do povo em geral.

6. O Comité Central insiste na **máxima urgência de adopção de um conjunto de medidas imediatas** que dêem solução às injustiças e aos problemas sociais mais flagrantes, designadamente os salários em atraso, os contratos a prazo, as formas de trabalho precário, o salário mínimo nacional, as reformas e pensões, a contenção do aumento dos preços, a revogação da lei das rendas de casa, etc.

7. A par da luta eleitoral, impõe-se o desenvolvimento da acção partidária em algumas direcções fundamentais:

1. **Organizar e impulsionar a luta da classe operária e das massas populares** com objectivos concretos imediatos.

2. **Actuar decididamente para o reforço do movimento sindical em torno da CGTP-IN, assim como de outras organizações e movimentos unitários de massas** (de camponeses, de quadros técnicos e intelectuais, de jovens, de mulheres, de comerciantes e industriais, de reformados e deficientes).

3. **Considerar a unidade dos trabalhadores e a unidade dos democratas e patriotas** como um factor da mais alta importância para alcançar uma alternativa democrática.

4. **Reforçar a organização, a informação, a propaganda, o trabalho de massas** de todas as organizações do Partido.

8. O Comité Central saúda e felicita calorosamente todas as organizações e membros do Partido e todos os democratas participantes na APU pela grandiosa e magnífica campanha eleitoral. O Comité Central está certo de que, sempre com os trabalhadores e as massas populares, os comunistas continuarão a estar à altura das suas responsabilidades nas grandes batalhas sociais, políticas e eleitorais que temos por diante.

10 de Outubro de 1985

O Comité Central
do Partido
Comunista Português

Trabalhadores

A CGTP e as eleições

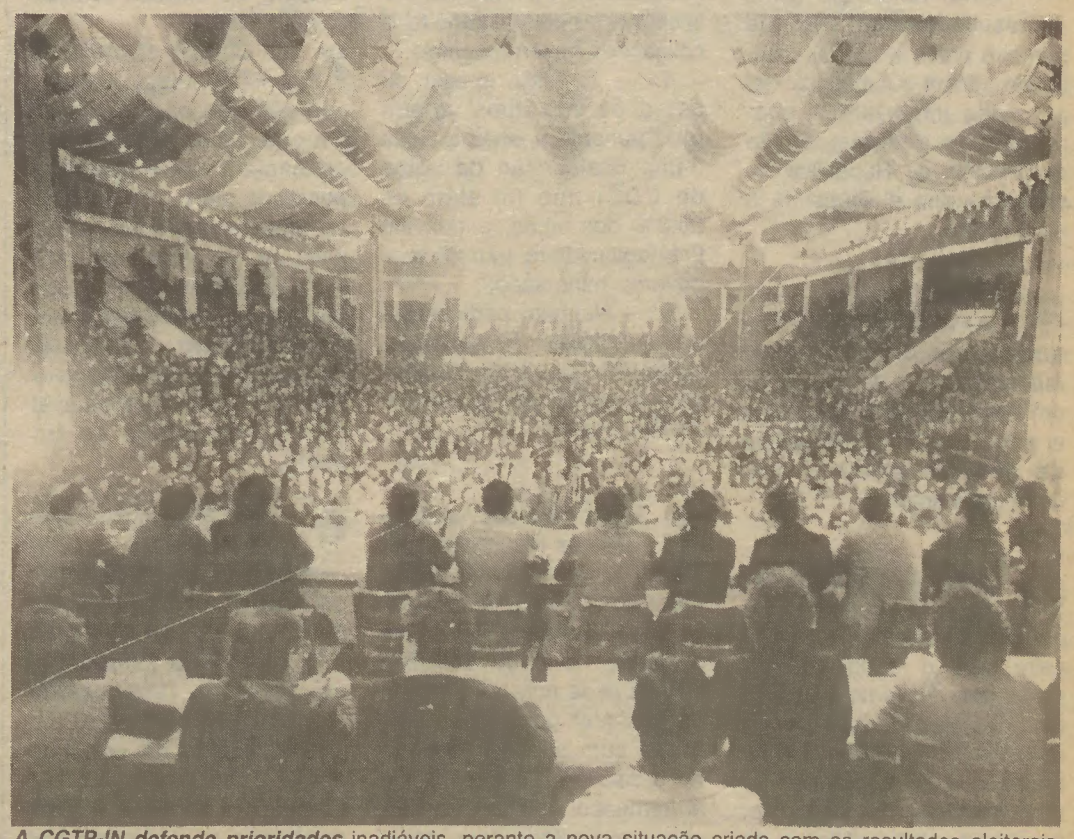
Ponto 1: ter em conta quem trabalha

«Qualquer que seja a solução que vier a ser encontrada no plano governativo, afirma a CGTP-IN na sua primeira tomada de posição pública depois das eleições do dia 6, terá de se ter em conta as aspirações, reivindicações e interesses dos trabalhadores».

Ao pronunciar-se sobre as eleições legislativas, a Central unitária sublinhou, como traço dominante de toda a campanha eleitoral, «os problemas mais prementes com que se debatem os trabalhadores».

Entre esses problemas — aflitivos em muitos casos — a CGTP-IN inclui os despedimentos, o desemprego, o trabalho temporário, os salários em atraso, a carestia e a redução do poder de compra.

Comprovou-se assim, para a comissão executiva do conselho nacional da Inter, «a gravidade da situação provocada pela política dos últimos governos», bem como «a justeza do protesto e da luta desenvolvida pelos trabalhadores e pela CGTP-IN».



A CGTP-IN defende prioridades inadiáveis, perante a nova situação criada com os resultados eleitorais

O descontentamento popular é enorme

A CGTP-IN, que reuniu anteontem em Lisboa o seu conselho nacional, salienta como portador de «grande significado» o facto de «o enorme descontentamento popular» não ter sido «capitalizado pelas forças de direita» no acto eleitoral do dia 6.

A posição aqui referida, anterior à reunião do conselho nacional de que trataremos na próxima semana, incide na «nova situação» criada pelos resultados eleitorais e no prosseguimento da luta.

Quanto ao primeiro ponto, a Inter, através do seu órgão executivo, refere que essa «nova situação aponta para o reforço da democracia e propicia melhores condições para o desenvolvimento da luta dos trabalhadores».

Depois de indicar que essa luta é pela «resolução dos problemas concretos» de quem trabalha e também pela resolução dos «problemas nacionais», o executivo da Central distribui por três pontos-síntese as questões que considera de «solução imediata e prioritária», a saber:

«Combater a fome, a miséria e a degradação das condições de vida; medidas que promovam o desenvolvimento económico e salvaguardem e independência nacional; repor a legalidade democrática e combater a corrupção».

Dentro destes três pontos o destaque vai necessariamente para os salários em atraso, a defesa do sector empresarial do Estado e o «cumprimento das decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores».

A política de interesses do grande patronato, a política ruinosa e antidemocrática foi, para a CGTP-IN, «claramente condenada» nas eleições para a Assembleia da República.

Os protagonistas dessa política, especialmente o Governo PS/PSD, foram também directamente responsabilizados.

O executivo da CGTP-IN salienta que a expressão eleitoral do «enorme descontentamento popular» se deveu «indiscutivelmente à persistência e firme acção de esclarecimento e de luta conduzida pela CGTP-IN».

As forças políticas ao serviço do grande patronato, acrescenta a Inter, «vêem fortemente acrescidas as dificuldades de se reagruparem».

Ao manifestar-se novamente favorável a uma política que tenha em conta o indiscutível peso social do movimento sindical unitário, a comissão executiva da Inter alude à «experiência» acumulada, segundo a qual, actuando contra os trabalhadores, «não será possível uma política estável que resolva os gravíssimos problemas nacionais no respeito pelo 25 de Abril».

Nas «novas condições políticas», o executivo da Central exorta os trabalhadores a prosseguir a luta com firmeza e unidade.

Para que isto mude

Na certa disposição de lutar por elas, a CGTP enumera as medidas que considera adequadas para os problemas de «solução imediata e prioritária», dentro dos três pontos-síntese que já mencionámos. O destaque da Central, que exorta os trabalhadores à luta, vai para:

Pagamento dos **salários em atraso**; defesa dos postos de trabalho, contra os despedimentos, o **desemprego** e o encerramento das empresas; medidas contra a **carestia** de vida, em especial contra o aumento das **rendas de casa**; revisão dos **contratos colectivos** e o aumento das tabelas salariais; extensão do **subsídio de desemprego** a todos os trabalhadores e jovens à procura do primeiro emprego, e a aplicação total das verbas orçamentais; actualização dos **salários mínimos, pensões e outras prestações da Segurança Social**; defesa do **sector nacionalizado**, não desmantelamento das empresas, pela sua reestruturação e modernização, pela entrada em funções dos gestores eleitos; defesa da **Reforma Agrária**, contra a entrega de terras, máquinas e gados aos latifundiários, pelo cumprimento dos acórdãos do Supremo Tribunal Administrativo; cumprimento das decisões judiciais favoráveis aos trabalhadores; respeito pelo **direito de participação** nos órgãos e instâncias do Estado, que assiste ao movimento sindical unitário (a todos os níveis da sua estrutura), corrigindo desde já as violações cometidas; respeito pelo direito dos trabalhadores à informação nos **órgãos de comunicação social estatizada**, e o fim da sua manipulação; **exercício dos direitos sindicais** na empresa; afastamento e punição imediata dos responsáveis pela **corrupção, imobilidade e compadrio**, tanto ao nível do aparelho de Estado como das empresas públicas.

Números inquietantes

O panorama do desemprego e dos salários em atraso adquire proporções inquietantes em Portugal.

Revelador é o quadro publicado a seguir. Dados oficiais divulgados pela CGTP-IN, referentes ao primeiro semestre deste ano, indicam no mínimo — os números oficiais nestes casos nunca pecam por excesso – que 586 200 trabalhadores estão no desemprego ou têm salários em atraso.

Oficialmente, a taxa de desemprego atinge os 10,5 por cento da população activa e 15 por cento dos trabalhadores por conta de outrém.

Compreende-se que uma das medidas mais urgentes, como reclama a CGTP-IN seja o ataque com êxito às causas radicais do desemprego e dos despedimentos.

Nenhuma política aceitável pelos trabalhadores poderá descurar, ou deixar que passe para segundo plano esse combate, que o movimento sindical unitário e os trabalhadores organizados sempre conduziram e continuam na disposição de apoiar.

Nesta ocasião em que as urnas acabam de condenar severamente a política de direita seguida nos últimos anos, é conveniente fixar com a máxima atenção estes dados que hoje se divulgam e que nenhum «desenrascanço» é capaz de iludir, nem nenhuma «improvisação» pode minorar.

Q U A D R O

INCIDÊNCIA DO DESEMPREGO E DOS SALÁRIOS EM ATRASO, SEGUNDO OS DISTRITOS DO CONTINENTE

1º SEMESTRE DE 1985

DISTRITOS	Pop.Activa Milhares	Trab.p/conta outrem (TPCO) Milhares	Pop.desemp. Milhares	Sal.atraso NºTrab.(milh.)	Desemp. +Sal.atraso Milhares	Taxas Desemp. % Geral 4:2	Taxas Desemp. % TPCO 4:(3+4)	Incidência desemp. + Sal. atraso (%) Pop. activa 6:2	Incidência desemp. + Sal. atraso (%) TPCO 6:(3+6)
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10
Viana do Castelo	120.3	48.4	8.2	0.7	8.9	6.8	14.5	7.4	15.5
Braga	349.3	205.1	42.7	12.0	54.7	12.2	17.2	15.7	21.1
Porto	796.8	510.1	75.6	14.8	90.4	9.5	12.9	11.3	15.1
Vila Real	111.1	49.7	12.4	1.0	13.4	11.2	20.0	12.1	21.2
Bragança	74.8	30.4	9.8	0.5	10.3	13.1	24.4	13.8	25.3
Aveiro	317.2	181.5	28.0	5.1	33.1	8.8	13.4	10.4	15.4
Coimbra	201.5	110.8	24.0	3.6	27.6	11.9	17.8	13.7	19.9
Leiria	199.7	107.8	17.1	4.6	21.7	8.6	13.7	10.9	16.8
Viseu	190.9	82.6	23.0	2.0	25.0	12.0	21.8	13.1	23.2
Guarda	89.5	39.7	6.7	3.2	9.9	7.5	14.4	11.1	20.0
C.Branco	102.4	54.6	10.4	4.4	14.8	10.2	16.0	14.5	21.3
Santarém	213.4	123.6	28.7	5.2	33.9	13.4	18.8	15.9	21.5
Lisboa	1 100.7	745.1	94.3	25.0	119.3	8.6	11.2	10.8	13.8
Setubal	330.0	213.5	47.5	14.7	62.2	14.4	18.2	18.8	22.6
Portalegre	65.6	36.7	5.4	2.5	7.9	8.2	12.8	12.0	17.7
Évora	90.4	51.6	13.2	2.0	15.2	14.6	20.4	16.8	22.8
Beja	84.5	42.6	15.9	0.5	16.4	18.8	27.2	19.4	27.8
Faro	151.9	82.6	18.0	3.5	21.5	11.8	17.9	14.2	20.7
Continente	4 590.0	2 716.4	480.9	105.3	586.2	10.5	15.0	12.8	17.7

(FONTES E CÁLCULOS): Fonte - Dados globais: INE, Inquérito de Emprego e CGTP-IN (salários em atraso)

A distribuição dos dados a nível regional foi feita pela CGTP-IN.

Trabalhadores

Uma exorbitância

Num país onde, segundo o próprio secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, se praticam salários que «vão de um terço a um sexto dos vencimentos europeus para a mesma categoria profissional», os livros escolares indispensáveis para o ano lectivo que começa agora (ou devia começar) aumentaram 53.2 por cento, em média e globalmente.

É escusado acrescentar que esse país é o nosso.

*Numa altura em que um estudo da FITIM (Federação internacional dos metalúrgicos) revela que um metalúrgico português, para comprar por exemplo um quilo de pão, tem que trabalhar três vezes mais que um espanhol e cinco vezes mais que um norte-americano, os «**Cadernos Caligráficos**» para o ensino básico elementar aumentam 166,7 por cento relativamente ao ano passado.*

E isto ainda neste mesmo Portugal.

*Enquanto que os gestores públicos da Rodoviária Nacional ganhavam, em 1984, treze vezes o salário mínimo nacional, arrecadando mais 600 contos que o próprio Presidente da República, o «**Auto da Alma**» aumentava o seu preço em 233,3 por cento.*

*Isto num País que viu nascer Gil Vicente. (E não nasceu ontem o excelente autor do «**Juíz da Beira**», como se sabe)*

*Revela-se no entanto que, ainda assim, é **nos livros tradicionais mais baratos que o aumento dos preços se faz sentir, em média, com maior intensidade.***

Nem podia ser doutra maneira neste País de tradições.

*É neste País, onde um «contrato-programa» para a Quimigal prevê um total de despedimentos da ordem das 3000 pessoas, que o preço de uma «**História da Literatura Portuguesa**» custa a meiga quantia de 1500 escudos deste ano, aumentando nada menos do que 150 por cento.*

E é ainda aqui, onde nos últimos doze anos o valor real do salário mínimo desceu 34 por cento, que os livros para o ensino básico elementar sofrem, entre os anos de 1984 e 1985, um aumento percentual médio de 166,7 por cento.

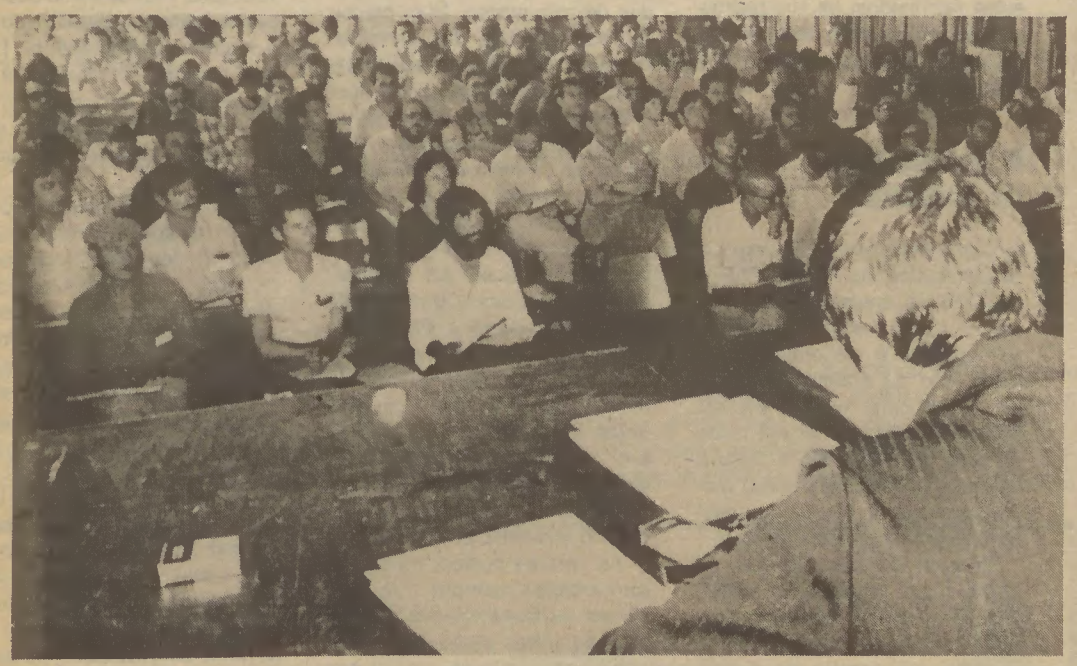
Nada mau para uma política de educação destas!

Os aumentos dos livros escolares, já muito caros anteriormente, foram revelados pela CGTP-IN.

A Central baseia o seu estudo sobre esta escandalosa exorbitância em informações obtidas em casas editoriais e livreiras.

Os aumentos apurados referem-se a 172 títulos de livros escolares para o ano lectivo de 1985/86, adoptados nos graus de ensino básico elementar, preparatório e secundário.

*Rigorosamente, o fomento do analfabetismo em Portugal está bem acompanhado; e pode-se dizer que a «**tendência para a desigualdade**» no Ensino raramente terá progredido em tão boas mãos como a dos responsáveis pela política que nos últimos anos tem afligido o nosso País.*



2.ª Conferência sindical

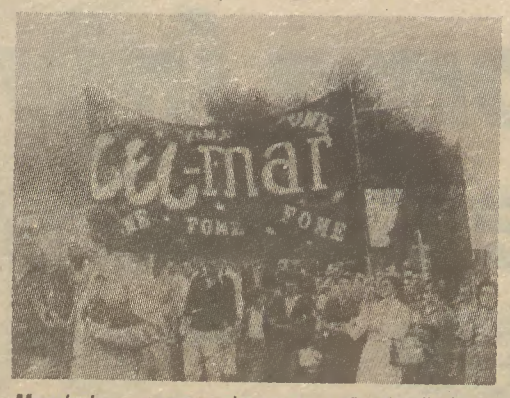
A CGTP-Intersindical Nacional efectua a sua II Conferência de Organização Sindical entre 4 e 9 do próximo mês de Novembro. Abrangendo todas as regiões do Continente de forma descentralizada, a Conferência «tem de responder às questões novas resultantes do normal caminhar da vida e, em particular, da grave crise social a que o País foi conduzido por uma política ostensivamente voltada contra os trabalhadores e as suas organizações». Ainda segundo a central, os principais objectivos da Conferência são a **consolidação e o reforço** da CGTP-IN; a **dinamização** de toda a actividade sindical; a **revitalização**, principalmente da **acção sindical no local de trabalho**; e a **fixação** de «todo o enorme tecido sindical que compõe o movimento sindical unitário». Ao mesmo tempo, deverão ser aplicadas «medidas que possam garantir o seu crescimento». Participam na Conferência «as organizações representativas dos trabalhadores filiadas ou não na CGTP-IN, que enumera: «associações sindicais (sindicatos, federações, uniões); comissões intersindicais; comissões sindicais; delegados sindicais; comissões de trabalhadores; comissões coordenadoras de CT's sectoriais ou regionais». No documento-base da Conferência, a CGTP-IN apela à participação activa na sua preparação e dinamização, procedendo-se «ao lançamento ou revitalização de planos de trabalho prático».

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O Militante

BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO
DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

LUTAS E TAREFAS



Mandada encerrar pela governação da direita

Os patrões da MDF contam com mais um prazo para «viabilizar»; quanto a salários e indemnizações — nada

• Uma «coincidência» de 4186 contos na Covina, em que está envolvido um familiar de Mário Soares. Num documento assinado pela comissão de trabalhadores e pela comissão sindical da Covina, onde se denuncia novamente «a má gestão, incompetência, esbanjamento e compadrio da administração», aquelas organizações representativas (ORTs) referem, entre outras malversações, o facto de a tesouraria da empresa, que «actualmente vive de empréstimos bancários e do IPE (Investimentos e Participações do Estado) ter desembolsado 4186 contos a favor de um trabalhador que, por coincidência — sublinham as ORTs — é familiar do dr. Mário Soares, cuja candidatura à Presidência da República é publicamente apoiada pelo sr. eng.º Rebello da Silva, presidente do conselho de administração da Covina». O documento das ORTs, enviado à Presidência da República, aos outros órgãos de soberania, à Alta Autoridade contra a Corrupção e aos partidos, enumera um conjunto de operações suspeitas envolvendo milhares de contos, perante as quais as ORTs «não podem ficar indiferentes», exigindo-se «um plano de reconversão e quadro de pessoal» nesta altura em que a administração implanta um projecto que levará necessariamente ao encerramento de secções da fábrica. A Covina emprega à volta de 1200 trabalhadores e pertence ao sector empresarial do Estado.

• Por causa das «digitais», instala-se «clima alarmista» na fabricação de material eléctrico e electrónico. Três mil e quinhentos trabalhadores, principalmente mulheres, das empresas **Centrel – Automática Eléctrica Portuguesa** e **Standard Eléctrica** encontram-se no centro da rede de «desemprego técnico», também conhecido por «despedimento cor-de-rosa» — fórmulas destinadas a encobrir uma drástica redução do pessoal naquelas e noutras empresas, com base nas centrais telefónicas de comutação digital. O Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, que dedicou recentemente largo espaço do seu boletim mensal ao assunto, afirma que, **«com o actual nível de desemprego no nosso país, inovações tecnológicas que impliquem reduções de pessoal»**, ainda que através de pré-reformas, aliciamentos à rescisão de contratos mediante compensações a título de Indemnização, etc. — perspectivas que o SIESI considera **«exageradamente optimistas»** — surgem como **«lesivas dos interesses nacionais»**. O Sindicato manifesta-se pela defesa do direito ao trabalho, com firmeza e unidade. Sem pôr em causa a introdução de novas tecnologias, o SIESI sublinha que essa introdução «não pode ser feita à custa do sacrifício dos trabalhadores, gerando mais desemprego e miséria».

• Falta de pessoal não-docente nas escolas. A Federação sindical reclama «descongelamento dos lugares necessários e indispensáveis». Contrariando as reivindicações sindicais, o Ministério da Educação pretende preencher lugares de pessoal **auxiliar, administrativo, operário e técnico** recorrendo aos contratos a prazo. A comissão executiva do conselho nacional da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública garante que as funções a exercer por esse pessoal, imprescindível nas escolas, «são de natureza certa e permanente». O sector dos não-docentes, que aprovou um caderno reivindicativo, pelo qual fez uma greve com forte adesão em 29 de Maio findo, decidiu continuar as acções com vista à negociação daquele instrumento de contratação colectiva, promovendo concentrações de dirigentes sindicais junto ao Ministério da Educação. Para aprovar novas formas de luta decidiu-se marcar «nova reunião de coordenação nacional» para o próximo dia 23.

• A luta pelos salários em atraso continua a mobilizar os trabalhadores. A par do anúncio de números globais preocupantes, principalmente nos distritos de Lisboa, Setúbal e Coimbra, o movimento sindical unitário e as suas organizações representativas nas empresas continuam a desenvolver acções diversificadas pelo pagamento de remunerações em atraso. Além dos casos mais conhecidos e mais graves, como o da CIFA em Valongo, e da Messa em Mem Martins, a situação dos atrasados, que precede em muitos casos a falência e o desemprego, levou a lutas recentes ou acções reivindicativas na **Frapil, Malhas da Prelada, Gráfica do Seixezelo** (Vila Nova de Gaia), **Gratelo, Equimetal, várias empresas de Almada** (manifestação em Lisboa no dia 3), **CTM, CNN, Abreu & C.ª** (empresa de Amarante, onde uma paralisação e concentração acabaram com êxito para os trabalhadores no dia 12) e **Tecnofabril** de Odivelas.

Reduzir pessoal a todo o custo é o objectivo da Centrel/AEP, afirma o SIESI

Nacional

LEI DAS RENDAS DE CASA

Um diploma injusto e desumano que urge suspender

A Lei das Rendas de Casa, conhecida por ser uma das mais gravosas que a Assembleia da República votou depois do 25 de Abril, continua a suscitar sérias e legítimas preocupações em largas camadas do nosso povo, nomeadamente entre as centenas de milhar de famílias que, em caso de aplicação do diploma, se verão confrontadas com novos e dramáticos problemas.

Aprovada em Julho último com os votos a favor do PS, PSD, CDS e ASDI e com os votos contra dos deputados do PCP, MDP/CDE, UEDS e os «Verdes», partes substanciais da Lei encontram-se já neste momento em aplicação (os contratos a prazo por exemplo) exceptuando-se apenas a denominada **«correcção extraordinária»** cuja entrada em vigor está prevista para Janeiro de 1986, após a regulamentação do chamado **«subsídio»** a atribuir, segundo se diz, a alguns inquilinos.

Objecto de um dos mais fortes movimentos de protesto e contestação dos últimos anos, esta iniciativa do governo do PS e do PSD foi considerada por diversas forças políticas e sociais como pretendendo satisfazer exclusivamente os interesses dos grandes senhorios e dos grandes construtores e especuladores, os quais continuam apostados em fazer da habitação — naturalmente à custa dos inquilinos e dos dinheiros do Estado — uma das fontes para as suas fabulosas, quanto escuras, fortunas.

Empurrados para a periferia dos grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida, milhares de famílias vivem hoje ainda em situações inaceitáveis, no limiar dos mínimos de subsistência

Escalada de despejos

Com efeito, ao fazer aprovar os 53 artigos da lei, os partidos de direita, com o PS, seguramente que não desconheciam que as medidas nela preconizadas não só não respondiam à situação de crise do sector da habitação — área sempre desprezada por estes partidos ao longo dos anos — como provocarão inevitáveis e gravíssimas consequências de ordem social, designadamente uma escalada de despejos sem precedentes.

Ao invocarem a degradação do parque habitacional ou a situação nalguns casos de facto difícil de proprietários a receberem rendas injustas, os defensores da lei estão tão só a pretender camuflar, como adiante se verá, as suas reais intenções: servir os grandes proprietários da indústria de construção civil (**450 empresas das 15 000 existentes** detêm **64 por cento** da produção!)

Alguns números ajudam-nos a compreender melhor a natureza do problema, o que está em jogo e que interesses estão verdadeiramente en causa. Lembremos, por exemplo, que **75 por cento** dos inquilinos — num mercado de arrendamento que abrange actualmente cerca de **um milhão de alojamentos**(onde habitam **três milhões e meio de pessoas**) — são **trabalhadores por conta de outrem** e que **28 por cento são reformados**.

Os inactivos (reformados, pensionistas e idosos) alugam assim cerca de um quarto do parque arrendado, sendo que dessas casas **45 por cento** não possuem electricidade, retrete e água, enquanto **57 por cento** está com rendas inferiores a 500 escudos.

Face a este quadro será então possível imaginar que não tenha passado pela cabeça dos mentores da lei a situação insustentável em que ficarão, por exemplo, depois dos aumentos, estes reformados, na sua grande maoria gente com reformas a baixo de valores mínimos de subsistência?

A demagogia do subsídio

Claro está que o Governo e os deputados do PS, do PSD e do CDS se apressaram a aprovar — numa medida claramente demagógica e eleitoralista — a instituição do chamado «subsídio», uma coisa que no entanto ficou por regulamentar em todos os seus aspectos, isto é, ficou a aguardar por melhores dias. Melhor dizendo: à espera que passe o presente período eleitoral.

Embora se desconheçam os critérios que presidirão à atribuição do referido «subsídio», uma coisa, entretanto, desde já é conhecida: por ocasião da discussão na Assembleia da República não foram tomadas em conta as propostas apresentadas pelo PCP para os casos de arrendatários que estejam na situação de desempregados, para os reformados e pensionistas, para os que tenham salários em atraso ou que tenham mais de 65 anos.

Ou seja: tudo o que se pretendeu introduzir na lei por forma a minorar os seus efeitos negativos ou a proteger os interesses das camadas mais desfavorecidas foi pura e simplesmente rejeitado.

Não é de estranhar, pois — antes é de prever —, que lá para Janeiro — passadas as autárquicas e as presidenciais — o líder do PSD e eventual futuro primeiro-ministro venha a esclarecer que tudo afinal não passou de uma manobra dos ex-parceiros de coligação, de que afinal já não há «subsídio» ou, a haver, os critérios sejam tais que se torne mais fácil sair o totoloto do que ser contemplado com tal «subsídio»...

Aumentos de toda a maneira

Mas detenhamo-nos um pouco mais nalguns dos aspectos mais graves e brutais da lei, a qual prevê o aumento das rendas de três modos. Num primeiro caso, trata-se dos **arrendamentos celebrados até 1979** para os quais a lei aponta (inclusive) independentemente do estado de conservação da habitação, no primeiro ano de aplicação do aumento, um ajustamento inicial («correcção extraordinária») que poderá atingir os 300 por cento (o caso, por exemplo, de todos os arrendamentos até 1960, em Lisboa e Porto, nos prédios com porteira e elevador).

A partir do segundo ano as rendas sofrerão um **aumento anual** a determinar pelo governo em função da inflação, valor esse que oscilará entre 30 e 45 por cento relativamente ao valor do ano imediatamente anterior.

As rendas podem ainda ser aumentadas sempre que haja **obras de beneficiação** mesmo quando feitas pelos inquilinos, sublinhando o texto da lei que neste caso «haverá lugar a ajustamento».

Mas há mais. De acordo com o diploma aprovado pelo Parlamento não são apenas as rendas antigas que estão sujeitas ao aumento anual; todas as outras — as que passaram em 1981 a livres ou condicionadas e as novas — todas são descongeladas e passam a estar sujeitas ao factor anual de correcção.

Contratos a prazo

Certamente influenciados pela «rica» experiência dos contratos a prazo nas empresa da sua clientela político-partidária, os grupos parlamentares dos partidos que conduziram o País ao actual estado de coisas, trataram de introduzir também esta modalidade na habitação. Deste modo, consta no novo texto que as casas em condições de habitabilidade e que «nunca tenham sido objecto de arrendamento» possam estabelecer contratos a prazo por um máximo de cinco anos após o que, em caso de haver denúncia do contrato, esta não conferirá ao inquilino o direito a qualquer indemnização nem ao deferimento da desocupação.

Quanto a **obras** a lei indica ainda que sejam as câmaras ou os inquilinos a poder fazê-las, estabelecendo para os casos em que haja «falta de pagamento voluntário pelo senhorio das despesas feitas» a possibilidade de o inquilino poder fazer-se pagar das despesas efectuadas e respectivos juros deduzindo na renda, até ao limite de 70 por cento da mesma, durante o tempo necessário.

Verifica-se assim não existir na Lei qualquer contrapartida ao aumento das rendas até porque, na prática, os senhorios continuarão a não fazer quaisquer obras, mesmo as de simples conservação, sendo de supor que por este motivo em nada se modificará o panorama de degradação existente no parque habitacional.

Por último, recorde-se ainda que numa nova medida para **esbulhar financeiramente o Poder Local**, o texto da lei define que «as receitas da contribuição local» que eram de 100 por cento para as autarquias passem a ter 20 por cento para o Estado, verba essa que, afirma o texto, será destinada ao «financiamento do subsídio de renda».

Suspender a Lei

Estamos, pois, como facilmente se comprova, em presença de uma lei profundamente iníqua, por um lado altamente lesiva dos interesses dos inquilinos e, por outro, perfeitamene incapaz de resolver o que quer que seja dos graves problemas existentes no sector da habitação.

Pela sua posição nesta matéria — comportamento em tudo idêntico ao que teve noutras áreas e em outras ocasiões —, por estar de costas viradas para a defesa dos interesses nacionais e dos trabalhadores, o PS pagou uma elevada factura eleitoral. Nem mesmo as manobras eleiçoeiras encetadas à última da hora na Assembleia da República com a aprovação de um aditamento onde se dizia que a «actualização das rendas» da correcção extraordinária «só poderá ter lugar após a regulamentação do subsídio de renda», nem mesmo, diríamos, este «golpe» foi capaz de iludir ou enganar o eleitorado.

A denúncia vigorosa da lei, o protesto enérgico e a luta de muitos inquilinos foram em devido tempo um contributo precioso para a queda do Executivo e para a realização das eleições legislativas do corrente mês. Prosseguir a luta pela suspensão imediata da lei e exigir que a nova Assembleia da República discuta os problemas de uma forma integrada e na base de um Plano Nacional de Habitação continua a ser o único caminho certo e justo.

A vida comprová-lo-á!

Aumentos incomportáveis

De acordo com o texto da lei todos os arrendamentos celebrados até 1979 (inclusive) são objecto de aumentos, calculados na base do ano da última fixação da renda e independentemente do estado de conservação da habitação. Tal «correcção extraordinária», imposta pelo PS, PSD e CDS, faz com que no primeiro ano de aplicação da legislação haja acentuados aumentos que poderão atingir os 300 por cento.

Alguns exemplos:

— Aumento de 300 por cento em todos os arrendamentos, até 1960, em Lisboa e Porto, nos prédios com porteira e elevador;

— Aumento de 170 por cento em todos os arrendamentos de 1964, em Lisboa e Porto;

— Aumento de 110 por cento em todos os arrendamentos, fora de Lisboa e Porto, celebrados até 1969 (inclusive);

— Aumento de 80 por cento nas rendas fixadas em 1968 e 1969, em Lisboa e Porto;

— Aumento de 50 por cento em todos os arrendamentos fixados em todo o País, em 1974;

— Aumento de 31 por cento em todos os arrendamentos fixados em todo o País, em 1977.

***Nas zonas urbanas** adensam-se os sinais de degradação do parque habitacional que transformam a paisagem*

Situações actuais	Renda nova a pagar						
	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991
Arrendamentos anteriores a 1955 Renda actual 400$00 (¹) coeficiente	1 260$00 3,15	1 680$00 4,22	2 260$00 5,66	3 030$00 7,58	4 060$00 10,16	5 440$00 13,62	6 800$00 17,02
Arrendamentos de 1960 Renda actual 1100$00 (¹) coeficiente	3 270$00 2,15	4 380$00 3,15	5 880$00 5,30	7 880$00 7,10	10 550$00 9,51	13 500$00 12,17	15 800$00 14,24
Arrendamento de 1965 Renda actual 800$00 (²) coeficiente	1 680$00 2,10	2 240$00 2,81	3 010$00 3,77	4 040$00 5,05	5 210$00 6,52	6 100$00 7,63	7 130$00 8,92
Arrendamento de 1970 Renda actual 2000$00 (²) coeficiente	3 800$00 1,90	5 100$00 2,55	6 820$00 3,41	9 140$00 4,57	11 700$00 5,85	13 700$00 6,85	16 020$00 8,01
Arrendamento de 1978 Renda actual 10 000$00 (¹) coeficiente	11 700$00 1,17	13 700$00 1,37	16 000$00 1,6	18 700$00 1,87	21 900$00 2,19	25 700$00 2,57	30 000$00 3,00

(¹) Só Lisboa e Porto. Prédio sem porteira e sem elevador. (²) Outros concelhos excepto Lisboa e Porto.

Os exemplos apresentados no quatro referem-se às rendas anteriores a 1980. Neste caso partiu-se da hipótese de um aumento anual de 17 por cento mas o leitor deverá ter em conta que o texto da lei prevê que esse aumento não seja inferior a dois terços da taxa de inflação. Para obter o novo valor da renda basta multiplicar o seu valor actual pelo coeficiente de cada ano (que foi estabelecido de acordo com o ano de origem da renda). No presente quadro apresentam-se exemplos de rendas de 1955, 1960, 1965, 1970, 1978; no seu caso, leitor, se o valor da renda for outro basta multiplicá-lo pelo coeficiente indicado para cada ano.

Critérios injustos

Não esquecendo obviamente os aumentos brutais que a lei das rendas provoca, importa contudo não esquecer outros aspectos graves e extremamente injustos. Recordemos alguns que um documento da SIP do PCP tornou públicos há bem pouco tempo:

- Os coeficientes para calcular os aumentos não têm em conta se o prédio é no centro da localidade ou na periferia; se os fogos têm cozinha, casa de banho, luz, ou não. O único critério diferenciador é o de ter ou não porteira e (ou) elevador.
- É aplicado o mesmo coeficiente no mesmo prédio, independentemente da dimensão dos fogos, desde que o contrato seja do mesmo ano.
- A lei trata de igual forma o senhorio que realizou obras de conservação ou beneficiação e aquele que nunca gastou um tostão!
- A lei prejudica obviamente os inquilinos que num gesto de boa vontade tenham (antes de 1980) alguma vez aceite aumentar a renda.

***Assimetrias** como a da foto são hoje uma realidade em vastas regiões do País*

***A aplicação da nova Lei** conduzirá inevitavelmente a uma onda de despejos sem precedentes. Para muitos dos actuais inquilinos a busca de um espaço nos «bairros de lata» periféricos constituirá a única saída*

Nacional

Antes de ir definitivamente para a rua...

Governo PS/PSD atira para as câmaras o problema da habitação social e 12 000 quilómetros de estradas!

Impor às autarquias milhares e milhares de contos de despesas com a manutenção de estradas sem lhes dar qualquer contrapartida financeira e atirar para cima das costas dos municípios a resolução dos problemas dos «bairros da lata» igualmente sem qualquer apoio central — eis duas das derradeiras medidas que os ministros PS e PPD levaram à prática dias antes das eleições de 6 de Outubro.

Os decretos-lei n.º 366/85 e 380/85, ambos do Ministério do Equipamento Social publicados no «Diário da República» de 11 e 26 de Setembro último, constituem um flagrante exemplo das medidas do defunto governo PS/PSD sobre as quais se hesita em manifestar indignação pela inacreditável demagogia ou protesto pela essência de constante ataque ao Portugal de Abril — neste caso ao Poder Local democrático.

A introdução do primeiro daqueles diplomas é um revoltante exemplo de artifícios de linguagem para pretender encapotar com uma desvelada aparência de interesse oficial pelo problema da habitação um total lavar de mãos do Estado face à questão.

Declara a introdução que os quatro artigos do decreto se destinam a «conjugar» os esforços das autarquias com os do Estado «para a diminuição do défice habitacional existente».

E que se propõe fazer o Estado então governado pelo dr. Soares e pelo dr. Machete?

Informa o artigo 1.º que «serão estabelecidos acordos de colaboração (...) com os municípios onde esteja prevista a realização de programas de habitação social municipal destinados ao realojamento de população residente em barracas», acordos esses que «deverão definir as participações, em regime de colaboração, da administração central e dos municípios».

Laconicamente, o artigo 2.º esclarece de imediato que «a participação da administração central (...) não poderá ser superior, em número de fogos, aos fogos que venham a ser promovidos pelo município respectivo»!

Com que dinheiro?!

Como é evidente, daqui se conclui de imediato uma questão: se um município não construir nenhum fogo, a administração central fica automaticamente autorizada a... não construir nenhum! Se o município só tiver verba para construir cinco, a generosa administração central poderá, **no máximo**, construir... cinco!

Poderá dizer-se que isto constitui um estímulo a que os municípios enveredem pela resolução do problema habitacional, para o que (teoricamente pelo menos...) poderão contar com a ajuda do poder central.

Mas pergunta-se: com que dinheiro poderão os municípios abalançar-se a tais programas?

Note-se que esta medida **não é acompanhada de qualquer dotação** às câmaras para tal fim.

Poder-se-á dizer: mas tratar-se-á dos municípios, no quadro da sua gestão, dedicarem verbas à construção de habitação social.

Obrigar as câmaras municipais a gastar 4 milhões de contos com estradas e a comprar terrenos para o Estado — se quiser! — construir habitação social, eis no que se resumem dois dos últimos decretos do Governo PS/PSD

Em princípio, estaria eventualmente certo, mas a questão é que, **os sucessivos governos, ao mesmo tempo que atiram para cima das autarquias com novos encargos, têm vindo a reduzir as verbas do Orçamento do Estado que a Lei das Finanças Locais impõe que lhes sejam entregues**. Em 1979, o governo «AD» roubou às autarquias 15 milhões de contos, 25 milhões em 80, 36 milhões em 81, 45 milhões em 82, enquanto os governos PS/PSD prosseguiam em 1983 com o roubo de 61 milhões e de 82 milhões em 1984!

Daí que, como é evidente, a esmagadora maioria das autarquias esteja em grave situação de endividamento por responsabilidade do Governo — **como ele perfeitamente sabe**.

Pelo que esperar que as autarquias construam casas com dinheiro que se sabe não terem e disso fazer depender a acção da administração central é pura e simplesmente arranjar um bode expiatório para nada fazer!

E ainda a questão dos terrenos

Mas como se isto ainda não fosse suficiente, nos escassos quatro artigos do 366/85 os drs. Soares e Machete ainda arranjam outra «estrangeirinha»: informa o n.º 2 do artigo 3.º que as casas eventualmente asseguradas pela administração central «serão construídas em terrenos para o efeito transmitidos gratuitamente pelo município». Isto é, uma câmara municipal teria, para construir habitação social, não apenas que assegurar os terrenos para as casas que ela própria construísse, como também que ceder **gratuitamente** os terrenos para aquelas que o Estado se dignasse a construir!

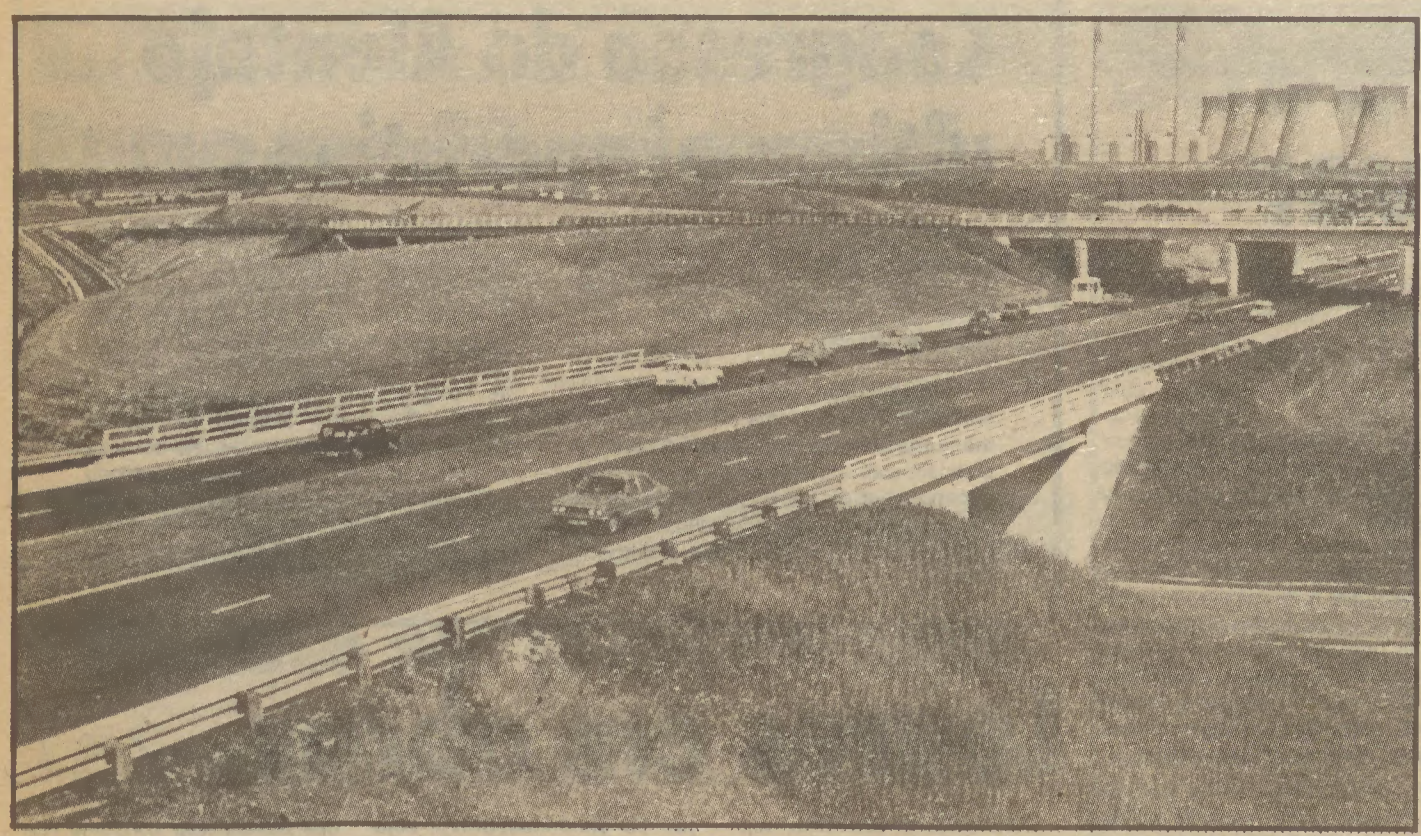
Como é evidente, a questão que se põe é **onde vão os municípios buscar tais terrenos**?!

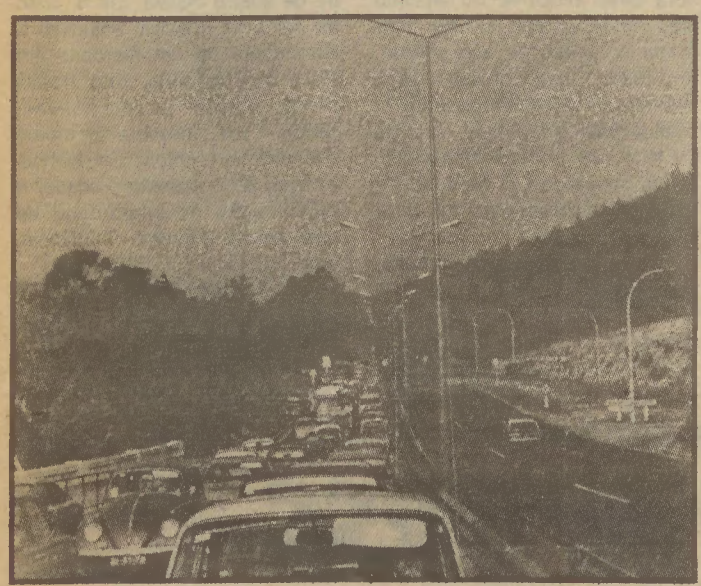
É sabido que a esmagadora maioria dos municípios (e especialmente os dos centros urbanos mais afectados pela existência de bairros de barracas e falta de casas de rendas baixas) não dispõem de grandes áreas de terrenos próprios. Para os conseguirem com o fim de construirem habitação social, restar-lhes-iam assim duas soluções: comprá-los ou expropriá-los.

Sucede que a primeira hipótese lançaria a administração municipal para os braços dos especuladores de terrenos, o que envolveria despesas incomportáveis para as já esgotadas finanças autárquicas e tornaria ruinosa à partida a construção de habitações económicas.

Por seu lado, a expropriação

Nacional





envolve processos judiciais que, para além de complexos e demorados impõem às autarquias o depósito de cauções na Caixa Geral de Depósitos que só são restituídos após a solução em julgado do processo. Sucedendo que por vezes os tribunais arbitram preços pautados pelos definidos pela especulação fundiária e, essencialmente, que **um processo de expropriação se pode arrastar por anos**, isto significa que a autarquia fica com o dinheiro da caução **imobilizado por períodos muito longos**. A Câmara de Loures, por exemplo, já chegou a ter cerca de **80 mil contos** imobilizados na CGD em cauções deste género, sendo fácil de prever os enormes problemas económicos e financeiros assim criados.

E mais as estradas...

Quinze dias depois deste artifício de lançar para cima das autarquias a responsabilidade de nada fazer para resolver o problema da habitação, o PS e o PSD arranjaram forma de alijar para cima dos municípios — sempre sem quaisquer contrapartidas, escusado será dizer — outro gigantesco encargo: **a manutenção e reparação de 12 000 (doze mil!) quilómetros de estradas!**

Este aspecto (aliás envergonhadamente escondido num parágrafo da introdução) do decreto-lei n.º 380/85 é apenas um dos muitos pontos gravosos do diploma que reformula o estatuto das estradas portuguesas e àcerca do qual muito mais há a dizer. Mas quanto àquele, afirma-se que «a breve trecho será publicado o diploma regulamentador da rede municipal (acrescida de cerca de 12 000 Km), no qual serão definidos os termos em que se fará a transferência da gestão das estradas nacionais desclassificadas para as autarquias».

Em termos concretos, quer isto dizer que, a partir do passado mês de Setembro, **a Junta Autónoma das Estradas deixou de responder pela conservação e reparação de estradas locais em todo o País numa extensão total dos tais 12 000 Km.** A definição de tais estradas faz-se (é de notar) mesmo antes do tal «diploma regulamentador» **por omissão**, isto é, não fazem parte da relação daquelas que, nos termos do 380/85 continuam a cargo da JAP.

Assim e em primeiro lugar, criada esta indefinição de situação, o resultado concreto é que, enquanto não aparecer o «diploma regulamentador», a JAP **já não cuida** dos 12 000 Km e as autarquias **ainda não cuidam deles**! Prosaicamente, buracos a acumular-se — e a culpa é das câmaras...

De novo, com que dinheiro?!

Como é óbvio, o problema é porém mais complicado.

Uma estrada betuminosa (em linguagem comum, alcatroada) bem construída requer, para que a sua duração seja o maior possível, uma conservação contínua desde a sua construção. Consideram-se normalmente dois tipos de conservação: a corrente ou de rotina e a periódica que envolve recarga do revestimento betuminoso e reparação do pavimento, sendo que esta última se tem de efectuar dentro de prazos que oscilam à volta dos dois anos.

Ora, a preços de 1985, aquelas operações custam em média no nosso país para a rede de estradas nacionais 32 contos por quilómetro e por ano para a conservação de rotina e 280 contos por quilómetros e por ano para a periódica. Note-se que estes quantitativos são consabidamente bastante baixos: na RFA, por exemplo, a média de conservação de rotina é de cerca de 160 contos/Km/ano, ou seja, cinco vezes mais.

Tendo em conta estes números, verifica-se que os encargos que, transferindo 12 000 Km de estradas nacionais para responsabilidade das autarquias, o Governo pretende que passem a ser suportados pelos municípios são de quase **4 milhões de contos anuais**! Para sermos exactos, 12 000 × (280 000$00 + 32 000$00) = 3 744 000 000$00!

Naturalmente que os encargos não recairão de forma idêntica sobre todos os concelhos: casos de municípios como Bragança, Castelo Branco ou Odemira são diferentes, pela sua maior área, aos de Ílhavo ou Ponte da Barca. Por outro lado, é evidente que serão mais sobrecarregados exactamente aquelas regiões menos servidas pela rede rodoviária nacional que continuam a cargo da administração central — o que só agravará desequilíbrios já existentes. Mas, mesmo fazendo uma pura divisão aritmética daquele total por todos os concelhos, verificar-se-ia que sobre cada um recairá um aumento da despesa da ordem de mais de mil contos anuais, inteiramente insustentável pelas esgotadas finanças locais.

Até ao fim, o governo PS/PSD prossegue a sua ofensiva contra o Poder Local democrático. O novo rumo para a políticas nacional é, também aqui, urgente.

Nota da SIP do PCP sobre os decretos-lei n.os 366/85 e 380/85

1. Numa das numerosas medidas demagógicas e mistificadoras com que «brindou» o País, nas últimas semanas antes das eleições legislativas, o Governo PS/PSD aprovou dois decretos-leis (números 366/85 e 380/85) cuja implementação contribuiria para diminuir a capacidade realizadora das autarquias locais e, simultaneamente, libertaria o governo de responsabilidades e atribuições que lhe cabem inteiramente.

2. Na verdade, ao transferir para os municípios a iniciativa de programas de realojamento de populações residentes em barracas e grande parte do seu financiamento bem como a manutenção de cerca de 12 mil km de estradas hoje a cargo da Junta Autónoma de Estradas e em geral muito degradadas, o Governo PS/PSD, além de fugir às suas responsabilidades, prossegue as suas tentativas de asfixiar a capacidade financeira das autarquias através da imposição sistemática de novos encargos sem a contrapartida de equivalentes transferências financeiras.

Esta transferência de encargos não se traduz numa medida descentralizadora nem visa resolver problemas das populações (apesar das autarquias de maioria APU terem tomado uma série de medidas concretas no domínio da melhoria das condições de vida dos habitantes em barracas e da rede viária, mesmo em domínios que não são da sua competência). Pelo contrário, visa imputar fraudulentamente às autarquias rsponsabilidades que não lhes cabem e que, no actual quadro legal e financeiro, não estão em condições de assumir sem afectar o investimento noutras áreas actualmente a seu cargo.

3. Os decretos-leis aprovados, além de produndamente lesivos dos interesses das populações, constituem, apesar da sua fachada pseudo-descentralizadora, novas formas de estrangulamento do poder de intervenção das autarquias no desenvolvimento local e na melhoria das condições de vida das populações. As próximas eleições autárquicas de 15 de Dezembro constituem uma nova oportunidade para os portugueses, reforçando a Aliança Povo Unido — além de afirmarem a derrota da política de direita já expressa nos resultados das legislativas de 6 de Outubro —, se pronunciarem por uma política ao serviço do Poder Local democrático e da melhoria das condições de vida das populações.

15 de Outubro de 1985
A SIP do PCP

Nacional

Barreiro

Números a favor do povo

Transformar a cidade, construir o futuro. É o que se diz no Barreiro. Mas ali não se fica pelas palavras, passa-se aos actos. Numa síntese do trabalho feito, a vereação apresenta à população um balanço do que foi realizado no âmbito de 'águas e saneamento'. É um balanço esclarecedor do esforço que a municipalidade tem desenvolvido a favor das populações.

No que respeita às águas,a informação, datada do mês corrente, revela que foi adjudicada ao Laboratório Nacional de Engenharia Civil a «Modelação Matemática» da rede de abastecimento de água ao concelho, pelo preço de 560 contos. Para o efeito, os Serviços elaboraram plantas do concelho, com o número de consumidores e volume de água consumida mensalmente, números tratados por tipo de consumidor e por área de leitor-cobrador desde Dezembro de 1981.

Foram, além disso, instalados 670 metros de condutas — infra-estruturas dos arruamentos do Novo Hospital — cujo valor ultrapassou os cinco mil contos. Executou-se um furo no Alto da Paiva, ainda não concluído, trabalho que já levou ao processamento de perto de 6 milhares de contos. Outros furos, no Vale do Romão, ultrapassaram o milhar de contos. Para as adutoras de Vila Chã/Santo António e de Fonte do Feto/Penalva, a serem colocadas por administração directa este ano, já foram adjudicados materiais no valor de 6728 contos.

Ainda no tocante ao estabelecimento de água, foram concluídos os projectos relativos aos sectores central e Sul. Por administração directa foram instaladas novas condutas num total de 270 metros na Avenida do Bocage, na Quinta do Torrão das Canas, na Quinta do Visconde e na Quinta do Torrão. Houve, por fim, segundo a informação da municipalidade, intervenção em 179 roturas em condutas, 275 ramais, 288 bocas de incêndio 28 válvulas de seccionamento, 8254 contadores e 548 torneiras.

Saneamento

Enquanto prosseguia o levantamento do Cadastro da rede em todo o concelho, foram executados vários projectos e obras da rede pluvial com um total de 381 metros e no valor de 2734 contos. Foram instalados — ainda como infra-estruturas dos arruamentos do Novo Hospital — 2784 metros de colectores no valor de 9139 contos. Iniciou-se a obra do aqueduto, desarenador e Vala do Lavradio, com um valor já processado de 4575 contos.

No campo do saneamento registaram-se ainda 347 intervenções em colectores, 90 câmaras de visita, mais de mil e quinhentas caixas e ramais de ligação e 4164 sumidouros, tendo sido vazadas 191 fossas. Foi ainda prolongado, em obra por administração directa, um colector doméstico em Palhais, com o valor de mil contos.

Há finalmente a registar, para além das fiscalizações, dos pareceres sobre projectos, das vistorias, a aquisição de máquinas também no valor de milhares de contos.

Números, muitos números, que são a expressão de um trabalhado valioso que a autarquia barreirense leva a cabo, construindo o futuro, transformando a cidade.

Ensino

Mas também há outra qualidade de números. Os que exprimem dificuldades, travões ao desenvolvimento. E que são da responsabilidade do poder central. É o caso do ensino.

Recentemente, a Câmara Municipal do Barreiro aprovou uma moção sobre o problema, na qual recorda que, «em resultado da acção tenaz e prolongada da Autarquia e da população barreirense ao longo dos últimos anos, foi possível arrancar a construção de uma escola secundária» no concelho, a qual será concluída, segundo informações prestadas, até final do ano corrente.

«No entanto», afirma a moção aprovada, «em resultado da ineficiente planificação do Ministério da Educação, o atraso na construção da Escola Secundária, há muito reivindicada, tomámos conhecimento com grande preocupação que a nova escola não comportará todos os alunos matriculados no ano lectivo de 85/86, e 157 irão ser transferidos compulsivamente para o concelho da Moita.»

Eis um exemplo de como o trabalho aturado ao nível do poder local é muitas vezes desfigurado pelo que se faz e se não faz a nível central.

Congresso do Alentejo ultima preparativos

Com a participação de cerca de 500 personalidades realiza-se nos próximos dias 25, 26 e 27 do corrente mês, nas instalações da Universidade de Évora, o Congresso do Alentejo.

Aguardado com natural expectativa, esta realização permitirá uma abordagem sistematizada de grandes questões que se prendem com o desenvolvimento e o regionalismo, com os grandes projectos de desenvolvimento do Alentejo, com o ensino e a cultura, com a história e gentes da região.

Contando já com 170 comunicações — oradores onde avultam nomes de personalidades prestigiadas do meio cultural e científico português, para além de várias instituições como a Direcção Regional de Ordenamento do Alentejo, a Empresa Pública de Parques Industriais, a Associação de Estudos Rurais e o Gabinete da Área de Sines — o Congresso do Alentejo continua a suscitar um crescente interesse, existindo na Comissão Organizadora a convicção de que constituirá um dos debates mais sérios e aprofundados realizados até ao momento sobre os problemas da região.

Loures em obras

Um conjunto de obras, cujo valor global atinge os 80 mil contos, vai ser lançado em Loures, havendo sido aprovado em reunião ordinária do executivo municipal, por unanimidade. Deste conjunto de obras, destaca-se, pelo seu significado local, o lançamento do gimnodesportivo de Loures, obra que na sua totalidade está orçada em 120 mil contos e inclui a construção de uma piscina. A obra é suportada integralmente pelo orçamento camarário.

Está já a decorrer o concurso para a primeira fase de construção do gimnodesportivo, cuja obra deve iniciar-se no próximo mês de Novembro e ficar concluída no prazo de sete meses. A primeira fase corresponde à «ossatura» do gimnodesportivo, ficando este implantado no local da feira. Os serviços municipalizados ocupam-se já da desmontagem dos pavilhões e da terraplanagem da zona.

Outras deliberações camarárias dizem respeito a obras a realizar em diversas zonas do concelho. O Bairro de Codivel, em Odivelas, vai também passar a dispor de um polidesportivo que deverá ficar concluído dentro de quatro meses. Em S. João da Talha foi decidido adjudicar a construção de um mercado em Vale de Figueira, que ficará pronto dentro de três meses, sendo o custo da obra da ordem dos dez mil contos. Em Unhos, Catujal, ficou assente proceder à adjudicação da empreitada de uma creche e jardim de infância, obra orçada em 7200 contos.

A Câmara decidiu ainda a aquisição de máquinas para os serviços de obras, havendo procedido à abertura dos respectivos concursos.

Arte e cultura da URSS em Portugal

A recente realização de três espectáculos em Lisboa pela Orquestra Sinfónica Nacional da URSS e a oportunidade de apreciar o *ballet* soviético através da Companhia de Minsk depois de actuar no Porto, que amanhã inicia uma série de três espectáculos no Coliseu dos Recreios da capital, constituem uma excelente ocasião para o público português contactar de perto com a arte e cultura soviética, nalgumas das suas expressões mais ricas e internacionalmente reputadas.

• Ballet até domingo no Coliseu
• Êxito da Orquestra Sinfónica

Com efeito, a passagem por Lisboa da Orquestra Nacional da URSS sob a direcção de Eugeni Svetlanov para inauguração da temporada de concertos da Fundação Gulbenkian afirmou-se como um acontecimento de grande interesse cultural durante o qual ficaram patentes as enormes virtudes e a elevada categoria desta grande orquestra sinfónica.

Criada a 5 de Outubro de 1936, a Orquestra granjeou uma enorme reputação e um grande reconhecimento popular, sendo hoje uma consagrada intérprete da música russa e dos grandes clássicos, para além de incluir frequentemente nas suas apresentações obras modernas de compositores estrangeiros e soviéticos.

Referindo-se à Orquestra, disse Chostakovitch tratar-se de «uma das maiores orquestras do mundo», um colectivo que, adiantou, «é o melhor intérprete das minhas obras».

Idênticos elogios têm sido frequentemente dispensados pela imprensa internacional durante as suas digressões como acontece com o «Finantional Times» para quem a «A Orquestra Nacional da URSS goza sem dúvida da reputação de ser uma das melhores do mundo».

Na apresentação dos concertos em Lisboa a Orquestra integrou a pianista Liubov Timofeeva e o meio soprano Tamara Sinavskaia.

Cinema

Por iniciativa da Associação Portugal-URSS estará também no circuito comercial a partir do próximo dia 23 o filme «Siberiada».

A exibição decorrerá no «Estúdio 444» e fica a dever-se a diligências da Associação após o enorme sucesso que a película obteve por ocasião da Semana do Cinema Soviético realizada em Dezembro do ano passado.

Ballet

Prosseguindo uma digressão europeia onde tem acolhido grandes manifestações de aplauso encontra-se neste momento no nosso país, sob a direcção de V. Elizariev, a Companhia de Ballet de Minsk.

Depois de dois espectáculos no Coliseu do Porto, a Companhia apresenta-se amanhã ao público de Lisboa.

As apresentações decorrerão no Coliseu dos Recreios e do programa fazem parte as versões integrais de **Spartacus**, música de **A. Khatchaturian** (dias 18 e 19) e do **Lago dos Cisnes**, música de **P. I. Tchaikovsky** (dia 20).

Música e cinema animam Coruche

No âmbito da **1.ª Feira do Livro de Coruche**, a decorrer desde o passado fim-de-semana até ao próximo domingo, realiza-se no próximo sábado, dia 19, um concerto em que actuarão os grupos «Go Graal Blues Band» e «Rádio Macau» e um ciclo de cinema sobre a juventude.

O certame, que incluirá uma exposição sobre literatura portuguesa nos seus mais diversos domínios bem como a realização de um colóquio com os escritores Batista Bastos, Alice Vieira, Urbano Tavares Rodrigues e Manuel Gusmão, contará ainda com sessões de poesia, representações teatrais, música popular, além de projecções de vídeo e de um centro de informática.

A actuação de Carlos Paredes e uma exposição de artesanato e artes plásticas de autores residentes no concelho constituem ainda pontos fortes do programa que animará a vila do Sorraia.

Esta iniciativa conta com a colaboração do Instituto Português do Livro, do Fundo de Apoio aos Organismos Juvenis (FAOJ) e do Centro Cultural da Beira Interior, para além de diversas colectividades do concelho de Coruche.

PCP

Novo CT da DORS

Rumo aos 23 mil contos!

A campanha de fundos para o novo Centro de Trabalho da DORS do PCP ultrapassou já largamente os 22 mil contos, resultado da iniciativa e do empenhamento das organizações do Partido no distrito de Setúbal.

Os comunistas do concelho de **Sines** reforçaram a sua posição na dianteira da campanha, ultrapassando mesmo os 75 por cento da respectiva meta.

Entretanto, até ao fim do ano, a campanha conhecerá uma fase final de grande dinamismo, com múltiplas iniciativas em todos os concelhos. Está prevista ainda a apresentação do espectáculo itinerante da campanha, em diferentes pontos do distrito, uma acção que teve êxito significativo e que será agora retomada nesta ponta final.

Porto

Campanha dos 10 mil em acção

1.º Sorteio a 7 de Novembro

Na organização local do Porto, os militantes comunistas prosseguem as tarefas da campanha dos 10 mil contos, para o pagamento dos encargos do novo Centro de Trabalho. Depois de ter ocorrido a primeira contagem para a emulação entre as organizações, que fez o ponto da situação sobre o andamento da iniciativa, pensa-se já com entusiasmo no primeiro grande sorteio da campanha, marcado para 7 de Novembro. Até lá, é a grande azáfama para vender e comprar bilhetes inteiros ou pelo menos os décimos dos bilhetes. Discutir e preparar esta nova tarefa nas reuniões e na actividades geral da organização local do PCP é ponto obrigatório nas semanas que vêm aí.

Continuando a falar de iniciativas para Novembro é de referir o novo jantar de confraternização da comissão coordenadora central da campanha. A data já está marcada: 9 de Novembro. E além do convívio sempre agradável, aí decorrerá a entrega pública dos dois galardões da campanha às organizações vencedoras na primeira contagem entretanto efectuada. Este jantar-convívio, para o qual já estão abertas as inscrições, é organizado pelos camaradas do **Bonfim** (recorde-se que o primeiro contou com a organização dos comunistas da Foz). Durante o jantar de 9 de Novembro será feito um leilão, que contará, nomeadamente, com objectos de valor entretanto oferecidos e entregues na comissão central da campanha. Também para este leilão se solicitam os contributos de camaradas e amigos do Porto.

Olivais

• Plenário de células hoje em Moscavide

Nas instalações do Centro de Trabalho de Moscavide decorrerá **hoje** (quinta-feira) a partir das 18 e 30 horas um plenário de militantes das células de empresa da organização dos Olivais (Lisboa). A reunião, que contará com a presença de Aboim Inglês, do Comité Central, é aberta também a trabalhadores e democratas não comunistas. A situação após as eleições de 6 de Outubro será, naturalmente, tema em foco.

Saudações

• Ao Partido Socialista Iemenita

Em nome dos comunistas portugueses e certo de interpretar os sentimentos da classe operária de Portugal, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda calorosa e fraternalmente o 3.º Congresso do Partido Socialista Iemenita e, por intermédio dos seus delegados todos os seus militantes e o povo da República Democrática e Popular do Iemen.

Os comunistas portugueses têm em alto apreço a primeira revolução popular libertadora em terra árabe orientada na perspectiva da construção do socialismo.

A revolução iemenita teve e tem uma repercussão que se estende muito para além dos países árabes.

Os comunistas portugueses valorizam os sucessos alcançados pelo PSI e o povo iemenita na liquidação das sequelas do colonialismo e na edificação de uma nova sociedade, apesar da adversidade da natureza e da hostilidade do imperialismo.

O PCP uma vez mais manifesta a sua solidariedade militante ao PSI nas tarefas de edificação da nova sociedade a caminho do socialismo.

Caros camaradas

O vosso **3.º Congresso** tem lugar numa situação internacional prenhe de perigos para a paz mundial, decorrentes da política belicista do imperialismo e, em particular, do imperialismo norte-americano.

Com a finalidade de deter o processo de libertação nacional e social, o imperialismo desencadeou uma vasta ofensiva contra as forças da paz e do progresso social, bem patente na corrida às armas, englobando o próprio espaço cósmico, no apoio em todo o lado às forças mais negras da reacção, nas ingerências, pressões, ameaças de todo o tipo e na própria agressão militar contra países soberanos.

No Médio Oriente o imperialismo prossegue, de conluio com o sionismo e a reacção árabe, os seus planos para impedir a formação do Estado Palestiniano independente e para liquidar o movimento de libertação nacional árabe.

O PCP considera que uma paz justa e duradoura no Médio-Oriente passa pela retirada de todas as tropas de Israel dos territórios ocupados desde 1967, pelo reconhecimento da OLP como único e legítimo representante do povo palestiniano e dos direitos nacionais do povo palestiniano, incluindo o da formação do seu próprio Estado soberano e independente.

Para o PCP a derrota dos sinistros planos do imperialismo exige não só o restabelecimento da unidade da OLP mas também o restabelecimento da aliança entre a OLP, a Síria e o movimento patriótico libanês, no quadro mais geral da unidade de todas as forças progressistas dos países árabes.

No plano mundial os comunistas portugueses consideram que o reforço da unidade do movimento revolucionário mundial e o reforço da solidariedade e da cooperação entre todas as forças do progresso social é condição indispensável para derrotar a política belicista do imperialismo, assegurar a paz e o prosseguimento do processo revolucionário mundial.

(...)

Fazendo votos para que os trabalhos do 3.º Congresso sejam coroados de êxitos, o PCP manifesta a sua vontade de continuar a agir para que se reforcem os laços de amizade, solidariedade e cooperação existentes entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista Iemenita no interesse dos dois povos e países, da paz e do socialismo.

• Ao Partido Popular Revolucionário do Kampuchea

Exprimindo os sentimentos dos comunistas portugueses, o Comité Central do Partido Comunista Português saúda fraternalmente os delegados ao 5.º Congresso do PPRK e por seu intermédio todos os membros do vosso Partido e o povo Kampucheano.

É com o maior interesse que em Portugal seguimos o desenvolvimento da situação do vosso país e na região. Valorizamos altamente as realizações e os sucessos alcançados pela República Popular do Kampuchea, sob a direcção do PPRK, na reconstrução económica do país, na elevação do nível de vida material e cultural das massas trabalhadoras, no renascimento nacional do povo Khmer. Somos solidários com a vossa dura e difícil luta em defesa da independência, soberania e integridade territorial da vossa pátria.

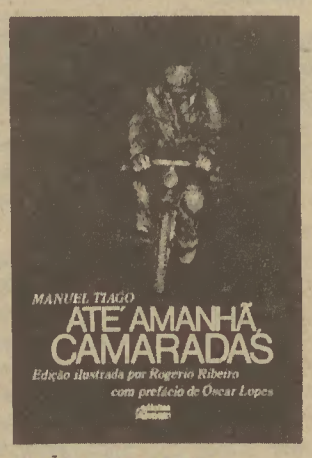
A situação internacional apresenta-se carregada de ameaças para a paz, a liberdade e a independência dos povos em resultado da política militarista agressiva do imperialismo, e em primeiro lugar, do imperialismo norte-americano, visando deter e se possível inverter o processo revolucionário mundial. A luta para pôr fim à corrida aos armamentos, iniciar o desarmamento (designadamente o nuclear) e impedir a militarização do espaço, é uma luta comum aos trabalhadores e povos de todo o mundo. Luta que é inseparável da luta pela democracia, a independência nacional, o progresso social, o socialismo. Neste contexto assume particular importância a defesa das revoluções socialistas e progressistas que tiveram lugar nos últimos anos na Indochina, na África Austral, na América Central, noutras regiões do mundo. A defesa e consolidação da Revolução no Kampuchea, sendo em primeiro lugar do interesse do povo kampucheano é do interesse de todas as forças progressistas e amantes da paz.

É possível impedir os planos hegemónicos do imperialismo. Para tanto consideramos indispensável reforçar a unidade do movimento comunista internacional assim como a cooperação e a solidariedade recíproca entre os países socialistas, a classe operária dos países capitalistas, os países progressistas, o movimento de libertação nacional.

(...)

Desejamos pleno êxito aos trabalhos do 5.º Congresso do PPRK. Aproveitamos a ocasião para expressar a nossa vontade de reforçar as relações de amizade e solidariedade existentes entre os nossos dois partidos, com base no marxismo-leninismo e no internacionalismo proletário.

O documento, o testemunho, o romance da luta dos povos pela liberdade e independência



EDIÇÃO ILUSTRADA POR ROGÉRIO RIBEIRO COM PREFÁCIO DE ÓSCAR LOPES

O grande romance da resistência popular ao fascismo do Estado Novo. O herói individual das obras romanescas dá, aqui, o lugar à acção conjugada e colectiva das várias personagens que conduzem a acção. Todas elas participam e são elas que constroem a história. O seu destino é talhado pela sua vontade. Falando do sentido profundo deste livro, diz Óscar Lopes que ele «evidencia-nos que a vida é inesgotável». Acrescenta, recordando a obra de Guimarães Rosa: a «lição do livro é a de que **viver é perigoso.** Sentem-no aqueles que inteiramente se comprometem a melhorá-la».

A 3.ª edição de *Reportatem Sob a Forca* é lançada em Portugal por ocasião do aniversário (6 de Setembro) da execução de Julius Fučik na prisão da Gestapo, em Praga.
Significativamente esta 3.ª edição surge também em Portugal quando se comemora o 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo.
Para fazer a Paz é necessário não esquecer a Guerra. Escrito em segredo na prisão da Gestapo, o livro do jornalista Fučik é um testemunho e um aviso sobre os horrores da Guerra.
A sua leitura pelas novas gerações é um contributo para a Paz.

Quando a Alemanha nazi atacou a União Soviética, Wanda Wassilewska, escritora polaca, acompanhou o exército soviético como correspondente de guerra. Do que viu e sentiu nasceu *Arco-Íris*, um lancinante grito de humanidade no meio da hecatombe.
O êxito alcançado por *Arco-Íris* foi extraordinário. Só na URSS venderam-se nos primeiros meses 500 000 exemplares.
Traduzido em vários idiomas, *Arco-Íris* constituiu um grande sucesso literário em diversos países, nomeadamente nos Estados Unidos, e foi também adaptado ao cinema.

edições Avante!

Internacional

Assim vai o mundo capitalista

Não precisamos ir além das oficiais estatísticas do capitalismo e dos não menos oficiais comentários e prevenções de organismos internacionais do capital, para comprovar, com números gerais na mão, aquilo que numa escala mais reduzida todos sabemos pela experiência da realidade que quotidianamente defrontamos. Ou seja, que na sua actual fase de desenvolvimento, o capitalismo aposta, de forma particularmente intensa, em superar as dificuldades do sistema à custa de condições insuportáveis para a grande massa de trabalhadores.

Para nós isto quer dizer que a vida está cada vez mais cara, que os livros dos nossos filhos custam mais de 50% relativamente ao ano passado, que há salários em atraso, e desemprego, e fome, e uma casa é para muitos uma miragem inalcançável.

Para o capital a questão resume-se numa palavra lapidar: **lucro**. Ou para sermos mais específicos e utilizando para isso um exemplo elucidativo — o discurso do presidente da Confederação Espanhola do Patronato, quando se referia à reforma dos serviços sociais, justamente contestada pelos trabalhadores espanhóis. Pelas suas palavras o objectivo da reforma é: «colocar uma sonda no organismo da SS (serviços de segurança social) com vista a transferir dois milhões de milhões de pesetas para o sector privado».

Esta «sonda» — que é uma realidade de facto em todos os países capitalistas, e sob as mais diversas formas — tem consequências bem concretas. Por exemplo: em meados dos anos 80, as pessoas directamente ameaçadas pela pobreza, no âmbito do capitalismo desenvolvido, constituía 15 a 20 por cento da população. Nos anos 80, os países da OCDE registam cerca de 33 milhões de desempregados (oficiais), dos quais 20 milhões na Europa capitalista.

Quanto a perspectivas, não são melhores. Para referirmos um dado muito recente, basta citar o relatório divulgado há dias em Genebra pelo secretariado do GATT (Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio), que aponta para um crescimento económico (no mundo capitalista) de 2,5 a 3% para 1985 e em que se afirma «que a economia mundial corre o perigo de retroceder ao anémico exercício registado nos anos posteriores a 1973» (anos de crise, portanto).

São factos gerais, que englobam lutas múltiplas, diferentes realidades nacionais. Aqui registamos alguns elementos e acontecimentos que reflectem e são elos da realidade do que é o capitalismo hoje.

Em França, as lutas reivindicativas estão na ordem do dia

• RFA

Para os trabalhadores dos países capitalistas, as novas condições em que o sistema se desenvolve na nova fase de evolução ligada à revolução técnico-científica (RTC), tem representado o apertar das tenazes que delimitam condições de vida cada vez mais difíceis. Pelo desemprego. Pelos cortes nas despesas sociais. Por uma política que marginaliza sectores inteiros da população (nomeadamente entre a juventude) e visa dividir trabalhadores, desarticular e afastar os sindicatos, em simultâneo com a repressão a todos os movimentos progressistas, naturalmente com destaque para os partidos comunistas, mas atingindo todos, nomeadamente o movimento da paz.

Se o quadro é difícil e as armas utilizadas pelo capital no dia a dia trazem por vezes consequências dramáticas para os trabalhadores (o desemprego é uma arma particularmente cruel) — o objectivo determinante de colocar os trabalhadores à mercê das finalidades do lucro não foi nem podia ter sido atingido. Grandes lutas se têm registado nos países do capital monopolista.

Uma referência oportuna e actual à RFA: nas próximas semanas deverão realizar-se **mais de mil acções de luta contra o desemprego** e a redução das contribuições sociais decretada pelo governo. As jornadas de protesto culminarão com a realização de grandes manifestações, já nestes próximos dias, em 18 cidades do país.

Em Frankfurt, na RFA, cenas como estas tornaram-se frequentes

São lutas importantes que visam pôr em causa uma política que deu origem já a 2,2 milhões de desempregados oficialmente registados a que há que somar, segundo os dados divulgados pelos sindicatos, pelo menos mais 1,5 milhões.

E os trabalhadores da RFA já demonstraram na prática, embora com uma vitória parcelar, que é possível fazer recuar o patronato. Lembramos aqui a grande luta dos tipógrafos e dos metalúrgicos oeste-alemães pela semana de 35 horas, sem cortes salariais.

Claro que o governo de Bona tem uma lógica diferente. Na sua perspectiva a via para a superação dos actuais problemas económicos é a «criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento do sector privado e de um acréscimo dos lucros, uma parte dos quais será investida novamente na economia». Os resultados desta política são conhecidos. E passam infalivelmente por um agravamento ainda maior do problema fulcral do desemprego. Por isso os sindicatos da RFA avançam com a exigência de que o governo consagre 50 mil milhões de marcos à criação de novos postos de trabalho. Uma campanha em marcha em que a batalha por novos postos de trabalho se interliga com uma outra: «a Paz pelo Desarmamento». Dois problemas diferentes? Não — uma unidade indissolúvel. Um testemunho da confiança de que é possível alteral — não naturalmente o conteúdo — mas a actual prática política do capital. Prática desumana contra os trabalhadores. Prática desumana contra a Humanidade.

• FRANÇA

O Congresso do Partido Socialista Francês encerrou há dias os seus trabalhos em Toulouse. Com a aprovação de uma resolução em que os problemas são adiados (segundo a imprensa); e uma «cedência» formal do seu sector mais à direita — na orientação política adoptada não fica expresso um acordo de legislatura com um dos partidos da direita francesa...

Os factos são significativos. Não comparando situações, todas necessariamente específicas (mas todas integrando realidades mais gerais) o PSF, no poder, é um bom exemplo do que é a política da social-democracia. Na prática. E nas palavras.

Em Outubro de 84, Mitterrand afirmava em Conselho de Ministros: «Todas as pessoas neste país devem comer à saciedade. Nem mais uma única família com crianças deve ficar na rua». Prelúdio de medidas sociais tendentes a melhorar a situação das massas trabalhadoras ou tão só a uma distribuição mais «justa» do produto nacional entre os trabalhadores e o capital (segundo os próprios conceitos teoricamente defendidos pela social-democracia)?

Os números falam por si. Em 1984, pela primeira vez desde 1958, a percentagem de aumento salário/hora foi inferior à do aumento dos preços. Três milhões de desempregados, sendo que 700 mil (com longo período de desemprego) recebem um subsídio mínimo e 1 milhão não recebe nada. 5 a 6 milhões de pessoas devem sobreviver com menos de 50 francos por dia — 60% tem menos de 40 anos e 61% são casados. Assim se compreende facilmente os mortos deste rigoroso inverno passado, as gares de metropolitano abertas, para que o crescente número dos marginais não morresse de frio na sua «casa» tradicional: a rua.

Entretanto a produtividade do trabalho aumentou o ano passado de 5,3%. O maior aumento registado desde 1973.

São factos. Testemunhos reais de uma prática política que tornam relativamente teórica a discussão sobre os jogos de influência de personalidades e sectores mais à direita ou à esquerda no interior do PSF. Não é naturalmente indiferente — muito pelo contrário — quais os caminhos que irão trilhar os socialistas franceses, que direcção seguem, que alianças esboçam.

Mas na prática política é o elemento determinante. E essa nada tem a ver com a defesa de interesses populares e tão pouco com já longíquas promessas eleitorais.

• GRÃ-BRETANHA

As críticas à política do governo de Thatcher mobilizam cada vez mais o povo inglês

As razões que têm ultimamente trazido a Grã-Bretanha para as páginas dos jornais ou noticiários radiofónicos e televisivos são bem específicas e sintomáticas. São as revoltas que alastraram nos bairros mais pauperizados de Londres, Liverpool e Birmingham, verdadeiros *ghetos* que concentram taxas elevadíssimas de desemprego e miséria e onde o racismo faz a sua obra.

No actual Congresso dos conservadores britânicos em Blackpool, a realidade das revoltas que lavram em bairros pobres também esteve presente. Mas não naturalmente para pôr em causa a política económica de que são fruto. Antes para invocar a necessidade de «coesão nacional» na defesa das instituições tradicionais, numa sociedade de que o objectivo seria a «democracia de proprietários». Assim se defende — e com toda a lógica de classe — a perspectiva de um país à medida dos interesses do capital. A política do lucro, livre da ameaça da reacção dos trabalhadores.

Entretanto, e apesar das dificuldades da esquerda, das ambiguidades no seio dos trabalhistas, o ideal do partido de Tatcher está bem longe da realidade. Não é por acaso que no momento os conservadores atingiram (de acordo com sondagens) um ponto particularmente baixo no nível de popularidade. Não foi por acaso que procedeu recentemente a uma remodelação governamental que, no comentário da BBC, visaria «dar um novo rosto à conhecida política económica dos conservadores».

O «novo rosto» em nada altera a política nem os objectivos do governo de Londres. E a realidade é o prosseguimento de todos os problemas pendentes e em particular do que se coloca com maior gravidade perante os trabalhadores de todos os países capitalistas: o desemprego. Na Grã-Bretanha ele afecta — em números oficiais — 3,25 milhões de pessoas, ou seja 13,4 por cento da população activa.

Problemas a que não têm correspondido apenas respostas desesperadas e desorganizadas como as registadas nos bairros miseráveis de algumas das maiores cidades industriais do país. Mas sim — é bom relembrá-lo — lutas inéditas pela sua envergadura, como a greve de um ano dos mineiros. Greve heróica, de que as consequências não morreram naturalmente com a suspensão, nesta fase, dessa forma de luta. Antes constituem uma base para prosseguir a batalha em defesa de algo que se tornou particularmente precioso em regime capitalista: a defesa dos postos de trabalho.

Internacional

«Achille Lauro»
Quem são os terroristas?

Tudo começou aparentemente com o sequestro do navio italiano «Achille Lauro», em águas egípcias, por um grupo que se afirmou palestiniano. A OLP demarcou-se claramente do facto. Entretanto notícias de mortos e de ameaças começavam a ser veiculadas. E com elas a de movimentos militares norte-americanos na zona. Obtida a rendição dos assaltantes, com a activa contribuição da OLP, a questão em causa parecia ultrapassada. Para mais o comandante do navio, em declarações iniciais, tão pouco referia quaisquer incidentes, e muito menos mortos. Mas para a Casa Branca havia um morto. O seu porta-voz anunciava a «execução brutal» de um cidadão norte-americano.

É então, que em nome da luta anti-terrorista, Washington decide da concretização de mais uma acção de terrorismo de Estado. Caças F-14 levantam do porta-aviões «Saratoga» para desviar o avião militar egípcio — em que viajavam os assaltantes e dois dirigentes da OLP — para uma base da NATO na Sicília. Governos de países da NATO aplaudem o acto de pirataria internacional.

Cúmplice activo de tal acto, o primeiro-ministro italiano, Bettino Craxi, acaba «desobedecendo» parcialmente às determinações da Casa Branca, ao optar pela libertação e encaminhamento para a Jugoslávia, dos dois dirigentes palestinianos sequestrados.

Na sequência destes acontecimentos gera-se em Itália a possibilidade de uma crise governamental. Nas ruas do Cairo grupos de estudantes gritam «Mubarak, basta de humilhações» e o próprio presidente egípcio afirma estar à espera de desculpas oficiais dos Estados Unidos.

A mais sucinta síntese dos factos aponta para algumas conclusões inevitáveis.

Podemos relembrar Granada, os sinistros planos que levaram ao abate do jumbo sul-coreano, os esquemas sempre renovados para aniquilar a revolução sandinista. Não comparamos naturalmente a dimensão política ou militar destes diferentes factos. Mas todos são filhos de uma mesma política: o terrorismo como prática de Estado, dentro da estratégia imperialista dos «interesses vitais», que abarcam na verdade todo o planeta e, de acréscimo, o espaço cósmico.

Uma política cuja lógica «justifica» o afundamento do navio da «Green Peace» pelos serviços secretos franceses, ou o bombardeamento de palestinianos na Tunísia por aviões israelitas, como agora o desvio de um avião militar egípcio e aprisionamento dos seus ocupantes por aviões de guerra norte-americanos.

Ou seja, governos que enchem a boca com a necessidade de combate ao terrorismo internacional são de facto seus promotores.

Mas nem tudo são rosas para os que se lançam em aventuras deste género, convencidos das vantagens e da impunidade da política da força. Mesmo cingindo-se apenas à acção terrorista agora executada a mando da Casa Branca, não é difícil calcular que a subsequente evolução dos acontecimentos em Itália e no Egipto, não fazia parte dos planos elaborados pelos estrategas da provocação. É sempre possível averbar «vitórias» parcelares e temporárias, como a de Granada. Mas no actual quadro político internacional, a política de terrorismo de Estado não tem futuro.

POLÓNIA

Sim ao desenvolvimento socialista

Dia 13 realizaram-se na Polónia socialista eleições legislativas. 78% do eleitorado — ou seja mais de 20 milhões, em 26 milhões de eleitores inscritos — foi às urnas para eleger os deputados à Dieta. Em termos comparativos, a participação activa pelo voto subiu significamente em relação ao último acto eleitoral realizado — as eleições autárquicas de 1984 — em que a percentagem de votantes foi de 75%.

São dados que importa registar pelo significado político que têm na Polónia de hoje.

Face a estes resultados, duas primeiras conclusões podem ser avançadas.

• A falência da contra-revolução impõe-se por si. É verdade que ainda foi possível gerar incidentes com pequenos grupos em Gdansk e Nowa Huta. Mas foi tudo. O apelo do grupo provocatório (que é o que resta do «Solidariedade») à abstenção não teve qualquer repercussão prática. Mesmo em Gdansk, a afluência às urnas foi de 79%.

Esta a realidade — na Polónia. Aí manifestamente o imperialismo está a perder pontos (e será bom relembrar que a aposta foi muito forte), não subestimando embora o que ficou do dificílimo período que o país viveu: as graves marcas na economia e, o que não é menos importante, na consciência das pessoas.

Para além das fronteiras da Polónia socialista — e é de referir o caso concreto do nosso país — a campanha continua. Numa reafirmação palpável de qual o verdadeiro carácter que foi impresso aos contecimentos de 1980 e por quem.

Aliás a confirmação da falência da contra-revolução no quadro eleitoral é apenas uma confirmação desse facto noutros domínios.

Onde estão hoje os antigos membros do «Solidariedade»? Citamos palavras de Jaruzelski no plenário do CC do POUP destinado ao debate preparatório das eleições: «Os antigos membros do «Solidariedade» constituem a maior parte da base do novo movimento sindical, mas estão também nos seus diversos escalões. É uma boa parte dos membros dos conselhos operários e de outros órgãos de autogestão, das organizações sociais, das associações de cientistas e criadores (...) Há-os também aqui, nesta sala.

• Os resultados eleitorais são — fundamentalmente — uma afirmação do empenhamento colectivo no prosseguimento de uma linha política, e sobretudo uma afirmação da vontade popular de uma pátria socialista.

Isto é tanto mais evidente quanto as pessoas que há dias foram às urnas na Polónia são as mesmas que no início da década viveram um período difícil. Por vezes participaram em acções cujos objectivos nada tinham a ver com os formalmente divulgados, e com os interesses e exigências que defendiam. Que sofreram, em anos anteriores, a desilusão provocada pela violação de leis do socialismo.

Hoje tão-pouco se deparam caminhos fáceis. Os problemas são ainda bem reais. Basta referir que em véspera das eleições foi necessário tomar medidas como o de aumento de preços de alguns produtos alimentares, ou o agravamento de penas para certas categorias de delitos.

São medidas que traduzem problemas como a corrupção (particularmente evidente no sector privado), ou o crescimento mais acentuado das receitas monetárias da população em relação à produtividade do trabalho. A dívida ao mundo capitalista é um peso permamente — os juros quase duplicam o saldo positivo da balança do comércio externo.

E no entanto tem-se avançado. Com persistência. Hoje já se fala em termos de **progresso** no plano económico, e não apenas como uma perspectiva de futuro. As organizações sociais e políticas alargam as suas bases.

Pela sua participação nas eleições, como em todas as outras formas de vida económica e sociopolítica do país (em socialismo a democracia não se restringe às urnas, como no capitalismo...), os polacos demonstraram que, na sua grande maioria, compreendem e apoiam o programa, as palavras de ordem dos comunistas, e para utilizarmos palavras de Jaruzelski, «em função do que vêem, do que é tangível, perceptível; as coisas concretas com que lidam todos os dias». Um apoio que em socialismo é elemento vital.

Kampuchea em Congresso

O Partido Popular Revolucionário do Kampuchea iniciou no domingo o seu quinto Congresso, com a apresentação pelo respectivo presidente, camarada Heng Samrim, do relatório político da actividade do PPRK desde Maio de 1981.

Nos trabalhos participam 250 delegados, 100 suplentes e observadores e ainda inúmeros convidados estrangeiros de outros partidos.

Eleições partidárias na RDA

Começaram na passada segunda-feira as eleições no Partido Socialista Unificado da Alemanha (PSUA), que culminarão com a eleição do respectivo Comité Central, em Abril do próximo ano, durante o XI Congresso do Partido.

Até meados de Dezembro os membros do Partido prestarão contas e procederão às eleições internas nos mais de 90 mil grupos do PSUA e nas cerca de 85 mil organizações de base.

O PSUA conta actualmente com mais de 2,2 milhões de membros. Na RDA, que conta com 17 milhões de habitantes, um em cada cinco adultos é membro do PSUA.

Reforma Agrária no Brasil

O presidente do Brasil, José Sarney, assinou recentemente o decreto referente ao primeiro plano nacional de Reforma Agrária, a vigorar até 1989. Segundo o plano, serão entregues terras a 1,4 milhões de famílias rurais. A entrega faz-se à custa da expropriação de terrenos abandonados, mediante indemnização dos antigos donos, bem como de propriedades do Estado, tendo o governo assumido o compromisso de prestar assistência técnico-financeira aos camponeses, bem como à criação de sistema de saúde e de ensino nas áreas abrangidas.

A satisfação com que as forças democráticas brasileiras receberam esta medida está no entanto ensombrada pela actividade criminosa de mercenários a soldo de latifundiários. Os grandes proprietários de terra, especuladores imobiliários e agentes das corporações agrícolas estrangeiras uniram-se para manter o seu domínio no interior, tendo contratado jagunços armados que mataram já este ano mais de oitenta pessoas que se recusaram a abandonar as terras concedidas pelas autoridades.

Recorda-se que no Brasil a situação no campo é verdadeiramente dramática, existindo actualmente 10 milhões de camponeses sem terra, enquanto um pequeno número de latifundiários dispõe de cerca de 70% das terras férteis.

Cresce o prestígio do ANC

O prestígio do Congresso Nacional Africano (ANC) e o reconhecimento do papel fundamental que desempenha na luta pela liquidação do *apartheid* e na libertação da África do Sul não pára de aumentar. No passado fim-de-semana, em Lusaka, na sede central do ANC, novos acontecimentos o comprovaram: tratou-se das conversações travadas entre os dirigentes do Congresso e representantes do Partido Federal Progressivo sul-africano, a chamada oposição legal ao regime.

As conversações ANC-PFP inserem-se no âmbito da procura de soluções para a grave situação que se vive na África do Sul, a exemplo das já realizadas com representantes do capital sul-africano. Os membros do PFP manifestaram-se a favor da libertação imediata de Nelson Mandela e dos restantes presos políticos do país.

Entretanto prosseguem um pouco por todo o lado manobras de distanciação do regime de Pretória. Nos EUA, os patronos da Universidade da Columbia decidiram retirar os seus capitais das companhias norte-americanas que operam na África do Sul, a exemplo do que fizeram vinte e sete outros estabelecimentos de ensino superior dos EUA. Segundo os dados divulgados na imprensa, pelo menos onze Estados norte-americanos colocaram à venda as suas acções das companhias que operam na África do Sul.

EUA contra Cuba

A campanha anticubana levada a cabo pela administração Reagan teve um novo impulso, com a aprovação de um dispositivo legal que impede a entrada nos EUA a membros do governo, funcionários do Estado e membros do Partido Comunista de Cuba, portadores de passaportes diplomáticos e oficiais.

O departamento de Estado poderá, segundo a nova disposição legal, recusar a entrada a qualquer cubano. Esta medida vem arrefecer ainda mais as relações entre os dois países, já bastante abaladas desde que no princípio do ano os EUA iniciaram as emissões para Cuba de uma nova rádio anticomunista.

Contra-revolução afegã

Segundo o «Washington Post», o Congresso norte-americano aprovou recentemente, numa reunião à porta fechada, a concessão de trezentos milhões de dólares adicionais para o fornecimento de armas aos contra-revolucionários afegãos.

O jornal refere que o pedido foi feito pela administração Reagan e sublinha que, a manter-se o presente ritmo de crescimento da ajuda financeira aos «dushman», o total anual atingirá os mil milhões de dólares!

Internacional

FMI reúne em Seul sob a ameaça de rotura do sistema económico internacional

Uma vez por ano, o Fundo Monetário Internacional (FMI) reúne a sua assembleia geral e cumpre um ritual velho de quarenta anos, em nome dos princípios que teriam estado na sua origem: promover a expansão e o crescimento equilibrado do comércio internacional; contribuir para a elevação dos níveis de emprego, do rendimento e do desenvolvimento dos recursos produtivos dos países membros; velar pela estabilidade cambial; etc., etc..
A cidade escolhida para o efeito, este ano, foi Seul, no sul da Coreia ocupado pelos Estados Unidos e controlado por uma feroz ditadura. Um cenário propício, portanto, para que a função decorresse a preceito. Tal não sucedeu, contudo.

Confirmando as expectativas e os receios dos senhores do FMI, vozes se levantaram contra uma organização que traiu os seus princípios e se transformou no carrasco do terceiro mundo. Entre elas destacou-se a do Peru, que através do Primeiro-Ministro Luis Alba Castro, se fez eco de todas as críticas que os países em vias de desenvolvimento vêm fazendo à organização e assumiu uma posição a todos os níveis digna de atenção.

Qualificando o FMI como **uma instituição política que reproduz o velho colonialismo**, o representante do Peru não poupou críticas aos Estados Unidos que, disse, **com a cumplicidade do FMI forçaram o resto do mundo a financiar os próprios défices norte-americanos. O FMI**, sublinhou, **fugiu às suas responsabilidades e tornou-se um cúmplice do sobre-endividamento do terceiro mundo.**

O representante peruano reafirmou a decisão, já anunciada pelo presidente Alan Garcia, do seu país consagrar ao serviço da dívida um máximo de 10 por cento do valor das exportações, bem como a determinação de continuar a dialogar directamente com os seus credores, sem intervenção do Fundo Monetário Internacional.

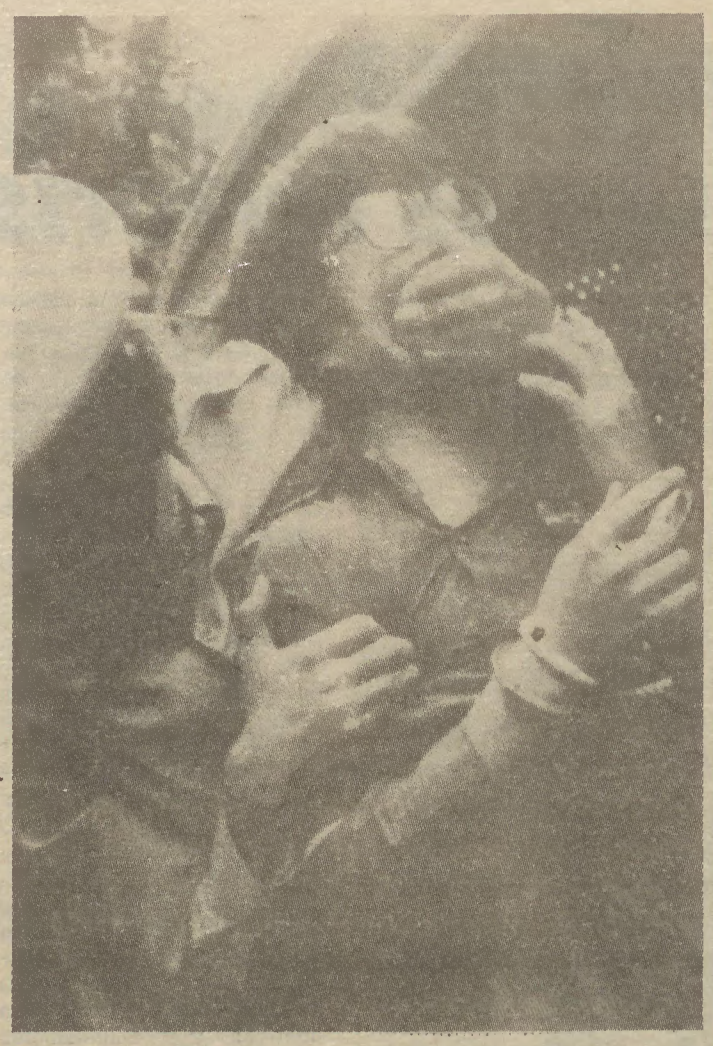
O Peru exigiu ainda a rápida reforma do sistema monetário internacional de molde a resolver-se de forma satisfatória o grave problema das dívidas externas, fazendo notar **ser tempo de acabar com o período em que um só país (os EUA) impõe ao resto do mundo as condições da sua existência, um país que escapando ele próprio a todo o controlo, condena à fome os países menos desenvolvidos.**

À conquista da NOEI

A questão levantada pelo Peru, que segundo os observadores **acordou a assembleia** reunida em Seul, teve o mérito de levar ao seio do FMI um dos problemas mais discutidos internacionalmente nos últimos tempos: o da necessidade de uma nova ordem económica internacional (NOEI). Não porque se esperasse que a assembleia geral decidisse algo que pudesse responder aos anseios de grande parte dos países membros, mas porque se torna cada vez mais insustentável a situação actual, em que inúmeros países vão sendo estrangulados pela dívida externa.

Pagar ou não pagar; renegociar as dívidas de forma concertada com os credores; repartir o peso da dívida entre os países credores; chegar a um acordo global que viabilize as economias dos países em vias de desenvolvimento, são apenas algumas das questões em debate. Quando Cuba iniciou um movimento destinado a formar o que veio a ser designado como uma espécie de «clube dos devedores» (para fazer frente ao clube dos credores), muitas foram as vozes que se insurgiram com tal ousadia. A hipótese levantada das dívidas virem a não ser pagas provocou uma onda de protestos do mundo capitalista e de múltiplos receios dos endividados. Mas o facto é que a semente lançada começou a germinar.

Hoje não é apenas o Peru a apresentar condições para a resolução da sua dívida externa. O Brasil, a Bolívia, a Argentina, para citar apenas os casos mais notórios da América Latina onde a dívida ascende a 360 mil milhões de dólares, afirmam não estar dispostos a sacrificar mais os respectivos povos para satisfazer pagamentos duma dívida externa artificialmente aumentada. Na reunião dos Não-Alinhados recentemente realizada em Luanda, a questão foi igualmente debatida, sendo apresentadas inúmeras propostas cujo objectivo claro é a instauração da NOEI, tida como indispensável para a própria viabilização económica do terceiro mundo. Também a França aparece agora defendendo uma posição semelhante.



Repressão em Seul para calar as vozes discordantes

A consciência de que é impossível manter situações como por exemplo as da Nigéria ou do México, que consagram mais de 50% dos seus rendimentos provenientes das exportações ao pagamento da dívida, generaliza-se. O próprio presidente do Banco Mundial, William Clausen, considera que as medidas de «saneamento» económico impostas à América Latina ou à África têm contribuído em larga escala para provocar nesses países situações explosivas.

O que significa que as velhas receitas não servem, apesar das tentativas para as continuar a impor. Alarmados com as debilidades do sistema financeiro internacional, os grandes bancos e o FMI optam pela diminuição de créditos ao terceiro mundo. Durante o primeiro trimestre deste ano, por exemplo, os financiamentos bancários aos países pobres diminuiram de 2,4 mil milhões de dólares em relação ao mesmo período do ano anterior. Enquanto isso, os EUA, a França e o Japão arrecadaram o essencial dos créditos disponíveis durante o mesmo período.

Mas o mal-estar instalou-se definitivamente. Poucos são hoje os países endividados que não defendem a necessidade de créditos para o seu desenvolvimento, de renegociação das dívidas externas e de relações económicas internacionais assentes em princípios justos e de respeito mútuo.

Trata-se de uma batalha que será ainda longa, mas como se viu em Seul os países capitalistas não podem já dormir descansados sobre a miséria do terceiro mundo.

FMI a vergonha da ONU

- O Fundo Monetário Internacional (FMI) é uma organização internacional que, por estranho que pareça, faz parte das instituições da ONU.
- Criado em Bretton Woods, nos EUA, em 1944, o FMI é vulgarmente considerado como a «ovelha ranhosa» das Nações Unidas, já que funciona quase exclusivamente como um instrumento político-económico dos interesses norte-americanos.
- O FMI agrupa cerca de centena e meia de países, mas é na prática dominado pelos 23 países da OCDE, mais conhecidos como os países desenvolvidos com economia de mercado.
- O funcionamento do FMI assenta na lei do mais forte, economicamente falando. A regra democrática de um país um voto não se aplica no Fundo Monetário Internacional. Os votos são condicionados pela quota de participação de cada país nos fundos da organização.
- Os EUA detêm mais de 20% dos direitos de voto, os países da CEE têm 14,5% e o Japão 4,1%. Os países em vias de desenvolvimento, excluindo os da OPEP, detêm apenas 22,8%, não obstante serem os mais numerosos (mais de uma centena).
- A direcção do FMI está nas mãos de 22 directores executivos, metade dos quais representam os 23 países da OCDE.
- Os EUA são o único país com direito de veto no FMI.

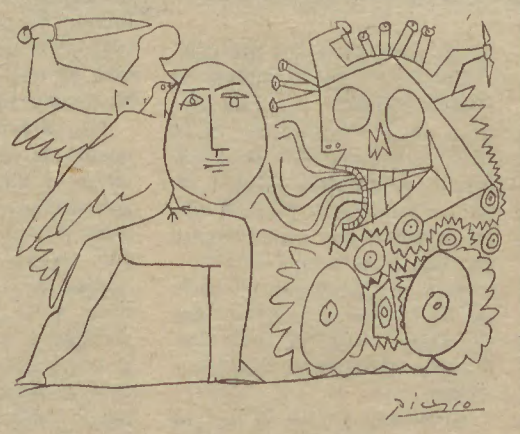
Nobel da Paz à Paz

O Prémio Nobel da Paz de 1985 foi atribuído ao Movimento **Médicos do Mundo pela Prevenção da Guerra Nuclear**, organização que se tem destacado pelo enorme contributo dado para a divulgação de informações sobre o perigo e as consequências fatais da guerra nuclear.

Fundado em 1980 por iniciativa de médicos americanos e soviéticos, de que se destacam Evgueni Tchaziv e Bernard Low, o Movimento assenta as suas raízes num outro lançado há 25 anos por Einstein, Bertrand Russel e Joliót-Curie em que se manifesta pela primeira vez a preocupação dos meios científicos para com a guerra nuclear.

Examinar cientificamente as eventuais consequências de uma guerra nuclear e levá-las ao conhecimento dos governos, ganhando ao mesmo tempo os médicos e a população em geral para a prevenção duma tal catástrofe, tem sido a preocupação do Movimento agora justamente distinguido com o Nobel da Paz.

A importância do trabalho já realizado por aquela organização em que participam cerca de 200 médicos portugueses está patente na utilização crescente dos documentos elaborados sobre a questão nuclear, tanto a nível de organizações internacionais não oficiais, como a «Comissão Palme», como oficiais, designadamente a ONU e a Organização Mundial da Saúde.



Os dois presidentes do Movimento, o académico Tchazov e o professor Low, que tomaram conhecimento da atribuição do Prémio Nobel em Genebra, onde participavam na comemoração do quinto aniversário dos «Médicos», manifestaram a sua satisfação afirmando no entanto que o melhor prémio seria a cessação dos testes de armas nucleares. Um galardão maior que a humanidade ainda terá de conquistar.

AVANTE!

«As causas principais da tuberculose são, como é sabido, as deficiências alimentares e a falta de higiene e assistência pública. Pois bem, em Junho de 1939, morreram em Portugal, vitimadas pela tuberculose, 824 pessoas; no mesmo mês de 1940 morreram 984 e, em Junho deste ano, 993 ou seja, num espaço de dois anos, um aumento de mais 169 pessoas por mês e mais 6 por dia!... Não se conta as que não são mencionadas pelas estatísticas. A única forma que o fascismo nacional encontrou para combater esta doença foi proibir que se cuspisse nas ruas.

«A 16 de Março de 1933, Salazar dizia: "Não há um limite para a elevação do nível de vida de quem trabalha". Por este aumento da mortalidade vemos que o nível de vida dos trabalhadores portugueses tem sido de facto bastante elevado... Tão elevado que os leva à sepultura!»

(«A "Obra" do Estado Novo» — «Avante!», VI Série, n.º 3, Outubro de 1941)

AVANTE! BOLETIM DE CONCURSOS NACIONAIS

«Na Alemanha Ocidental realizaram-se eleições sob as vistas e as armas das tropas de ocupação americanas que com grande aparato militar policiaram os locais de voto e suas imediações, intimidando a população e protegendo as falcatruas efectuadas por Adenauer e seus agentes.

«Para justificarem este ambiente de terror e falsificação, fiel continuação dos métodos nazi-eleitorais, Adenauer e os seus patrões americanos propalaram o boato de que agentes comunistas da República Democrática Alemã (Alemanhã Oriental), «invadiriam» a Alemanha Ocidental para impedir aí a livre marcha das eleições. Com este pretexto efectuaram numerosas prisões, impediram o livre trânsito dos cidadãos, passaram buscas e revistas ilegais, prejudicaram a propaganda dos partidos que se opunham a Adenauer e fizeram as falsificações que entenderam. Pela violência e o terror impediram que o povo alemão do ocidente expressasse a sua vontade de Unidade, Paz e Democracia.» (...)

(«Eleições de Estilo Nazi na Alemanha Ocidental» — «Avante!», VI Série, n.º 181, Outubro de 1953)

Avante!

«No dia 25 de Abril do corrente ano, por ocasião do preenchimento das matrículas para a pesca do bacalhau, os pescadores da Nazaré recusaram-se a fazê-lo nas mesmas condições do ano anterior, isto é, só o fariam se lhes aumentassem os salários e depois ainda dos pescadores das outras localidades o terem feito. A causa da sua recusa baseava-se em que a vida estava muito mais cara e que os patrões vinham a adquirir lucros fabulosos com a venda do bacalhau. Perante esta recusa dos pescadores, o governo, por intermédio das autoridades da Nazaré, procurou persuadir os pescadores a embarcarem. Mas se entre os pescadores houve quem se aterrorizasse e embarcasse, houve também quem resistisse e não embarcasse; entre estes estavam os pescadores agora condenados (...)

(...) «Esta condenação só teve um fim: aterrorizar os pescadores para que se não recusem a embarcar na safra futura.

«Mas este processo salazarista não dará resultado. E as ilusões dos pescadores na protecção do "estado novo" foram abaladas profundamente.»

(«Mais um Crime do Salazarismo — A Condenação dos Valentes Pescadores da Nazaré» — «Avante!», VI Série, n.º 19, 2.ª Quinzena de Outubro de 1942)

Em Foco

Avante!

Ano 53 – Série VII
N.º 616
17 de Outubro de 1985
3.º Caderno
Não pode ser vendido separadamente

Os votos e o resto

Estes comunistas são formidáveis! Mesmo quando perdem arranjam maneira de iludir as coisas e dizer que ganharam! Mais coisa menos coisa, remoques deste tipo surgiram nos dias seguintes a 6 de Outubro, tanto nos comentários de rua ou de emprego como na própria Comunicação Social. Verdade se diga que, com o passar do tempo, e o consequente aprofundamento da reflexão sobre os resultados eleitorais, num clima mais sereno e menos emotivo, propiciador da necessária ponderação de todos os factores em jogo — esses comentários diminuíram sensivelmente. Mas nem por isso perdeu força a óbvia manobra de alguns sectores (não só de direita) de fazer dos resultados (globais e nomeadamente da APU) uma leitura falsificada ou no mínimo parcelar, a fim de obscurecer e desvirtuar o seu real significado político. Manobra que, não sendo a única em curso por iniciativa dos perdedores, nem por isso deixa de exigir desarticulação urgente.

Deve desde já dizer-se aos bem intencionados (sem dúvida a grande maioria) autores de comentários semelhantes ao acima citado que a errada perspectiva implícita nesse género de apreciações não surge por acaso: a concepção meramente aritmética da vida democrática (o povo o que tem a fazer é participar de tantos em tantos anos em eleições, e acabou-se) é quotidianamente alimentada por todo um vasto aparelho de propaganda dominado pela burguesia e pelo imperialismo que procura dar da política uma visão que, no essencial, o que pretende é tornar difícil as alternativas políticas... à burguesia e ao imperialismo.

No concreto, e independentemente da maior ou menor consciência que cada um tenha das raízes e motivações profundas daquilo que diz ou escreve, essa visão reflecte-se, por exemplo, na concepção que alguns analistas têm dos partidos e dos políticos: organizações e pessoas unicamente interessadas em crescer e chegar ao poder, roídas por rivalidades pessoais e de grupo, obcecadas pela «liderança», muito mais preocupadas com a sua «imagem» do que propriamente com o «substrato» político, e interessadas na «alternância» na gestão do sistema mas não no aprofundamento da democracia e da justiça social.

Uma tal concepção adapta-se e corresponde à realidade dos partidos e dos políticos burgueses: as eleições são números, baseadas na arte de melhor enganar o próximo, umas vezes ganham uns outras vezes ganham outros, agora governas tu para a próxima governo eu. Não se adapta, porém, a forças políticas que têm outra natureza e se regem por princípios diferentes.

Quer isto dizer que, em relação a 6 de Outubro, o facto de a APU ter descido não tem importância? De maneira alguma. O que quer dizer é que os resultados destas eleições, nomeadamente tendo em conta a específica conjuntura em que se realizaram, não podem ser analisadas no estrito domínio do ganho e perda de votos, mas sim no seu amplo significado político, principalmente quanto à nova correlação de forças criada, e tendo em conta os objectivos previamente estabelecidos.

O documento do CC do PCP que neste número publicamos na íntegra é muito claro, nomeadamente no seu ponto 5, sobre o significado negativo da «perda sensível» (sic) de votos e deputados da APU e em que medida isso afecta inevitavelmente a evolução próxima da situação. Não há, portanto, nenhuma intenção de «iludir as coisas».

Mas o documento é também muito claro, logo no seu ponto 1 e seguintes, sobre o «significado global positivo» das eleições, tendo em conta, inclusivamente, os grandes objectivos definidos previamente pelo PCP — e para cuja concretização foram agora dados grandes passos.

A acusação de que os comunistas procuram «iludir» os resultados e de que a APU sofreu uma «derrota» só poderá ser clamada por quem quiser analisar esses resultados não em função dos objectivos propostos e expressos pelo PCP (desde à Conferência Nacional de Agosto, mas também desde muito antes), mas sim em função de esquemas prévios e ideias feitas sobre o PCP e sobre a política e os partidos em geral. Ou então por aqueles que, conscientes do rude golpe que o 6 de Outubro constituiu para a política de direita (protagonizada pelos próprios partidos da direita e pelo PS) procuram desvirtuar esta realidade, fixando a opinião pública em factos que, sendo importantes, não são **os mais** importantes.

Aliás, não deixa de ser interessante verificar que é entre os mais ardilosos analistas da direita que vamos encontrar o reconhecimento (ainda que com outras palavras e com intenções opostas) das boas razões do PCP quando interpreta os resultados eleitorais como globalmente positivos.

Num artigo no **Semanário**, intitulado «Parabéns dr. Álvaro Cunhal», Marcelo Rebelo de Sousa (para além de muitos erros e dislates) enche o PCP de elogios devido ao êxito da sua estratégia, não poupando críticas aos que gritam sobre a «derrota do PCP»: «Deus proteja essas almas que hão-de ver tudo na vida política com 6 meses de atraso e cantam hossanas onde deveriam soar finados!...» Segundo Marcelo, o PCP, nestas eleições, «conseguiu, de uma só assentada, praticamente todos os seus objectivos que ensaiava, sem êxito, desde 1976»...

É evidente que o que faz correr Marcelo (e outros, como Júdice, que afinam pelo mesmo diapasão) não é a louvável preocupação do analista pelo rigor e pela isenção. No tom bombástico e exagerado das suas advertências adivinham-se outros desígnios: assustadíssimo com os redobrados obstáculos que a política de direita passou a ter de enfrentar, o objectivo é agitar o «perigo vermelho» (a diabólica «máquina comunista» está por detrás de tudo!) e, através de pressões e chantagens, recorrendo à velha táctica das conotações, dificultar a convergência de esforços por parte de todos os democratas e patriotas.

Menos subtil, um comentarista de **A Tarde** alarmava os seus eleitores com «o peso desmedido que o bloco comunista e cripto-comunista, formado pela APU e pelo PRD (*sic*), acaba de lograr no parlamento», bradando ainda: «Só os ingénuos, para não lhes chamarmos outra coisa, fecharão os olhos a isso.»

Donde se prova que, por vezes, o alarido levantado nos arraiais da direita, e descontados os evidentes empolamentos e as óbvias adulterações, é um útil contributo para explicar o que se passa.

■ ***F.C.***

NOTAS

Derrota de Soares — um contributo para a Paz

No passado dia 6 de Outubro, Lisboa esteve no centro das atenções internacionais. A realização de eleições legislativas antecipadas, fruto da luta popular contra uma política que mergulhou o país numa profunda crise económica, política e social constituía, se não uma novidade, uma fonte pródiga de expectativas.

Em causa estava, para os observadores estrangeiros, saber como iria o povo português julgar a política de direita conduzida nos últimos anos pela direcção do PS, em particular por Mário Soares; quais as alternativas de governo no caso (que se veio a verificar) de nenhnum partido conseguir a maioria absoluta; qual a correlação de forças na sociedade portuguesa; reflexos possíveis na política externa portuguesa.

Aflorados de uma forma ou de outra antes das eleições, estes temas foram quase esquecidos uma vez conhecidos os resultados eleitorais, no que se refere à imprensa burguesa que optou por pôr a tónica nos resultados numéricos sem se aventurar muito nas suas implicações políticas.

E no entanto, muito há a dizer. Porque Mário Soares se destacou, enquanto Primeiro-Ministro, como acérrimo defensor da política de submissão aos ditames do Fundo Monetário Internacional (FMI); se assumiu de facto como um caixeiro viajante ao serviço do imperialismo norte-americano, que o brindou com o título de *special friend*, graças às manobras de desestabilização na África Austral, o apoio à África do Sul e ao sionismo, a recepção sempre pronta aos contra-revolucionários latino-americanos, as facilidades concedidas em território nacional à prossecução da política belicista da administração Reagan; se afirmou, enquanto dirigente da Internacional Socialista, como um dos mais fiéis defensores da ingerência norte-americana em todos os pontos do mundo em luta pela independência e a democracia.

O que significa que a derrota do PS/Mário Soares representa de facto uma condenação inequívoca do povo português ao imperialismo e aos seus aliados, sendo uma vitória das forças progressistas amantes da paz e da cooperação internacionais.

Uma vez mais se demonstrou que a luta pela independência nacional e pela democracia que tenazmente tem sido conduzida em Portugal constitui um importante contributo para a grande batalha mundial pela paz e pelo desanuviamento. O Mário Soares patrono dentro da Internacional Socialista da política dos **falcões**, o Mário Soares agente em todo o mundo do intervencionismo *yankee*, sofreu uma derrota que dá hoje mais tranquilidade aos povos do mundo. Ao impedi-lo de, em Portugal, prosseguir uma política de desastre, o povo português deu um decisivo contributo para que, na cena internacional, desapareça um *special friend* das aventuras de Reagan.

■ **A.F.**

Todos iguais?!

Os partidos, dizia a APU durante a campanha eleitoral, não são todos iguais. Razões de sobra surgiram em apoio dessa tese apresentada ao eleitorado e sublinhada pelos comunistas, que demonstraram as diferenças existentes entre os partidos concorrentes às eleições de 6 de Outubro. Razões de prática política, de objectivos, de classe. Razões que a própria campanha tornou claras, a partir dos estilos diferentes de chegar ao eleitorado com críticas, propostas, soluções. Razões que a campanha, ainda, esclareceu, pela dinâmica que foi criada à sua volta, com o apoio massivo e caloroso demonstrado pelos trabalhadores e por muitos democratas à APU, em contraste com os apoios difusos, contraditórios ou fracos em relação às outras forças políticas.

Se, repegando na campanha, recordarmos os estilos, lembrar-nos-emos de um PS malabarista e circense, mudando de cenários e de artistas ao longo do espectáculo, acabando por perder tantos por cento quantos quilos havia perdido a Fafá de Belém; de um PSD fugindo às representações anteriores, apresentando novo acrobata a rejeitar aparentemente todo o arsenal de acessórios com que tinha jogado até então; de um CDS empenhado em demonstrações de «horror», quando, antes, sempre preferira apresentar-se com os mansos traços do «centro» e nunca declaradamente da direita.

No conjunto da «companhia», fugiu-lhes o voto como lhes fugiram os aplausos.

A APU, fora do circo, persistiu na sua — a linguagem da verdade, da honestidade, da competência, do trabalho. E muito do que o próprio PRD conseguiu foi-o à sombra dos mesmos conceitos — que os comunistas e seus aliados entretanto haviam provado na prática.

O fim de «festa», porém, teria de reproduzir essa realidade. A análise feita e a correspondente atitude dos partidos perante os resultados decorreram das posições antes tomadas.

O CDS, empenhado numa arcaica linguagem de extrema-direita, envergando a camisa e o gesto ultra, apenas disfarçado com a metáfora de café, reagiu a propósito: o chefe demite-se, as curtas hostes agitam-se, foram derrotados; o PSD, depois da campanha demagógica em que procurou limpar-se de culpas levando à ribalta um só homem, esperando a memória curta das pessoas, arrecadou os magros por cento do CDS e quedou-se — a euforia da «vitória» esmaeceu de súbito e, em casa, Cavaco procura constituir um governo com caras novas, entre as velhas máscaras de sempre; quanto ao PS, entre as declarações e os escritos furibundos contra o eleitorado — por um lado — e o dito por não dito do seu secretário-geral — por outro — fica a confirmação do terramoto que atingiu os seguidores, alguns apressadíssimos, da política soarista: derrotados.

A APU reagiu de modo diferente. Em consonância com a sua prática. E também com os seus objectivos. Recolhendo embora menos votos do que seria de esperar — e do que seria desejável —, comunistas e aliados não apresentaram apenas a serenidade como face pós-eleitoral. De uma vitória se tratou, como vitória foi tratado o resultado das eleições. Objectivos fundamentais alcançados — é agora muito difícil reagrupar-se a direita para lançar o país no abismos —, é essa a vitória importante. Apesar dos seis deputados não eleitos, dos votos temporariamente desviados.

Os partidos não são de facto iguais. Uns perseguem o voto, o resultado numérico, o encher o saco para dele fazer o que lhes aprouver. Outros — os comunistas e os democratas que com eles vão — interessa-lhes o país, os portugueses, os trabalhadores, a esperança de que uma porta se abra sobre o futuro.

Os partidos não são todos iguais. Nem as contas que fazem contam do mesmo modo.■

E agora, PS?

E agora?, perguntar-se-á o PS. Face ao terramoto, ao estrondo da derrota, as reacções primárias apareceram primeiro. Recusa de olhar a realidade de frente, como ao longo dos anos foi característica da direcção soarista do PS. Insulto ao eleitorado — «ingratos», foi o termo menos ofensivo utilizado por alguns dos que apostavam (apostariam?) nos 43 por cento. Ou então a triste exibição de um secretário-geral que insiste numa viagem a Belém para a qual não tem pernas nem bilhete, anunciando a saída para depois tornar a entrar aproveitando para desrespeitar os jornalistas (e o público!) e acusá-los de o haverem, «pelo menos», desentendido.

Se se quisesse, o riso poderia apagar o resto. O ridículo dos 43 por cento para os quais não faltam 7 mas já não chegam os dedos das mãos poderia prevalecer. Mas o caso é mais grave do que isso. Partido com programa democrático e com votos democráticos, o PS, ao aceitar a direcção que o levou a tal, mereceu a derrota.

Se as primeiras e primárias reacções à derrota vieram depressa à tona, outras, fazendo-se esperar, não deixarão de ser significativas. Chamando a atenção de um partido que pode ter entrado, se persistir na política de direita, na ladeira escorregadia de onde não mais se levantará.

Se alguns dos responsáveis do PS se colocam perguntas e manifestam a intenção de arrepiar caminho, a outros a tentação do abismo é muito forte. Forte de mais para que não tirem os olhos de Belém nem das alianças à direita. Estão apenas a recusar o futuro.

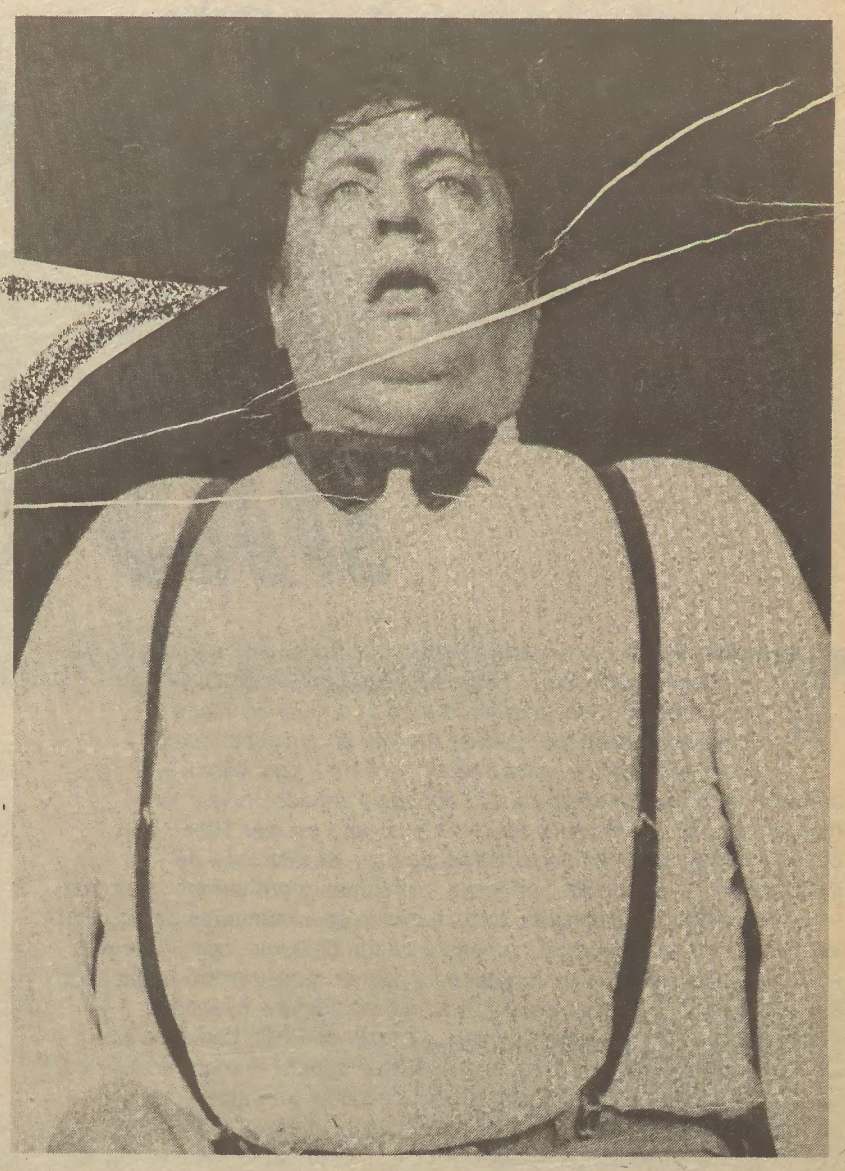
Pensará alguém no PS que os 21% que restam são os dos que apoiam a política de direita soarista demolidamente recusada pelos 16% que partiram?

Há sem dúvida os que pensam. Resta saber se lhes será possível, ao verem o futuro desmantelar-lhes tais ilusões, arrastarem de novo o PS no seu desastre.

■ **L. M.**

Novo Governo?!

Essa é nova!



Se é certo que não se pode fazer omeletes sem ovos, seria interessante ver como se desembrulharia o PPD de Cavaco Silva para formar o **bom** Governo que prometeu ao Povo português, se eventualmente fosse incumbido de o formar.

Olhando para a «matéria prima» disponível dentro do partido mais votado (e mesmo sem entrarmos em linha de conta com a política **definidora** do próprio partido), só não dá vontade de rir porque, na prática, estas coisas não têm graça nenhuma. Mas merecem que para elas se olhe com alguma atenção.

E atenção, em primeiro lugar, para o próprio Cavaco Silva. Como já aqui foi dito há semanas quando o vimos, muito manequim dos armazéns do Chiado, andar de braço dado com as mazelas do País a prometer-lhe todas as curas, é estapafúrdio ouvir este homem falar de «recuperação económica» e «justiça social», quando tem o passado e o passivo que tem, como ministro das Finanças da «AD». De facto não se descortina como é que um indivíduo que, como ministro **e em apenas dez meses** agravou o défice da Balança de Transacções Correntes dos previstos 700 milhões de dólares para 1200 milhões, aumentou a dívida externa em 100 milhões de contos, revalorizou o escudo para beneficiar os grandes importadores e tramar o resto, decretou indemnizações que abriram o sector público ao saque do capital monopolista, agravou a carga fiscal a ponto de extorquir aos cidadãos **mais** 40 milhões de contos, e etc. etc., não se descortina, diziamos nós, como é que tal ministro pode agora, como primeiro-ministro, comandar a «recuperação económica» e a «justiça social». Voltando às analogias de capoeira, seria como um ovo a pôr uma galinha...

Mas o homem de Boliqueime prometeu coisas concretas, em nome do seu partido. Garantiu ir recuperar a economia, dar casas aos portugueses, reformar o Ensino, construir as escolas que faltam, apoiar os reformados, dar meios ao Poder Local, garantir as liberdades, «repartir a riqueza», olhar pela juventude, etc., etc. Só não confirmou a nossa presença no Mundial do México, e que foi pena e, a nosso ver, uma desatenção algo bizarra. De qualquer modo será também interessante ver com que equipa (e na base de que táctica) irá o professor de Finanças fazer contas às promessas e acertar nos resultados...

Lembrar-se-á?!...

Embora continue a ser extraordinário o facto de um partido, que esteve estes últimos seis anos à frente do Governo, falar agora, pela boca do seu novo chefe, como se nunca houvesse transposto a porta de um ministério, nada se compara à perplexidade que, naturalmente, acometeu o País face às promessas entretanto feitas por Cavaco Silva, a «cumprir» pelo seu Governo. E bastam alguns exemplos.

Ao falar em «casas para todos os portugueses» estará Cavaco Silva a pensar no seu correligionário Viana Baptista que, no ministério da Habitação de Pinto Balsemão comandou o desastre que se sabe, depois de ter saltitado pelo dos Transportes e Comunicações com os resultados que as estradas portuguesas reflectem (e não só, e não só...)? E quando clama que «é preciso pôr cobro ao escândalo dos salários em atraso» lembrar-se-á que o ministério do Trabalho é, há seis anos consecutivos, da responsabilidade de dirigentes do PSD, numa enfiada que começa em Nascimento Rodrigues, passa por Queiroz Martins e Luís Morales e chega ao inefável Amândio de Azevedo? Qual deles será «reconduzido» para desfazer o que, entretanto, fez, consentiu, protegeu ou estimulou?

E o relançamento da agricultura, acontecerá sob a batuta de Cardoso e Cunha, Soares da Costa ou Álvaro Barreto? Qualquer deles, além de PSDs notórios, são peritos a dirigir este ministério, com os bastões da GNR a Sul e o estrangulamento por falta de apoios a Centro e a Norte e em todo o lado onde haja um pequeno agricultor... Quanto ao novo relacionamento com o Poder Local e o respeito pelas liberdades, decidir-se-á a devolver o MAI a Eurico de Melo, Fernando Amaral ou Ângelo Correia? São todos de boa têmpera, mas a folha de serviços do Ângelo insurreccional é capaz de ter mais «prego»...

Vergonha por nossa conta

E a Justiça? De Mário Raposo e Meneres Pimentel, de Rui Machete outra vez a Mário Raposo, o feliz professor de Finanças continua a ter muito por onde escolher, tudo com garantias tão estimáveis como são as das provas dadas. Justiça não há-de faltar, justiça lhes seja feita...

Mas onde Cavaco Silva está particularmente à vontade é em relação às promessas feitas à juventude. Novas escolas, reformas de ensino, apoio aos tempos livres, aos estudantes e por aí fora. Aí, tem ele nomes para cima de reputados. A nata da gestão pepêdê. Uma obra que começou há seis anos e não pára. Um ministério que, sendo da Educação (com Cultura ou sem Cultura, que para o caso tanto faz), é, na essência, um ministério laranjinha, pois de há seis anos a esta parte nunca saiu das mãos pêessedianas. E que mãos! Victor Crespo, José Augusto Seabra, João Deus Pinheiro... Nem vale a pena especularmos, aqui temos o problema mais que resolvido, não hão-de faltar escolas, equipamentos, professores, qualidade de ensino, segurança. Basta escolher um dos três, ou cada um sucessivamente, para dar ainda mais sainete. Talvez se consiga agora, como corolário de tão notável obra pêpêdê, a completa descentralização cultural, com as crianças minhotas a aprender as primeiras letras para os lados do Ribatejo (ao ar livre, que é mais saudável) e os universitários de Lisboa à cata de licenciaturas para as bandas de Faro (caso os não consigam sempre podem fazer praia ou catar amêijoa).

É claro que há ainda uma legião disponível para além dos nomes citados (e todos com provas dadas!), quer se pretenda um perfil de austera incorruptibilidade, linha Rui Amaral, ou se pretenda uma presença que se imponha pela dignidade, género Sousa Tavares. Há de tudo, no partido de Cavaco Silva.

Só não há vergonha, mas também não é legítimo abusar-se nas exigências quando o Governo ainda nem está recomposto.

Que se recomponha, então. A vergonha fica por nossa conta.

■ **H.C.**

Estão lá há 8 anos...

Ministros PPD chumbaram na Educação

A situação no ensino, e nomeadamente o atraso e o completo caos na abertura das aulas, é um problema que constantemente vem à baila. As parangonas de alguns jornais, volta não volta, falam dos «problemas de sempre», mas a grande maioria parece não se querer lembrar da directa relação existente entre este problema e toda uma prática política seguida ao longo dos últimos nove anos.

Cartaxo foi notícia. Telheiras também. Só ao longo de 1985, foram constantes os buracos que foram sendo descobertos em todo o sistema educativo. Desde os problemas que se colocam aos estudantes universitários até àqueles com que se debatem os que frequentam o ensino primário.

As culpas, praticamente sem excepção, são atribuídas a contínuos, alunos ou conselhos directivos. Mas, repetimos, o que está em causa é a política perpetrada pelos últimos governos.

Fala-se do insucesso escolar, exalta-se uma formação profissional fictícia e recordam o vazio deixado pelo 12.º ano e pelos *numerus clausus*. Mas raro é que se atribuam responsabilidades. Organizam-se umas conversas em família, volta-se a prometer, diz-se que é necessária a reformulação, e pronto. Já está. Nada de novo na frente ocidental e, portanto, não há com que nos preocuparmos.

Mas a situação caótica que vive o ensino, não surgiu de geração espontânea. Foi provocada. Foi provocada por uma política tendente a elitizar o ensino, foi provocada pela incompetência e também o compadrio que habita as paredes do Ministério da Educação.

Desde 1977 que a responsabilidade da pasta da Educação está nas mãos de ministros do PPD. Antes, fora o Cardia, ministro de má memória. Desde então, foi Vítor Crespo, Augusto Seabra e, mais recentemente, João de Deus Pinheiro.

Todos eles apareceram com inflamados discursos onde se prometia a mudança de política. Acabavam com o estado caótico do ensino e a partir de então seriam só rosas, senhores.

No entanto, Vítor Crespo foi o inventor do 12.º ano, Augusto Seabra relançou os exames de admissão, tirou o leite às crianças das escolas primárias e celebrizou-se pela repressão nas escolas. João de Deus Pinheiro continuou esta obra e começou logo por dizer que «não tem cara» para pedir mais dinheiro para a educação. Foi buscá-lo aos estudantes, tendo agora mesmo acabado de aumentar o preço das cantinas dos Serviços Sociais Universitários. A abertura das aulas é aquilo que conhecemos...

Por toda a sua actuação de má memória ao longo destes oito anos no Ministério da Educação, estes senhores e a sua política estão, por muito que agora venham prometer, à partida chumbados.

■ **J. M.**

ELES NÃO QUEREM QUE OUTUBRO SEJA O OUTUBRO DAS ESCOLAS COM VIDA

Termina hoje o prazo para a entrega da documentação relativa à **2.ª fase** do concurso de professores provisórios do ensino preparatório e secundário, realizado a nível distrital e correspondendo ao anterior modelo do «mini-concurso».

Mas não termina, infelizmente, — bem longe disso —, o conjunto de graves problemas que aos mais variados níveis têm marcado aquilo que deveria ser o início do ano escolar 1985-1986, considerado já uma das demonstrações mais desastrosas de incompetência — falando, por agora, estritamente em termos «técnicos» — do Ministério da Educação, departamento governamental onde o PSD tem assumido uma especial responsabilidade dirigente, com ministros, secretários de Estado e outro pessoal superior a assumirem o comando das operações nos últimos anos. Recordemos alguns exemplos significativos: **Vítor Crespo**, figura destacada do PSD, deputado por Leiria, que em tempos chegou a pensar que ia para Primeiro-Ministro, foi um dos responsáveis do Ministério da Educação com maior período de permanência nos gabinetes da Avenida 5 de Outubro. Já depois de Crespo, veio o inconfundível **Seabra** pela mão de Mota Pinto e, agora, nos tempos mais recentes lá temos o homem da Universidade do Minho, **João de Deus Pinheiro**, outro personagem das hostes do PSD nortenho.

Os resultados da acção daqueles (e de outros) homens e das suas equipas, estão bem à vista e, neste Outubro de 1985, de forma bem dramática para milhares de alunos, para as suas famílias e para os professores e todos os outros trabalhadores da rede escolar nacional.

Escândalos multiplicados

Outubro devia ser, de facto, o mês do arranque escolar a cem por cento, com a vida e a alegria de milhares de crianças e jovens — não são eles o futuro?! — a dominarem as escolas deste País, rasgando horizontes, construindo com os conhecimentos, o convívio e a experiência da vida escolar os homens e as mulheres do amanhã que rapidamente se aproxima.

Uma política errada, cujos autores estão devidamente identificados — são os mesmos que querem adiar Abril —, não permite que Outubro seja o Outubro das escolas com vida.

Não queremos com isto dizer que seja fácil chegar ao Ministério da Educação, carregar num milagroso botão e, de uma assentada, resolver os imensos, complexos e graves problemas da estrutura do ensino, acumulados e ampliados ao longo dos anos sucessivos de má política, de má gestão.

Mas uma coisa é segura e certa. Não existem problemas por mais graves que sejam, que a vontade humana, firmemente assumida, não possa resolver no quadro de uma acção política realista, concertada, em íntima ligação com as realidades, aproveitando devidamente os recursos técnicos e humanos, ligando a todo o trabalho a experiência rica de quem está por dentro das situações.

Quem puxa os cordelinhos no Ministério da Educação actua ao contrário. De forma propositada e assumida. O que está a acontecer neste Outubro negro do Ensino é reflexo desse posicionamento.

João de Deus Pinheiro, bem ao jeito dos outros responsáveis políticos apontados pelo PSD para o Ministério, não ouviu as estruturas representativas dos docentes. Optou por uma política agressiva de fuga ao diálogo. Não se inteirou da realidade escolar. As renovações empreendidas — caso da interrupção do sistema de profissionalização e das alterações ao sistema de concursos — trouxeram mais problemas e mais escândalos à já difícil situação criada na 1. de de ensino.

A política de construções escolares falhou. Prova-o a situação a que se chegou e as próprias «desculpas» do Ministério: afinal, as Construções Escolares acabaram por não entregar pelo menos 44 novos estabelecimentos de ensino. «Soluções»: o **provisório-definitivo**, ou seja o recurso a uns tantos pavilhões pré-fabricados que até nem são baratos, e que acabarão por ficar para os próximos anos (caso a situação não leve, toda ela, uma grande volta...). Pavilhões que, diga-se ainda, só estarão prontos para o ano. Até lá, há que esperar. Quer dizer: até Janeiro, muitos jovens estarão na rua, acumulando, juntamente com as famílias, frustrações que certamente deixarão marcas bem negativas no futuro que se aproxima.

Mas já que se falou — em rápidos lances —, de edifícios escolares, é de reconhecer que várias escolas tiveram todo o Verão à espera que o Ministério procedesse a obras de restauro e manutenção essenciais para o recomeço das aulas (casos da Secundária Veiga Beirão no centro de Lisboa ou da Preparatória/Secundária Vasco da Gama, na Portela de Sacavém). As semanas e os meses foram passando... e nada. Agora, que as escolas deviam abrir é que as obras começam. A quem devem os alunos, os professores, os encarregados de educação, a opinião pública pedir explicações e exigir responsabilidades?

Escândalo atrás de escândalo será também o da colocação de pessoal auxiliar. O Ministério conhecia as carências das escolas, nomeadamente as dos arredores de Lisboa? Como se justifica então tantos atrasos e tanta instabilidade nos concursos de admissão de pessoal?

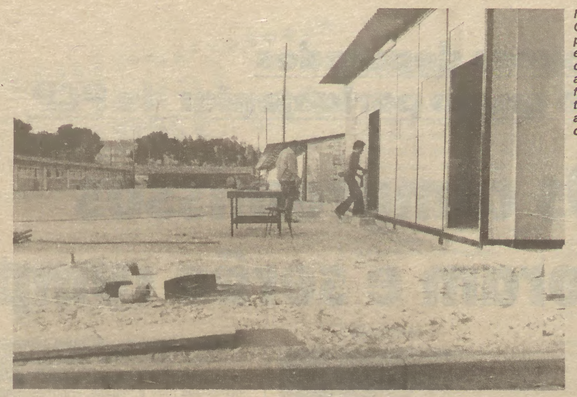
Até quando?

No início deste apontamento referimos o encerramento do prazo para a 2.ª fase do concurso de professores. Sem a concretização deste complexo processo «tapa-buracos» (esta é a visão do Ministério, pois não se trata, na verdade de «buracos», mas sim de imensas lacunas nas «grelhas» de horários, comprovativas da importância do trabalho destinado a todos os provisórios) não se pode pensar em início coerente do ano escolar. Será que numa escola onde ainda não estão colocados todos os professores o ano lectivo, verdadeiramente falando, já começou?

Com a concretização desta 2.ª fase — o processo de colocações dos docentes nas escolas demorará ainda alguns dias mais — não se podem fazer esquecer os imensos erros já registados na fase anterior, após sucessivas irregularidades, que levaram mesmo à anulação das listas de colocação e ao aparecimento posterior de outras, as quais, sublinha a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) registam igualmente falhas graves que, como é lógico, produziram erros no processo consequente, ou seja nesta 2.ª fase (ex-mini-concursos), o que leva a FENPROF a exigir o seu adiamento.

Enfim, questões muito graves na colocação dos professores, deficiente cobertura de equipamentos e de apoio pedagógico, perspectiva de novos problemas quanto à segurança das instalações e da população escolar, falta de pessoal de apoio, preços exorbitantes para o material necessário aos alunos, nomeadamente os livros (os aumentos andam na ordem dos 50 por cento comparando com o ano anterior), a continuação da limitação à prática da cultura física e desportiva nas escolas (nem se fala da construção de pavilhões gimnodesportivos!), salas de aula transformadas em autênticos armazéns, enfim a «**instituição escola**» virada para algo de pouco atraente para quem está ou deve estar relacionado com ela parece estar na primeira linha de preocupações de quem manda lá nos gabinetes deste Ministério da Educação. Até quando?

■ **J.P.O.**



Na Escola Preparatória de Corroios as obras que vão permitir a construção do edifício definitivo ainda continuavam à data da abertura das aulas, que ali foi adiada para dia 18. Não teria sido possível fazer aquelas alterações mais cedo?

Na Escola Secundária do Laranjeiro as aulas começaram no dia 14 sem sobressaltos de maior...

... mas já o mesmo não se pode dizer da secção da referida Escola, que apresentava, na segunda-feira passada, o aspecto que a gravura mostra

No Laranjeiro, por exemplo

Há alunos, há professores só não há é escola...

Vejamos o que se passa no Laranjeiro, onde cerca de 800 alunos do ensino secundário só terão aulas em Dezembro para logo entrarem nas férias de Natal, isto na hipótese de não haver nenhum atraso na construção dos pavilhões pré-fabricados e no posterior apetrechamento de mobiliário escolar.

Dada a situação de ruptura na zona, onde só na Escola Secundária do Laranjeiro havia, no ano lectivo transacto, 136 alunos excedentários, apontando as previsões para este ano num total de 800, com os que viriam do Seixal, a Direcção-Geral do Equipamento Escolar informa, a 12 de Agosto deste ano, que vai ser construída a Escola Secundária de Corroios.

Mas poucos dias depois, por Despacho de 29 de Agosto, é criada a secção da Escola Secundária do Laranjeiro, ficando anulada, pelo menos para o ano lectivo de 85/86, a construção da Escola Secundária de Corroios.

O Conselho Directivo da Escola Secundária do Laranjeiro é avisado de que passa a dispor desta secção. De imediato assume a tarefa e faz a proposta de três nomes para a Comissão Instaladora da nova escola, pois convém frisar que o edifício ainda não existe.

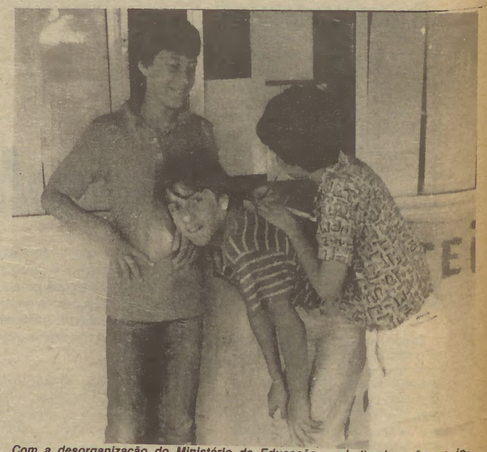
Apesar de ainda não homologada, a Comissão Instaladora tem dado toda a colaboração ao Conselho Directivo, o qual, na previsão de mais 800 alunos, faz a requisição de horários, estando os professores já colocados na quase totalidade, apenas faltam oito que serão colocados na segunda fase do concurso.

E não deixando para amanhã o que pode ser feito hoje, o Conselho Directivo, juntamente com a Comissão Instaladora atribuem tarefas a esses professores na preparação do ano lectivo, procedem à matrícula dos alunos excedentários e convocam os restantes para se matricularem.

Uma escola em construção

Na Escola Secundária do Laranjeiro, onde as aulas começaram no dia 14, sem mais contratempos, dizem-nos para irmos ver as obras da secção que está a ser construída. Em linha recta não dista mais do que trezentos metros. De carro, circulando a floresta de cimento, a volta é muito maior.

No local, o trabalho parece atrasado. Uma máquina ainda remove terra.



Com a desorganização do Ministério da Educação, prejudicados são os jovens, cujo aproveitamento escolar se ressente

Onde vão ficar os quatro pavilhões pré-fabricados, colocam-se os esgotos e faz-se a compactação com brita. O responsável pelas obras, o sr. Armando, atarefado com um monte de facturas que procura pôr em ordem, garante-nos que no fim do mês de Novembro o trabalho estará concluído. **Isto para não estar a mentir**, acrescenta.

E enquanto mexe nos papéis, que isto da construção civil não é só preparar o cimento ou cortar a verguinha, ainda nos informa que os trabalhos começaram há coisa de três semanas — **Foi isso, não foi?**, confirma junto de um companheiro de trabalho — sem contar com os trabalhos de terraplanagem.

Os alicerces para os pavilhões estão já quase prontos. Ali se gastou grande parte do tempo. Depois os pré-fabricados levarão menos tempo a serem erguidos. Mas também levarão menos tempo a suportar a deterioração. Não é uma escola definitiva, de pedra e cal (que hoje, de acordo com a nova tecnologia da construção civil, a expressão mais adequada seria de tijolo e cimento armado), mas disso não sabem os que ali trabalham, limitando-se a fazer o que lhes mandam.

Não é possível prever o futuro?

A secção da Escola Secundária do Laranjeiro, admitindo que esteja concluída no final de Novembro, ainda vai precisar de alguns dias para ser apetrechada com o material necessário para funcionar. Admitamos que, como garante o Ministério, as encomendas de material já foram feitas.

No entanto, alguns dias vão ser necessários para fazer a mudança e pode suceder — sucede sempre — que um dos fornecedores se atrase. Antes de meados de Dezembro, por muito esforço e boa-vontade da Comissão Instaladora e do Conselho Directivo, não funcionarão as aulas. Dias depois começam as férias de Natal. Em Janeiro, as aulas começam efectivamente naquele estabelecimento de ensino. Qual vai ser o aproveitamento escolar destes alunos, mesmo sabendo que os professores irão dar todo o seu esforço?

Em face desta situação uma pergunta surge inevitavelmente: não é possível ao Ministério da Educação prever estas situações de ruptura com a antecedência devida de molde a poder colmatar as faltas?

Todos os anos os Conselhos Directivos das escolas dão, geralmente até Abril, o número de alunos excedentários e as previsões dos excedentários para o próximo ano. Por outro lado, sabe-se hoje, sem grande margem de erro, que situações de ruptura no ensino preparatório e secundário se verificam nas áreas de grande concentração urbana — Almada, Seixal, Setúbal, Amadora, Lisboa, Coimbra e Porto.

Nestas zonas, ao afluxo de habitantes e aumento da construção civil, não correspondeu todo um trabalho de infra-estruturas que não são da competência das autarquias. Estão neste caso os estabelecimentos de ensino.

Por sua vez, o Ministério da Educação, a quem a tarefa está consignada e para isso existe, adia as soluções de tal modo que quando as encara afectam grande parte do ano lectivo.

Se esta secção da Escola Secundária do Laranjeiro tivesse sido encarada pelas autoridades competentes em Junho, ou mesmo Julho, a escola poderia já hoje estar a funcionar. Mas não! Optou-se por deixar para o fim, escolheu-se a incúria, desprezaram-se as indicações de ruptura.

Mais grave ainda é que, tudo o indica, o novo estabelecimento de ensino não tem em conta — mais uma vez — o forte índice de construção na zona. Na opinião dos professores, quando estiverem construídas as torres da Icesa, as instalações vão revelar-se mais uma vez insuficientes para a procura da população escolar. Mas é assim o Ministério da Educação sob a responsabilidade do PPD — está sempre a planear para ontem, nunca para amanhã.

Emigração escolar

Um outro aspecto que na zona do Seixal e de Almada se faz sentir é a falta de planificação por parte do Ministério da Educação a nível concelhio. Vai daí, constroem-se escolas de Almada no concelho do Seixal e escolas do Seixal no concelho de Almada.

A secção da Escola Secundária do Laranjeiro está a ser construída num terreno cedido pela Câmara do Seixal para a Escola Preparatória de Corroios, sem que a autarquia tivesse tido conhecimento da alteração.

Por seu turno, a provisória Escola Preparatória de Corroios, frente às bombas de gasolina do Laranjeiro, vai ser construída, em definitivo, no mesmo local, ou seja no concelho de Almada.

Sobre esta situação caótica, que não tem em conta as necessidades dos concelhos (será que para o Ministério da Educação existe a divisão autárquica?) se pronunciava um comunicado recente da Assembleia Municipal do Seixal:

A solução que em 83/84 foi encontrada é do conhecimento público: 600 estudantes residentes nas áreas da Torre da Marinha, Fogueteiro e Casal do Marco foram transferidos compulsivamente para o vizinho concelho de Almada. Muitos deles viriam mesmo a abandonar os estudos.

Enquanto isto, eram desbaratados com o transporte desses alunos 1000 contos por mês, verbas que poderiam ser canalizadas para a construção das escolas necessárias.

No ano lectivo transacto, o número de jovens obrigados a procurar em Almada o acesso aos estudos, que o Ministério da Educação lhes nega no Seixal, subiu para mais de 1500 alunos e deu origem a uma despesa mensal média de 3000 contos em transportes escolares, verba que terá de ser suportada pela Câmara Municipal.

Por seu turno, a Câmara de Almada necessita, só para o transporte de alunos, de uma verba que ronda os 31 000 contos, mas apenas recebe 28 000 contos para toda a acção social escolar.

Enquanto isto o Ministério vai colocando as escolas de modo a aumentar ainda mais a movimentação de alunos. E muito menos encara o aumento da população escolar. Ou será que para estes alunos excedentários os ministros PPD da Educação não se interrogam secretamente: «**E não seria possível exterminá-los?**»

■ **T.R.**

Jovens deputados no grupo parlamentar do PCP

Os compromissos foram e serão cumpridos

O balanço do trabalho do grupo parlamentar do PCP para a juventude foi positivo, não só pelos projectos-lei apresentados, mas essencialmente por ter obrigado a Assembleia da República a travar discussões, incómodas para a maioria, sobre os problemas que mais afectam a juventude. Esta a ideia-base lançada por **Jorge Patrício**, militante da Juventude Comunista Portuguesa, deputado por Setúbal e novamente eleito no dia seis de Outubro.

Com ele, nesta próxima legislatura estará mais um militante da JCP, Rogério Moreira, estudante e eleito por Lisboa. Foi com o primeiro que falámos sobre a necessidade de vozes jovens no parlamento **(e aqui importa referir que o grupo parlamentar do PCP é o mais jovem de todos)** e do importante trabalho que o nosso partido desenvolve em mais esta frente, de modo a que se minorem os problemas da juventude.

Os jovens comunistas, ao candidatarem-se à Assembleia da República, estabeleceram um compromisso com os jovens. O compromisso, que respeitarão, de tudo fazer para levar os problemas desta camada da população à discussão e de envidarem todos os esforços possíveis para os resolver.

Diz-nos Jorge Patrício que **«as propostas da APU para a juventude vêm no seguimento da nossa luta»**. O que está em causa não é a novidade das propostas, uma vez que só são novas quando também os problemas são diferentes. O que está em causa é combater a gravidade **«da situação resultante de uma política velha de nove anos, que tem adiado o futuro da juventude»**.

Por isso, disseram os jovens que com a APU era a vez deles, uma vez que a política seguida pelos partidos e coligações de direita falhou, o que também é verdade no que respeita à juventude.

A APU tem soluções

A APU pelo contrário tem, também aqui, soluções. Soluções que já apresentou no passado e que, a terem sido aprovadas, teriam acabado com alguns dos mais graves problemas, e outras que agora se comprometeu a apresentar.

Estas soluções atingem diversos campos, desde a juventude trabalhadora, à juventude estudantil, passando por uma sã ocupação dos tempos livres.

A APU propôs ao eleitorado a atribuição de um **subsídio de desemprego aos jovens à procura do primeiro emprego**. A APU propôs defender na Assembleia da República uma **campanha de formação profissional dos jovens**, relançar as actividades de tempos livres em colaboração com as autarquias locais, apresentar um **pacote de descontos específicos para jovens**, combater os aumentos das cantinas e bater-se pela aprovação do projecto-lei do sistema educativo e bater-se na discussão do Orçamento do Estado por um **aumento substancial das verbas para a Educação.**

Foram estas talvez as mais significativas propostas da APU.

Propostas que os deputados do grupo parlamentar do PCP cumprirão.

Porque, lembra Jorge Patrício, o que está em causa, relativamente aos deputados do PCP, não é o benefício pessoal, mas sim batalhar num órgão de soberania para que os mais graves problemas do povo português possam ter resolução.

«É uma frente de trabalho importante para, em conjunto com todas as outras, impedirmos o êxito dos objectivos da direita».

Daí a importância, na Assembleia, da presença de militantes da JCP, para aí levar **«as nossas posições sobre a situação da juventude e fazer ouvir a nossa voz. Mas também por toda uma experiência bastante importante para o colectivo da nossa organização».** ■

Grande participação juvenil na batalha eleitoral

Três dias depois das eleições, o Executivo da Direcção Nacional da Juventude Comunista Portuguesa lançava um comunicado onde saudava **«os milhares de jovens, comunistas ou não, que, dando uma magnífica demostração de combatividade, de alegria, de criatividade e de participação democrática, contribuíram de forma decisiva para a grandiosa batalha de esclarecimento e mobilização»** que foi a campanha eleitoral da Aliança Povo Unido.

Assim foi, de facto. Durante toda a campanha eleitoral, muitos foram os milhares de jovens que nela participaram activamente, não só encontrando formas próprias de intervenção como, sobretudo, englobando-se no trabalho geral da Aliança Povo Unido.

Para os jovens comunistas, este foi um dos aspectos mais positivos de toda esta grande batalha: a participação juvenil enquadrada no trabalho global da APU. Com esta pllítica, frisam, conseguiu-se um melhor aproveitamento dos recursos e uma maior dinâmica da campanha. Uma dinâmica jovem. Por todo o lado.

A Juventude e a juventude

O trabalho dos jovens em toda esta campanha centrou-se essencialmente numa actividade ligada às tarefas locais. Os jovens participaram em todas as tarefas da campanha activamente.

E esta acção é tanto mais importante por a questão juvenil ter sito constantemente levantada ao longo de toda a campanha, não só pela APU, como pelas outras forças e, nomeadamente, pelos partidos de direita.

A campanha do PSD foi, certamente, o exemplo mais significativo. Explorando a temática juvenil, não apresentando propostas de soluções ou discutindo os problemas, mas tendo por exclusivo objectivo intenções eleitoralistas, os jovens estiveram sempre presentes na campanha do PSD.

Cavaco Silva acabou mesmo por afirmar que «os jovens foram o motor da vitória». Segundo a Juventude Comunista Portuguesa, o PSD teve uma preocupação em demonstrar a participação da juventude. Teve a preocupação de que os jovens aparecesem. Não que participassem. Grupos de jovens seguiam Cavaco e Silva por onde quer que este se deslocasse. Estava achado o «motor da vitória».

Em relação à APU, tudo se passou de maneira substancialmente diferente. Primeiro, por não ser nossa intenção arranjar pretensos banhos de juventude a quaisquer responsáveis da coligação. Segundo, porque a juventude é vista não como um cartão de visita vistoso mas como uma camada da população com os seus próprios problemas e com energia suficiente para apresentar soluções e contribuir para a resolução não só dos seus, mas dos problemas mais gerais do nosso país.

Connosco, a juventude **participa** activamente. Não só colando cartazes ou desfilando, mas também, e essencialmente, participando activamente na discussão. Por isso, o lema da juventude nesta campanha resultou numa frase muito querida aos muitos milhares de jovens que querem ter uma voz activa na sociedade: **«Com a APU é a nossa vez.»**

Experiências positivas

A campanha, para os jovens, constituiu um vasto manancial de experiências positivas. De experiências que serão de continuar e que dizem da alegria que constitui ter-se a razão pelo nosso lado.

Muitas experiências se fizeram ao longo desta campanha. A grande maioria foi positiva. Nomeadamente no que respeita às formas de participação essencialmente juvenis. Delas se destacam as rádios móveis, os programas de vídeo, os desfiles de jovens, as pinturas murais, os cartazes próprios da juventude, os jornais e todos os outros materiais de propaganda editados pelos mais novos.

De entre todos estes exemplos (porque não pretende ser uma lista exaustiva), há um que ressalta: os desfiles que os jovens fizeram. Os desfiles que, percorrendo artérias das diferentes localidades, se dirigiam para os locais das iniciativas da APU. Uma iniciativa que, asseguram, levou muita gente que poderia não ter participado nas diferentes jornadas, e que não resistiu a juntar-se aos mais jovens.

Mas, apesar da participação activa de muitos milhares de jovens, nem tudo foi positivo nesta campanha. Os jovens apresentam como tendo sido uma das falhas da APU o «não ter havido uma preocupação adequada em realizar iniciativas para jovens». Houve-as, de facto, mas não terão sido as suficientes. Houve-as, de facto, mas não terão sido as mais esclarecedoras. Este ano houve quinhentos mil novos eleitores, sobre quem se atira, desde há muito toda a máquina propagandística e demagógica dos partidos de direita. A começar pela televisão, a acabar nas promessas e nas medidas eleiçoeiras.

Apesar deste aspecto, os jovens comunistas consideram ter sido globalmente positiva a campanha eleitoral da APU. Consideram ter sido uma muito importante batalha que se travou com muitos frutos. ■

a TV

...como quem vai à bruxa...

A RTP tem uma incrível facilidade de nos surpreender. Nunca entorta o suficiente, porque logo a seguir prova que pode entortar um pouco mais. Nunca provoca o máximo — porque sempre consegue trepar um degrau mais na via da provocação...

Estou a lembrar o último **Actual**. Para meditar sobre alguns fenómenos das últimas eleições, em vez de ir à bruxa ou ao cartomante lá do bairro, **Actual** foi ouvir comentadores políticos.

Foi ouvir como? Em obediência a que critério? Mistério! Poder-se-á pensar, por exemplo, no àlibi do descomprometimento político. Mas, em primeiro lugar, vão cada vez mais rareando as pessoas que acreditam em histórias da carochinha; e em segundo lugar, o Júdice logo ao princípio referiu que estava ali em nome pessoal e não em nome do seu partido, o PSD. Os outros, talvez mais púdicos, esqueceram-se disso não sendo, é certo, de excluir a hipótese de um deles, cataventista militante, já nem saber ao certo que partido é o seu, neste momento. Talvez, como na anedota do Bocage, esteja a ver em que param as modas...

Mas o facto de um estar no PSD, o outro no PS e outro no seu intestino grosso, não invalidou que todos se dessem ali como irmãos e estivessem de acordo em inúmeros pontos de «discussão».

Não foi um debate na RTP; foi mais um dislate na TV.

Aquele dedinho...

Uma área que mereceu absoluto consenso foi a do anticomunismo. Ou seja: Margarida Marante teve, mais uma vez, o dedo próprio para a função...

Chegámos a assistir a casos perfeitamente ignóbeis em que a má-fé jogou papel essencial e que só «pecou» por ser demasiadamente evidente.

Por exemplo: em relação às perdas do PS, afirmou o Coelho que «poucos militantes passaram do PS para o PRD, mas muitos votantes passaram...»

Quanto ao Partido Comunista? Bem, quanto ao Partido Comunista foi uma calamidade, uma catástrofe, um horror! A provar que o «PCP está em declínio» (!!!)

Para o dito Coelho, para quem o discurso de Lucas Pires «foi extremamente estimulante» (ai estas anedotas!) o dr. Mário Soares não tem que se preocupar pois as centenas de milhares de votos agora perdidos são votos perfeitamente reversíveis...

Conclusão: o Coelho não é tão parvo como parece. Não acredito que ele acredite que o comunismo está em declínio. A sua afirmação tende, pura e simplesmente, a condicionar a assistência mais vulnerável. O plano da guerra psicológica quer que as pessoas digam sobre determinado assunto: «É verdade sim senhor, eu até já vi na Televisão...»

Aliás, outras rabiosas afirmações inculcam uma comum estratégia anticomunista que é, como se sabe, a fase primária da estratégia antidemocrática.

A decisão de excluir o Partido Comunista naquela sessão ficou bem definida (gato escondido...) quando a confraria começou a mandar vir sobre as eleições presidenciais.

Aqui as posições ficaram assumidas sem o véu diáfano da fantasia. Júdice torceu por Lucas Pires; Saraiva, por Soares; Coelho por Maria de Lurdes Pintasilgo...

Máscaras caíram por terra. Os analistas do processo ficaram substituídos pelo processo dos analistas. Foi espectáculo pouco digno como se, de súbito, gente bem posta e engravatada nos surgisse em todo o «esplendor» das suas fraldas e cuecas...

Mas o mais curioso foi a plataforma em que os três parceiros se colocaram para apreciarem a conjuntura presidencial: as candidaturas já previstas eram vistas sempre consoante os interesses do povo português e da democracia. Além de que tudo se passou como se o cenário definitivo estivesse organizado, o que, está claro, é uma forma de simultaneamente jogar com cartas viciadas e de viciar as cartas...

Estes «analistas»!

Se os «analistas» de tal modo se embaralharam em vícios e preconceitos no que se refere aos factos verificados, isso ainda mais se tornou evidente na avaliação de um possível governo.

Apontar, como se fez, para um governo minoritário significa um beco sem saída cuja saída (logicamente!) os cavalheiros não apontaram. É fácil propor que o gato leve o guiso; difícil é encontrar quem lho ponha e quem assuma essa responsabilidade.

Tal tentativa arrastaria uma complicadíssima teia de acordos que, a breve trecho, se revelariam uma teia perigosa de cumplicidades. O povo português não deixará de pedir contas a quem permitir que o Cavaco tome as rédeas do Poder.

Aqui se revelou a falta mais clamorosa desta emissão: a ausência de uma voz que lembrasse a alternativa que corresponde ao espírito do resultado destas eleições: recusado o governo à direita, apenas é possível um governo de nítida vocação democrática, no sentido popular do 25 de Abril.

A RTP não encontrou ninguém que ali fosse mostrar um caminho de esperança. Será preciso fazer pública subscrição para lhe comprar uma lanterna?...

■ *Ulisses*

...Síntese semanal da IMPRENSA

Perdeu a pena...

Perdigão perdeu a pena
Não há mal que lhe não venha.
(...)
Quis voar a ũa alta torre
Mas achou-se desasado;
E, vendo-se depenado,
De puro penado morre.
Se a queixumes se socorre
Lança no fogo mais lenha:
Não há mal que lhe não venha.

Luís de Camões

Ó diabo!

• «Freitas do Amaral recolhe quase metade dos votos dos eleitores que já escolheram o seu candidato para as eleições presidenciais de Janeiro, enquanto Maria de Lourdes Pintasilgo recebe cerca de um terço e Mário Soares menos de 17% — revela uma sondagem nacional Expresso/Euroexpansão realizada já depois das legislativas de domingo passado junto de um painel de 500 inquiridos.

No entanto, estas intenções de voto são pronunciadas apenas por 31% dos inquiridos, não tendo ainda os restantes tomado uma decisão quanto às presidenciais. As percentagens recolhidas pelos três candidatos entre o grupo de eleitores já decididos são os seguintes: Freitas do Amaral – 49,2%; Lourdes Pintasilgo – 32,4%; e Mário Soares – 16,6%.»

(«Expresso», 12. Outubro).

Seria ridículo

• «Seria ridículo – e mais do que ridículo falacioso – diligenciar encobrir, com qualquer manto diáfono da fantasia, os efeitos negativos que os resultados do acto eleitoral de domingo vão ter na candidatura de Mário Soares à Presidência da República».

(Manuel Homem de Mello, director de «Belém», jornal da candidatura de Soares, 10 Outubro).

Soares e os pontos cardeais

• «Mário Soares, o grande inimigo de Cunhal, no conflito Leste-Oeste, foi derrotado.»

(Victor Cunha Rego, «Semanário», 12. Outubro).

O mistério do oitavo fôlego

• «Em 1983, Mário Soares demonstrou ser um homem com sete fôlegos. Resta saber se ainda terá o oitavo.»

(Luís Quintão, «Semanário», 12. Outubro).

A porta era de vai-vem

• «Soares, após a derrota do PS, quis sair batendo com a porta; quis delegar no vice-primeiro-ministro as obrigações que, até à exoneração, lhe competem; quis, numa palavra, acabar com o desgaste originado pela chefia do Governo, porque finalmente percebera não se favorecer uma candidatura presidencial com a presença constante em cerimónias de fachada. Esqueceu-se, porém, de que um primeiro-ministro só pode ser substituído por **«ausência ou impedimento»**.

(«Expresso», 12. Outubro).

Direita a sério só com Soares!

«E porque a direita, representada por Freitas do Amaral, mais uma vez provou não ser maioritária (quando muito conseguirá reunir 40 a 45 por cento dos votos), é de crer que grande parte dos sociais-demcoratas cheguem à conclusão — e já não será sem tempo — que nenhum outro candidato, para além de Mário Soares, estará em condições de vencer um candidato apoiado pela esquerda militar (traduza-se: Eanes mais o ex-Conselho da Revolução) e pelos comunistas.»

(Manuel Homem de Mello, «Belém», 10 Outubro).

África do Sul

A violência não salvará o *apartheid*

Pontos Cardeais

O «ouro de Moscovo»?

Que «comentadores» e «políticos» da estirpe dos srs. Múrias, Nogueira Pinto ou António Maria Pereira continuem a tristemente alinhar o argumento do «PCP fiel seguidor de Moscovo» é coisa que já entrou no folclore mais ridículo e desacreditado da política nacional. São «ideias» à proporção de bestuntos que as albergam e «argumentos» à altura das afirmações que fazem. O que já parece difícil de entender é que pessoas que se situam em campos bem diferentes daqueles recorram ou subscrevam congéneres asserções. Como por exemplo sucede à engenheira Maria de Lourdes Pintasilgo na sua recente entrevista ao **«Diário de Notícias»** ao afirmar que pensa que **«a ligação da direcção do PCP às posições soviéticas tem sido pretexto para a sua aparente marginalização».** Tal como surgem aliás perplexidades quanto a outras afirmações como a de que, nos últimos seis anos, **«o Parlamento tem andado a reboque (para usar uma expressão coloquial) das duas maiorias que estavam no Governo. Isso é muito pouco saudável...».**
Ora, como se poderá verificar pela leitura da imprensa – ou do «Diário das Sessões», para maior rigor – tudo indica que nos últimos seis anos tiveram assento de pleno direito no Parlamento umas dezenas de deputados que (para usar uma expressão coloquial) não andaram a reboque de nenhuma daquelas maiorias – bem pelo contrário. Referimo-nos nomeadamente aos eleitos nas listas APU, aos deputados do PCP, do MDP/CDE, de «Os Verdes» e independentes.
Fazer destas confusões e meter inconvenientemente tudo no mesmo saco poderá ou não ser saudável, mas o que é com certeza é bastante incorrecto.

Maneirinho

Cavaco Silva informou o País que vai formar «um governo pequeno». Faz bem, professor, nada de megalomanias à dr. Soares, que só dão mau resultado. Olhe, forme uma coisa maneirinha, assim na ordem dos 29%: é plausível, flexível e, sobretudo... mais removível.

E esta?

A secção «Pessoas» de «a tarde» redigia assim mais um dos seus esforços humorísticos: **«Álvaro Cunhal — A cantar vitória no 6 de Outubro, repete precedentes ilustres da grande família comunista. Em Setembro de 1930, quando Hitler passou de 800 000 votos para seis milhões e meio e de 12 para 107 lugares no Reichstag, o Partido Comunista registou uma subida de 10% para 13%. Comentário do Comité Central do KDP de então: "Só os comunistas ganharam as eleições!". Esteve mesmo a ver-se!»**

Portanto, quanto a precedentes ilustres, cada qual com os seus: o PCP com o KDP (que, por acaso, até se chamava KPD...), e, pelos vistos segundo as analogias de «a tarde», o Cavaco/PPD com... Hitler/NSDAP.

Eles o dizem...

«A vida contigo ao lado»...

O prof. Freitas do Amaral jantou com — dizem os jornais — artistas.

O prof. fez declarações importantes. É, afirmou, um «consumidor de cultura, desde a música à telenovela». Anunciou que defende para solução dos problemas da cultura nacional «a aposta no filme histórico português e no suporte musical português da publicidade».

Arrebatado, o actor Nicolau Breyner terá declarado: «ainda bem que há pessoas que nos compreendem, como o sr. prof.».

Entre a luzida representação que participou do croquete contava-se o magnífico cantor Artur Garcia que se supõe ter entoado o seu famoso «a vida contigo ao lado já está prevista/por isso eu faço tudo para dar nas vistas».

O sr. Óscar Acúrcio, à falta doutra, deu uma volta por lá.

O «dois amores» mandou um telegrama.

E foi assim.

Distanciamento

Nestas eleições — antes e depois da contagem dos votos — o «distanciamento» parece ter sido doença que deu em muito político da nossa praça.
Cavaco «distanciou-se» do PSD e do Governo, para que a imagem pudesse aparecer lavadinha de pecados. Soares distanciou-se das legislativas para «assumir» o papel presidenciável e, vendo o perigo aproximar-se, lá veio mostrar a face, para afinal deixar que Almeida Santos arcasse publicamente com as culpas. Por fim, «distanciou-se» do Governo e, a seguir, distanciar-se-ia das declarações que fez...
Freitas do Amaral, para se guindar à candidatura a Belém, teve necessidade de distanciar-se do CDS. E agora, com o CDS de rastos, ainda mais se distancia.

Por outro lado, muitos comentadores «políticos» da terra, que se haviam distanciado da formação do PRD, correm agora a namorá-lo, distanciando-se das anteriores posições.
O povo, entretanto, toma as suas distâncias em relação ao bloco que tem governado o país durante estes últimos anos e que tão distante tem andado dos interesses dos trabalhadores e do país.

Pof.

Confome se sabe, o pof. Feitas do Amral intoduziu na íngua potuguesa a nvidade de retirá uma leta nas plavras como em **prá frente Portugal**.
O pof. Feitas aprece agora num anúncio pra dizer que está nora, mas o *maketing* enganou-se e pôs «está na hora». Na ftografia do anúncio, o pof. está com o baço no ar e com o fontspício que Deus lhe deu — coisa de que o *maketing* não tem cupa.
As plavras do anúncio têm letas a mais poque tão iguais às do dcionário. Aqui a cupa é do *maketing*.
É natral o pof. vir dizer que está nora dpois dos resutados de 6 dotubro.

Assim é que é

Nos termos de um despacho conjunto publicado no «Diário da República» e nos termos de um enorme comboio de jurisdição, o presidente do Laboratório Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial vê aumentada em mais de 50% uma gratificaçãozita mensal que tinha no valor de 9500$00 e que passa para 14 500$00. Uma nica.

O presidente do LNETI é o prof. Veiga Simão. Assina o despacho, entre outros o ainda ministro da Indústria e Energia. Que é o prof. Veiga Simão.

Parceiros

Parceiros foram, parceiros parecem continuar a ser. Se falharem as coligações PS/PSD para as autárquicas, por misteriosas irregularidades cometidas pelo PSD — seria outra forma de puxar o tapete sob os pés do PS? —, ficarão as intenções de aliança «para desalojar os comunistas». Se Cavaco, por seu lado, levou a campanha a falar contra o Governo, não é por isso que deixa de continuar a participar, por intermédio do PSD, nesse mesmo Governo.
Agora, como bons parceiros, os «contendores», Mário Soares e Cavaco Silva, parecem ter ambos aquela visão distorcida da Constituição. Se o Primeiro-Ministro pretendeu «abandonar» as suas funções, em amuo, para depois se desdizer, o chefe dos «sociais-democratas» também não parece ter lido o texto constitucional. Logo após a magra vitória foi para casa... formar governo!
Se o Presidente da República ainda não pusera Mário na rua também ninguém deu conta de haver «indigitado» Cavaco para o lugar.
Continuam PS/PSD. Parceiros até na pressa.

Gazetilha

por Ignotus Sum

I

O facto é este:
O desemprego é mesmo a grande peste
mas o Soares já diz que ele é
inferior ao da CEE.

As diferenças da entrada são sem par.
São, sim senhor. Imediatamente
é bem claro o teor:
Se Portugal entrar
na CEE, a gente
fica muito pior...

II

Por cada luz que se acende
há uma lição de vida
por isso também se aprende
nos livros, como na vida.
A vida: ensina-nos ela
que quem ao carro danado
da pior direita se atrela
sempre acaba atropelado...

III

... E o balão ia subindo
no céu azul, e tão tão
tão querendo ser grave e lindo
no céu azul, o balão...

Ora o balão, mafarrico,
com falta do ar de razão,
perdeu ar, dá-lhe um fanico...
... e rebentou o balão...

Outra coisa de repente
o estoiro me fez lembrar
pois na altura muita gente
vi o nariz apertar...

Quem esteve com atenção
há-de sentir, com regalo,
que quando falo em balão
é do Soares que falo...

IV

Se alguém te diz, bem seguro
que tem um caminho recto
pra construir o futuro
pede que mostre o projecto...
Discurso de fumo e brasa
não chega, veja-se bem,
nem pra fazer uma casa:
uma ciência convém...

V

O Cavaco Silva, olé,
ainda não tomou posse
ministro ainda não é
mas fala como se o fosse...

Ora entre parecer e ser
o filósofo discorre:
há uma distância a correr
que às vezes nunca se corre...

Mas quem o deixar correr
e fazer o tal caminho,
depois não venha dizer
que foi sem querer, que era anjinho...

Agenda

Avante!
Ano 53 — Série VII
N.º 616
17 de Outubro de 1985
4.º Caderno

Café Encontro

Sábado, às 23.00, encontro com Esmeralda Amoedo.
Domingo, às 23.00, encontro com o Teatro de Campolide.
Segunda, às 21.30, encontro com o Grupo de Intervenção Cultural.
Terça, às 21.30, encontro com Pedro do Carmo.
Quarta, às 21.30, encontro Jovem.

O Cinema e os Jovens

Sexta, às 18.30 e 21.30 «Salmo Vermelho», real. Miklos Jancso.
Terça, às 18.30 e 21.30 «A Intentona», real. Iuli Karassik.
Quarta, às 18.30 e 21.30 «A Batalha de Argel», real. Gillo Pontecorvo.

O ciclo «Questões de História» (com entradas a 125 escudos) começou anteontem com a apresentação da película «O Herói Sacrílego», de Kenji Mizoguchi. Ontem foi a vez de «O Leopardo», de L. Visconti. O último filme será projectado no dia 8 de Novembro. Até lá, caro leitor, vá consultando a nossa «Agenda» semanal.

Por agora, deixamos aqui o breve texto de introdução ao ciclo «Questões de História», cuja leitura recomendamos, particularmente aos que se preparam para dar um salto ao Alvalade.

Como diria Brecht...

Aviso prévio: sob nenhum pretexto este ciclo deve ser encarado como um série de aulas de História: nenhuma ficção cinematográfica é possível de se assumir como veículo de estudos históricos desenvolvidos numa base rigorosamente científica.

Mas pode a Arte — com a devida precaução — transmitir alguns dos seus resultados. Mais. Cabe-lhe colher inspiração neste ou naquele momento do passado e levantar questões (daí o título do ciclo). Sem esquecer que não deve fazer-se passar por outra coisa que não seja alegoria dos problemas do presente através dos que refere no pretérito, sem esquecer que é posição eminentemente ética e subjectivizante sobre os tempos idos.

É possível e desejável — quando não se trilham caminhos de assumida fantasia — uma visão lúcida e não distorcida dos traços essenciais dos diversos períodos históricos.

Tentámos exemplificar isso mesmo neste ciclo. Mas só quando tais qualidades se não reduziam a meras ilustrações mecânicas e, pelo contrário, eram fermento de discussões, implicavam a ida ao fundo das subjectividades, tendiam a revelar algo de nós próprios — agora!

Nenhuma sistematização se procurou. Nem em termos dos períodos focados, nem na cronologia, nem na estílistica. A diversidade reinou.

O que levará o espectador a viajar da Idade Média japonesa (Mizoguchi, Kurosawa) aos quase presentes tempos do fim do salazarismo com guerra colonial em pano de fundo (A. V de Almeida) e das convulsões terroristas dos anos 70 (Fassbinder). A abordar a revolução industrial (Polansky), as revoluções — traídas — que se propunham Garibaldi ou Zapata (Visconti, Leduc) ou a revolução — triunfante — dos soviéticos (Karassik, Beatty). A evocar guerras perdidas (Rossif), batalhas perdidas de guerras ganhas (Pontecorvo) ou batalhas ganhas de guerras que se vão ganhando (Manuel Herrera). A descobrir aspectos inéditos da história húngara (Jancsò) e momentos dos mais sórdidos da colonização interna dos EUA (Cimino). A recordar — imprescindivelmente a ascensão do nazismo (Visconti, de novo).

Com este ciclo, talvez o espectador chegue à conclusão de que nem sempre luxuosíssimas e espectaculares produções são sinónimo de vacuidade e escapismo. Ou de que alguns refinados trabalhos de organização de documentos reais são tão apaixonantes como elas.

E verificará — afinal — que todos estes filmes contêm «avisos à navegação». Não podendo, nem devendo ser, em sentido estrito, lições sobre o passado, são lições sobre o futuro: como diria Brecht, quem do passado se esquece corre o risco de reviver os mais degradantes momentos.

Espectáculos

Sábado, às 21.30, espectáculo de Jazz com Sexteto Shis.
Domingo, às 11.00, manhã infantil, às 16, pelo grupo de Teatro de Campolide a peça «A menina, o gato e o Robot».
Segunda, às 21.30, Teatro Estúdio de Lisboa: «Lisboa 73-85».

ANTOLOGIA

Sempé - Jean-Jacques

(1932-) Desenho publicado em «Les Chefs-D'Ouvre du desin d'humour», prefácio de Jacques Sternberg — Edições «Planète» 1968

TV o Programa

Quinta 17

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela:** «Origens», 12.º Ep.
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Desporto:** «Debate»

19.20 — **A Mulher no Mundo:** Nigéria
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Telenovela:** «Louco Amor», 75.º Ep.
21.15 — **Triangular**
22.15 — **A Montanha Mágica**
23.10 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Conheça Melhor**
20.30 — **Munch, Pintor da Angústia**
21.40 — **Da... Música:** Concerto com Ton Koopman
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sexta 18

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela:** «Origens»
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Documentário:** «URTI»
19.20 — **Poesia ao Vivo**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Telenovela:** «Louco Amor»

21.15 — **Televisão:** A «Caixa» que Mudou o Mundo
22.30 — **Crime, Disse Ela**
23.30 — **Último Jornal.**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Recordações**
21.00 — **Directo/2**
22.30 — **Jornal da Noite.**

Sábado 19

RTP1

11.30 — **Tempo dos Mais Novos**
13.30 — **Dar e Receber:** «Regimes Especiais»
14.00 — **Circo de Gunter Gebel Williams**
15.00 — **Hipismo:** «Concurso Internacional de Lisboa»
17.00 — **RTP/Brasil**
17.30 — **Programa da Direcção de Informação**
18.30 — **Um Planeta para Amar**
19.45 — **Totoloto**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **A Grande Barraca**
21.00 — **Rabo de Saia**
22.00 — **Aplauso**
23.00 — **Último Jornal**

23.10 — **Sábado Especial:** Ciclo «O Polar», «Mosca em Teia de Aranha»; real. Jacques Deray (França/1972).

RTP2

17.00 — **Troféu**
20.00 — **Animação:** «Um Óscar para Tom e Jerry»
20.30 — **Para o Melhor e para o Pior**
21.30 — **Terra Mãe.**

Domingo 20

RTP1

10.30 — **70×7**
11.00 — **Eucaristia Dominical**
12.00 — **Tempo dos Mais Novos**
13.00 — **TV Rural**
13.30 — **Tempo dos Mais Novos**
15.00 — **Sessão da Tarde:** «Mal por Mal, Antes com Elas»
16.30 — **Hipismo:** «Concurso Internacional de Lisboa»
17.00 — **Fórmula J**
18.30 — **No Mundo dos Fraggles**
19.00 — **Top Disco**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.30 — **Portugal, Passado e Presente**
21.00 — **Western à Siciliana**
22.00 — **Domingo Desportivo**
23.30 — **Último Jornal.**

RTP2

15.00 — **Hipismo:** «Concurso Internacional de Lisboa»
19.30 — **Novos Horizontes**
20.00 — **Adágio**
20.30 — **Nós Por Cá**

21.30 — **Cine-Clube:** «Escândalo de um Amor»; real. Michelangelo Antonioni (Itália/1950).

Segunda 21

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela «Origens»**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**
18.50 — **Desportivamente**
19.20 — **A Primeira República Portuguesa — 1910-1926:** «A Questão Religiosa»
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela «Louco Amor»**
21.15 — **Badarosíssimo**
22.15 — **Opinião Pública:** «Para Onde Vai o Dinheiro do Povo»
23.00 — **Último Jornal**

RTP2

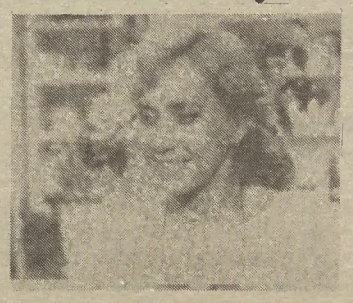
19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Danças e Cantares**
20.30 — **RTP/Açores**
21.00 — **Teatro para Sempre:** «Winterreise»
22.30 — **Jornal da Noite**

Terça 22

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela «Origens»**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**
18.35 — **Notícias**

18.50 — **Século XX:** «O Mundo em Guerra»
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**



20.35 — **Telenovela «Louco Amor»**
21.15 — **O Corpo Humano**
21.45 — **Actual**
22.55 — **Tudo em Família**
23.15 — **Último Jornal**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
20.00 — **Videopolis**
20.30 — **O Mundo em Guerra:** «Portugal 1939/45»
21.00 — **Sessão das Nove:** «Duas ou Três Coisas que Sei Dela», real. Jean-Luc Godard (França/1967)
22.30 — **Jornal da Noite**

Quarta 23

RTP1

12.00 — **Notícias**
12.05 — **12/13**
12.45 — **Notícias**
13.00 — **Telenovela «Origens»**
18.00 — **Tempo dos Mais Novos**

18.35 — **Notícias**
18.50 — **Trânsito**
19.20 — **Telemundo**
20.00 — **Telejornal**
20.27 — **Boletim Meteorológico**
20.35 — **Telenovela «Louco Amor»**

21.15 — **Noite de Cinema:** «O Ladrão que Veio para Jantar», real. Bud Yorkin
23.05 — **Informação Desportiva**
23.15 — **Último Jornal**

RTP2

19.30 — **Desenhos Animados**
19.50 — **A Arte e as Coisas:** «Espaço Real e Espaço Virtual»
20.30 — **A História Secreta do Petróleo**
21.30 — **Filmoteca TV**
22.30 — **Jornal da Noite**

Livros

Do Báltico aos gelos siberianos (a URSS no 40.º aniversário da vitória sobre o nazi-fascismo); **José Goulão, Baptista-Bastos, João Alferes Gonçalves, Cipriano Ricardo e Miguel Urbano Rodrigues, Colecção Nosso Mundo, Editorial Caminho, preço – 400$00**

Em traços muito rápidos, este livro da Caminho propõe ao leitor uma informação viva, relatada pelo trabalho de cinco jornalistas, sobre dois temas que, logo à partida, reúnem «ingredientes» de sobra para suscitar o interesse e a curiosidade de muita gente que deseja conhecer melhor a União Soviética.

Ao longo de 242 páginas de reportagem jornalística de fácil leitura, recheada de elementos informativos e da vivacidade da experiência humana colhida pelos homens da Comunicação Social enviados à URSS, dá-se um contributo importante, por um lado, para a compreensão do que foi a luta abnegada e heróica do povo e das Forças Armadas soviéticas contra o nazi-fascismo, e, por outro lado, para a divulgação das «batalhas gigantescas que se travam, hoje, nos confins da Sibéria, em condições adversas, pelo desenvolvimento científico e tecnológico, pelo aproveitamento dos recursos naturais daquela extensa região em benefício dos povos da URSS e do Mundo», como sublinha a nota ao leitor, que introduz este interessante livro da Editorial Caminho.

O primeiro destes temas reúne trabalhos de **João Alferes Gonçalves** e **Cipriano Ricardo** (do matutino «o diário») e ainda de **Baptista-Bastos** (do «Diário Popular»). Uma nota comum ao conjunto destes trabalhos: a ligação harmoniosa entre aspectos da informação histórica dos acontecimentos vividos há 40 anos e o testemunho vibrante de sobreviventes, que acompanharam os jornalistas portugueses, presentes na URSS neste ano de 1985, em ocasiões e locais diferentes.

«Resultados e lições da Segunda Guerra Mundial», assim se intitula o trabalho de João Alferes Gonçalves, que reúne nos seus apontamentos temas como **a política de traição da França e da Grã-Bretanha, Moscovo – a primeira grande vitória sobre os nazis, Leninegrado – nada nem ninguém será esquecido, Stalinegrado – a batalha que mudou o curso da guerra** e, finalmente, «**na Cidade das Estrelas não há espaço para a guerra**» (é o centro residencial e de treino dos cosmonautas soviéticos, a norte de Moscovo: «aparentemente», escreve JAG, «a Cidade das Estrelas não tem nada a ver com a Segunda Guerra Mundial. Se aprofundarmos a análise, encontraremos a ligação...»).

O texto de Cipriano Ricardo tem como título «o passado e o presente no 40.º aniversário da Vitória» e inclui quatro partes, sendo a última uma entrevista a Gueorgui Arbatov, director do Instituto de Estudos sobre os Estados Unidos e Canadá, um dos departamentos da Academia das Ciências da União Soviética, fundado em 1968. «A melhor arma dos defensores da Fortaleza de Brest», «As duas primeiras linhas na batalha do Arco de Kursk» e «As guerras e a paz na Crimeia» são os «episódios» abordados por Cipriano Ricardo.

Baptista-Bastos («Passagem para Moscovo») participa neste livro da Caminho com quatro apontamentos: «Memória no Expresso da Ucrânia», «Onde a História virou uma página» (aqui, com o testemunho impressionante de uma sobrevivente do cerco de Leninegrado), «Uma Sociedade menos tensa» (uma abordagem cultural da URSS contemporânea, da cidade de Moscovo, onde viveu Gorki, do quotidiano e da realidade socialista na luta pela felicidade do Homem) e, finalmente, «Soviéticos e Americanos recordam a guerra em paz» (40 anos depois, o reencontro de sobreviventes na capital da Ucrânia: «eu estava lá. Convidado especial a presenciar a cerimónia, que decorreu junto do Memorial de Kiev aos que morreram na defesa da cidade agredida...»).

Da longínqua Sibéria

Essa extensa e «misteriosa» zona do Mundo, abordada em filmes e livros de toda a gama, é dada a conhecer na sua dinâmica contemporânea pelos trabalhos de **José Goulão** e de **Miguel Urbano Rodrigues**, profissionais de «o diário». Da memória repleta de sensações vividas ao longo de milhares de quilómetros percorridos, em comboio e avião, surgem apontamentos de reportagem, opiniões e comentários que nos falam do esforço permanente de construção e de desenvolvimento no campo da economia e das condições de vida e de trabalho naquela região, que constituí 40 por cento do território da URSS e 8 por cento da terra firme do planeta. Ali vive 8 por cento da população soviética. Mais de 50 por cento da madeira, dos metais não ferrosos e dos recursos hídricos da URSS estão na Sibéria, que garante, por outro lado, 80 por cento da extracção do petróleo e gás da União Soviética. Significativos, são também os 10 por cento do Produto Interno Bruto e de todo o potencial económico da URSS, ou os 40 por cento da produção de energia eléctrica no total do país.

José Goulão («Sibéria: rotas dos novos descobrimentos») escreve sobre **histórias dos pioneiros do século XXI que derretem gelo e secam pântanos** (não esquecendo, naturalmente, as «lições de um gasoduto» – recorda o enviado especial de «o diário» que «... outro dos grandes emblemas siberianos dos tempos que correm é o gasoduto Urengoy-Pomary-Uzhgorod, para exportação de gás natural em direcção a alguns países da Europa Ocidental», num total de 4451 quilómetros de tubos).

Uma viagem no Transiberiano em direcção ao «Centro da Terra», um cérebro que inventa o futuro nos arredores de Novosibirsk e o relato de uma passagem pelas margens do lago Baikal (**«candidato a oceano e divindade budista»**) completam o trabalho de José Goulão neste livro.

A Sibéria está também presente, como já referimos, com a reportagem de **Miguel Urbano Rodrigues**, que escreve sobre Yakutia, **a terra onde mora o frio**, a cidade mais populosa do Nordeste gelado da região siberiana (200 mil pessoas), visitada pelo jornalista com os termómetros na casa dos 38 graus negativos...

A participação de Miguel Urbano Rodrigues está organizada em cinco apontamentos: **«No deserto da congelação permanente crescem cidades fabulosas»**, **«Gás e petróleo na floresta gelada»**, **«Neriungri, a cidade-cogumelo do carvão»**, **«A vida numa aldeia yakuta»** e, por fim, **«As portas do tempo e o sol da razão na noite árctica»**.

Como refere a nota de abertura — agora em jeito de conclusão — «as reportagens dos cinco jornalistas portugueses mostram que a luta de ontem e de hoje do povo soviético tem um traço comum — não apenas a construção de um país novo mas a de um homem novo num mundo novo, em paz e progresso».

Cinema — A selecção

	António Durão	David Lopes	Manuel Machado da Luz	Manuel Neves	Paulo Torres
A Amantes	★★★	★★★★	★★★★	—	—
B Dune	★	★★	★★	★★	★
C Desesperadamente Procurando Susana	★★★	—	★★	—	—
D Eu vos Saúdo Maria	—	★★★	★★★	—	—
E Os Favoritos da Lua	★★★★	★★★★	★★	—	★★
F A Rosa Púrpura do Cairo	★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★	★★★★★
G Para Além das Muralhas	★★★	★★	—	—	—
H A Testemunha	★★★	★★★	★★	★★★	★★★

Classificação de ★ a ★★★★★

A — Real. John Cassavetes – **Quarteto/3** (14.00, 16.30, 19.00, 21.15, 23.30) — **Lisboa**.
B — Real. David Lynch — **Alfa/2** (14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15) — **Berna** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Lisboa; Academia** (15.30, 21.30) — **Almada**.
C — Real. Susan Seidelman — **Condes** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **Hollywood/2** (14.30, 16.45, 18.45, 21.30, 23.45) — **Lisboa; Trindade** (21.45) — **Porto**.
D — Real. Jean-Luc Godard – **N'Gola** (14.30, 16.45, 19.00, 21.30, 23.45) — **Lisboa**.
E — Real. Otar Iosseliani – **Quarteto/1** (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) – **Lisboa**
F — Real. Woody Allen – **Las Vegas/1** (15.15, 18.30, 21.30) — **Londres** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30) — **S. Jorge/2** (15.00, 17.00, 19.00, 21.45) — **Lisboa; Bébé** (18.45, 21.45) — **Porto**.
G — Real. Uri Barbash – **Quarteto/2** (14.30, 16.45, 19.00, 21.15) — **Lisboa**.
H — Real. Peter Weir – **Alfa Clube** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) **Apolo 70** (14.00, 16.30, 19.00, 21.30, 24.00) — **S. Jorge/3** (14.15, 16.30, 18.45, 21.15) — **Lisboa; S. João** (18.45, 21.45) – **Porto; Miramar/1** (15.15, 21.30) – **Cascais; Casino** (17.00, 21.15) – **Estoril**.

Teatro — O Cartaz

• LISBOA

ABC, Parque Mayer. Às 21.45; Sáb e Dom também às 16.00. **Fininho mas Jeitosinho**, de J. Bettencourt, versão de César Oliveira e R. Solnado, enc. Carlos César.

Casa da Comédia, R. S. Francisco de Borja, 24. De 3.ª a sáb/21.45; dom./18.00. **Savannah Bay**, de Marguerite Duras, enc. Filipe La Feria.

Centro de Arte Moderna, Sala Polivalente, **Pílades**, de Pier Paolo Pasolini com encenação de Mário Feliciano.

Comuna, Pr. de Espanha. Café Concerto: **«Cozido à Portuguesa»**, com texto e coordenação de Fernando Gomes, às quintas, sextas e sábados às 22 horas.

Comuna, Pr. de Espanha, **Amadis**, de terça a sábado, às 21.30, domingos às 17, encenação de João Mota.

Comuna, aos sábados e domingos, às 15 h, os **Cágados**, pelo grupo de teatro **«O Bando»**, a partir de uma história de Almada Negreiros com encenação de João Brites.

TIL, Rua Leão de Oliveira, 1 aos sábados e domingos às 16 h o «Canteiro Vaidoso», encenação de Ruy de Matos.

Instituto Franco-Português, Av. Luís Bivar, **Embalagem Perdida**, enc. de Ricardo Marques, com Cucha Carvalheiro e Lucinda Loureiro, às 21.30.

Nac. D. Maria II, De 3.ª a sábado, às 21.30, sábado e domingo às 16 h **O Morgado de Fafe em Lisboa**, de Camilo Castelo Branco, enc. Ruy de Matos.

Maria Vitória, Pq. Mayer. **Não Batam Mais no Zezinho**, de H. Santana, Nicholson e Zambujal, enc. H. Santana. De 3.ª a Dom./20.30 e 22.45; Dom. e feriados também às 16.00.

Teatro da Graça, Trav. S. Vicente, 11. Terça a Sáb/22.00; Sáb/e Dom/17.00. **A Noite e o Momento**, de Crébillon Fils, enc. Carlos Fernando – Grupo Teatro Hoje.

Teatro Vasco Santana, Entrecampos (Feira Popular). 3.ª a Sáb./21.30, Dom./16.00. **Jardim de Outono**, de Lillian Hellman, enc. Luzia Maria Martins – Teatro Estúdio de Lisboa.

Teatro Villaret, Av. Fontes Pereira de Melo. «Pouco Barulho!», de 3.ª a dom. às 21.30 h.

• CASCAIS

Teatro Experimental de Cascais, Av. Marechal Carmona, 6-B. De 3.ª a Sáb/21.45, Dom/17.00. **Duas Anedotas Provincianas**, de Alexander Valentinovitch, enc. Artur Ramos.

• ÉVORA

Centro Cultural de Évora, de 15 a 20 de Outubro, às 21.30. **Horácio**, de Pierre Corneille, encenação de Mário Barradas.

...e ainda — Música, debates, etc.

Cinema

Integrado num Ciclo de Cinema Húngaro, vai o Cine-Clube de Lisboa, exibir amanhã, às 18.45 no Estúdio 444, o filme «Dias Frios» de András Kovács, podemos referir que se trata, na prática de um inédito, teve apenas uma antestreia, não voltando a ser exibido em Lisboa.

Por iniciativa da Câmara Municipal de Coruche, hoje, no cinema S. João, em Coruche, projecção do filme «Taps — O Clarim da Revolta», às 20h. Amanhã, no mesmo local, pelas 21h, o filme «Woodstock».

Teatro

Por iniciativa do Grupo de Teatro de Carnide, estão a decorrer as **V Jornadas Culturais de Carnide — Carnide 85**, até ao próximo dia 10 de Novembro.

Com um vasto programa, destacamos para esta semana as seguintes realizações: **amanhã**, às 21.30 apresentação da peça «A Estalajadeira» de Carlo Goldini, com encenação de Reis Vieira, pelo GTAC — Teatro de Sacavém.

Sábado, às 16 no Jardim da Luz, Teatro de Animação «Os Papa-Léguas», pelas 21.30 no Teatro de Carnide, concerto pela Orquestra Ligeira Juvenil de Ponte de Sor.

No **domingo**, actúação de uma Banda, integrada no III Festival de Música Popular, pelas 16, no Coreto de Carnide. Às 16, na Igreja da Luz, Grupo Coral «Os Pequenos Cantores da Pontinha» e às 21.30 o Grupo de Teatro de Carnide apresenta a sua peça «Os Hóspedes da D. Epifânia», com encenação de Bento Martins.

Quarta, às 21.30, colóquio: «A Comunicação Social e o Trabalho dos Grupos Amadores», com a participação de Fernando da Costa, Baptista Bastos e António Palouro.

O grupo de teatro belga «Du Platin» apresenta nos próximos dias 23 e 34, no Auditório Carlos Alberto, no Porto, o espectáculo «Os Males de Agora», de Louis Langlois. Os espectáculos são patrocinados pela Associação Portuguesa de Pais e Amigos das Crianças Diminuídas Mentais.

Música

Integrado na Feira do Livro de Coruche, realiza-se amanhã, dia 18, às 20h, um espectáculo musical com «Rádio Macau» e «Go Graal Blues Band». Na tarde desse mesmo dia está previsto um colóquio, pelas 17.30h, com Ruben de Carvalho sobre a origem da juventude no Festival de Woodstock.

Amanhã e depois, no Hot Clube de Portugal, a partir das 22.30h, exibição de «One Hight With Blue Note», vídeo-concerto do espectáculo realizado no passado mês de Fevereiro no Town Hall, em Nova Iorque.

No Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, hoje e amanhã, encerramento das VI Jornadas de Música Antiga, com «Narciso», ópera em três actos de Domenico Scarlatti, com a participação da Orquestra Barroca do Clemencic Consort, dirigida pelo maestro René Clemencic e dos cantores Gloria Banditelli, Gérard Lesne, Elisabetta Tandura, William Matteuzzi e Jorio Zennaro. Encenação de Sérgio Varolo, cenários e figurinos de Toni Casalonga.

No dia 21, às 18.30h, também no Grande Auditório da Fundação Gulbenkian, recital de violino e piano por Pinchas Zuckerman e Marc Neikrug, que executam obras de Mozart, Lutoslavsky, Beethoven e Strauss.

Livros

Por iniciativa da Câmara Municipal de Coruche, está patente ao público, até domingo, inclusive, uma Feira do Livro a funcionar na Praça da Liberdade, em Coruche. Da iniciativa constam também duas exposições: «Artesanato e artes plásticas» e «Roteiro da Literatura Portuguesa».

Jogos florais

Integrado no Ano Internacional da Juventude e durante as comemorações do 96.º aniversário da SFUAP, decidiu a direcção daquela colectividade o lançamento dos «Jogos Florais Juvenis da SFUAP» aos quais podem concorrer todos os jovens até aos 30 anos, independentemente de serem ou não associados da colectividade.

Os temas a serem tratados são todos os que concernem aos jovens: a escola, o emprego, o trabalho, o desemprego, a família, o amor, a sociedade, o desporto, a cultura, o associativismo, a democracia e a paz, nas modalidades de: quadra, poesia livre, conto e prosa livre.

As informações podem ser pedidas para o Largo 5 de Outubro, Cova da Piedade, 2800 Almada.

Exposições

Arqueologia Industrial, «Um Mundo a Descobrir, um Mundo a Defender». Visitas guiadas, 3.as, 4as, 5.as e dom./10 às 17; 6.as e sábados até às 21 horas. Na antiga Central Tejo, em Belém.

Azulejos do Século XIV aos Nossos Dias. De 3.ª a dom/10 às 13 e 14.30 às 17. Museu Nacional do Azulejo — Convento da Madre de Deus.

Colecção Calouste Gulbenkian. Expostas no Museu e nas Galerias da Fundação, peças — dos tapetes orientais aos livros preciosos — organizadas sob a designação «Reservas da Colecção».

Exposição de desenhos de Pasolini, no CAM.

Vestir 1955-85. A moda nos últimos 30 anos. Museu Nac. do Traje, Palácio do Monteiro-Mor, Lumiar.

Arte Portuguesa, de Mário Botas, Jorge Martins, João Hogan, Eduardo Nery e outros, na Casa Museu Anastácio Gonçalves, Av. 5 de Outubro. De 3.ª a domingo, das 10 às 17.00.

«Gaetana Sala de Estar», desenhos e trabalhos Tridimensionais de Gaetana, objectos de Ana Jota e pinturas têmpera acrílica sobre papel de F. M. Na Galeria EMI-Valentim de Carvalho (Palácio das Alcáçovas, Rua Cruz dos Poiais). Todos os dias (excepto às segundas), das 15 às 19.00.

Atrium da Imprensa, Artur Bual, Francisco Relógio, Gil Teixeira Lopes, Ilda Reis, Isabel Lajinhas, João Aires, Joaquim Baltazar, Matilde Marçal, Paiva Raposo e Pedro Saraiva (desenho), João Duarte (escultura), no Atrium da Imprensa, Casa da Imprensa, Rua da Horta Seca, 20 de segunda a sexta, das 10 às 20. Até 28 de Outubro.

Pintura Portuguesa, colectiva, na Galeria Almada Negreiros, Av. da República, 16 de terça a domingo, das 10 às 20.

Traje Romântico (comemoração do 1.º centenário da morte de D. Fernando II), no Museu Nacional do Trajo, ao Lumiar.

Uma Academia de Amesterdão, colectiva de estudantes da Academia Gerrit Rieveld com pintura, desenho, artes gráficas e trabalhos em *vídeo*. Alvalade (Palácio dos Coruchéus), das 10 às 13 e das 15 às 19.

Christine Hélène (pintura), na sala Camões da Sociedade de Língua Portuguesa. Diariamente das 13 às 19, excepto sábados e domingos.

Brinquedos Americanos 1870-1955, no Museu Nacional do Traje, Palácio do Monteiro Mor, Lumiar.

«Luz do Sol» (pintura), na Galeria Novo Século, rua do Século, 23-A, de segunda a sábado das 14 às 20. Inaugura a 18 de Outubro, até 8 de Fevereiro.

A Imagem Holográfica – Oito Artistas na Era do Laser, na Galeria de Exposições Temporárias da Fundação Gulbenkian, quartas e sábados das 14 às 19.30, restantes dias, das 10 às 17.

O Imaginário da Cidade de Lisboa, na Sala de Exposições Temporárias do Centro de Arte Moderna, terças, quintas, sextas e domingos das 10 às 17, quartas e sábados, das 10 às 19.

João Cutileiro e Luís Camacho (escultura e pintura), na Galeria Leo, trav. da Queimada, 48, de terça a sábado, das 15 às 19. Até 8 de Novembro.

Maria Irena Ribeiro, Ciclo da Terra (gravura), Atelier 15 rua Freitas Gazaul, 24 D; de segunda a sexta, das 18 às 22, sábados, das 15 às 19. Até 31 de Outubro.

A Cor e a Paisagem (pintura), Galeria Antíqua, rua do Salgueiral, 62, das 16 às 20. Até 12 de Novembro. PORTO.

Clarabóias do Porto, de Fernando Aruso, na Casa do Infante (à Ribeira), todos os dias das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17. Porto.

Exposição do Cartaz do Festival Internacional de Cinema de Tróia, na Cooperativa Árvore. Porto.

Seis Pintores Contemporâneos, na Galeria Módulo, av. da Boavista, 854, de segunda a sábado ds 16 às 20. Até 7 de Novembro. PORTO.

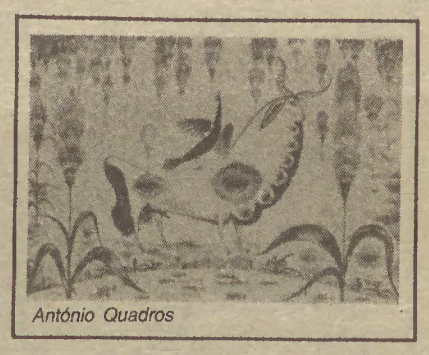
José Guimarães (pintura) no Centro Cultural São Lourenço. ALMANCIAL

Um Ano Depois, colectiva dos autores que ao longo do ano expuseram na Galeria Astolfi, Birre, de quarta a segunda das 16.30 às 21. Cascais.

4.º Colectiva de Gravura e Desenho, na Galeria, rua Nova de Alfarrobeira, 7 D r/c de terça a domingo, das 15 às 19. Cascais.

Colectiva de artes plásticas a favor dos artistas moçambicanos na Casa TAIT, Rua de Entre Quintas, 219. De terça a quinta das 10 às 12.30 e das 14.30 às 17. Sexta e sábado dia 10 às 12.30 e das 14.30 às 18. Encerra aos domingos e segundas. CASCAIS.

António Mira (óleo sobre papel), **Gunter Grass** — «Do Desenho e do Escrever» (litografias), **João Paulo Feliciano** — «Pontes e Passagens de Nível» (desenho e pintura) nas Galerias do Círculo de Artes Plásticas, rua Castro Matoso, 18, de segunda a sábado, das 15 às 18 e das 22 às 24. Até 12 de Novembro. COIMBRA.


António Quadros

Azulejos e Jardins das Estações Portuguesas, no Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão. Até 31 de Outubro. ESTORIL.

Homenagem a Gil do Monte (Felício José Pássaro) — exposição bibliográfica no Museu. ÉVORA.

Colectiva de pintura (Carlos Calvet, Cruzeiro Seixas, Guima, Jorge Martins, Nadir Afonso e outros). De 3.ª a domingo, das 15 às 19.30. Galeria Gilde, S. Torcato. GUIMARÃES

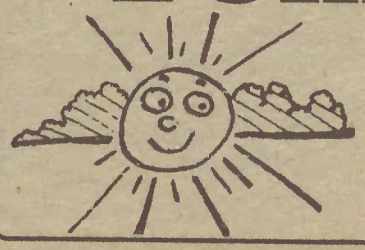
Arqueologia Naval. Exposição itinerante organizada pela Ass. dos Municípios de Setúbal, a percorrer todos os concelhos do distrito. SETÚBAL.

Lembrança de Bocage, desenhos de **Júlio Pomar**, na Casa Bocage, Galeria Municipal das Artes Visuais, Rua Edmundo Bartisol, de 3.ª a 6.ª das 9 às 12 e das 14 às 17, sáb. e dom. das 15 às 19. SETÚBAL.

José Ribeiro, pintura, aguarela e desenho. Palácio do Turismo. SINTRA.

Exposição Nacional — Ano Internacional da Juventude e da Música (pintura, serigrafia, desenho, etc.) na Casa Museu Teixeira Lopes, de terça a sábado, das 9 às 12 e das 14 às 19, domingos, das 14 às 18. Até 30 de Novembro. VILA NOVA DE GAIA.

Tempo — Fim de Semana



A antevisão do Instituto de Meteorologia e Geofísica prevê para o período de 19 a 21, céu pouco nublado ou limpo, vento fraco e neblinas matinais. De 22 a 25, tendência para céu pouco nublado ou limpo, vento fraco a moderado de Leste.

Utilidades & variedades

Cometa Halley
Tudo continuará como dantes?

O cometa Halley é sinónimo, para muitos, de desgraça. De facto, a sua aparição está relacionada, na superstição dos povos, com inúmeras catástrofes que têm assolado o globo terrestre. Este «fatídico» cometa sobrevoa a Terra com uma periodicidade de 76 anos. A última vez que foi avistado foi, portanto, em 1910. Agora, o cometa aproxima-se da Terra a 42500 quilómetros por hora. Quais serão as consequências, no nosso planeta, desta viagem?

Desde sempre, ou pelos menos depois de 240 antes da nossa era, o risco de colisão do cometa Halley com o nosso planeta tornou-se numa verdadeira psicose. Até 640 antes da nossa era, Halley era descrito como uma escova de prata com a qual o Sol fustigou a Lua.

A partir de então, «cometa» deixou de ser inspiração para poetas e passou a ser referência obrigatória dos futurologistas fatalistas, sejam dos que se proclamam «do século vinte e um» sejam de outros séculos mais remotos.

Há quem diga que o mundo acaba no ano 2000, e que por isso Mário Soares só será socialista nesse século. No entanto, há quem assegure que não, que o cometa Halley é que aí vem, qual braço justiceiro, acabar com as desgraças do Homem no mundo. Mas será assim?

Hoje, os cientistas estão convencidos que não, uma vez que, embora o volume dos grandes cometas supere em centenas de vezes o do Sol, a sua massa não ultrapassa uma milionésima parte da massa da terra. Este fenómeno é devido à densidade ínfima das suas partículas. Sendo assim, o que acontecerá num pouco provável choque do cometa com a Terra?

Para responder a esta pergunta tem de se utilizar um pequeno subterfúgio. Imaginemos uma milionésima parte de um grão de trigo, trituremo-la e, em seguida, espalhemos o pó na sala do teatro São Carlos. Teremos assim um exemplo da densidade do cometa e dos seus efeitos em caso de choque com a Terra.

Mas até agora temos falado da cauda do cometa, uma das duas partes em que se divide este astro. E se por acaso for o núcleo a embater no nosso planeta? Significará isso o fim do mundo?

Antes de mais nada, descansem os pessimistas, uma vez que as probabilidades são extremamente reduzidas (uma vez em 80 milhões de anos). Mas, e se 1986 for o octogésimo milionésimo ano?

Descansem. Na opinião dos cientistas, tal acontecimento dificilmente teria consequências, uma vez que o núcleo de um cometa é constituído, segundo se pensa, por uma massa de cristais de gelo cuja influência sobre o planeta pode ser comparada ao efeito que uma chumbada poderá produzir a um elefante, ou seja, qualquer coisa como uma mordidela de um mosquito pequeno num ser humano.

Veremos o cometa Halley?

De qualquer modo, para os mais cépticos, convém realçar que o cometa Halley passará bastante longe da Terra.

Apesar de todas as superstições acalentadas por quem não tem mais nada que fazer, o cometa Halley não será senão uma «coisinha» no céu quando nos visitar pela primeira vez, já este ano, a 27 de Novembro. E mesmo quando da sua maior aproximação da Terra, em 1986, só será detectado a olho nu pelos habitantes do hemisfério sul do planeta, uma vez que se torna muito brilhante, sendo possível aperceber-se do seu núcleo e da respectiva cauda.

Resumindo: estejam descansados que a visita do célebre visitante não acarretará males maiores do que a continuação de uma política de direita em Portugal. O que há a fazer é, portanto, não cometer o suicídio colectivo, mas sim, continuar a lutar para que a alternativa democrática seja uma realidade. Para que se confirme a grande derrota eleitoral que a direita acaba de sofrer, uma vez que o cometa Halley nem um agravamento do estado do tempo trará.

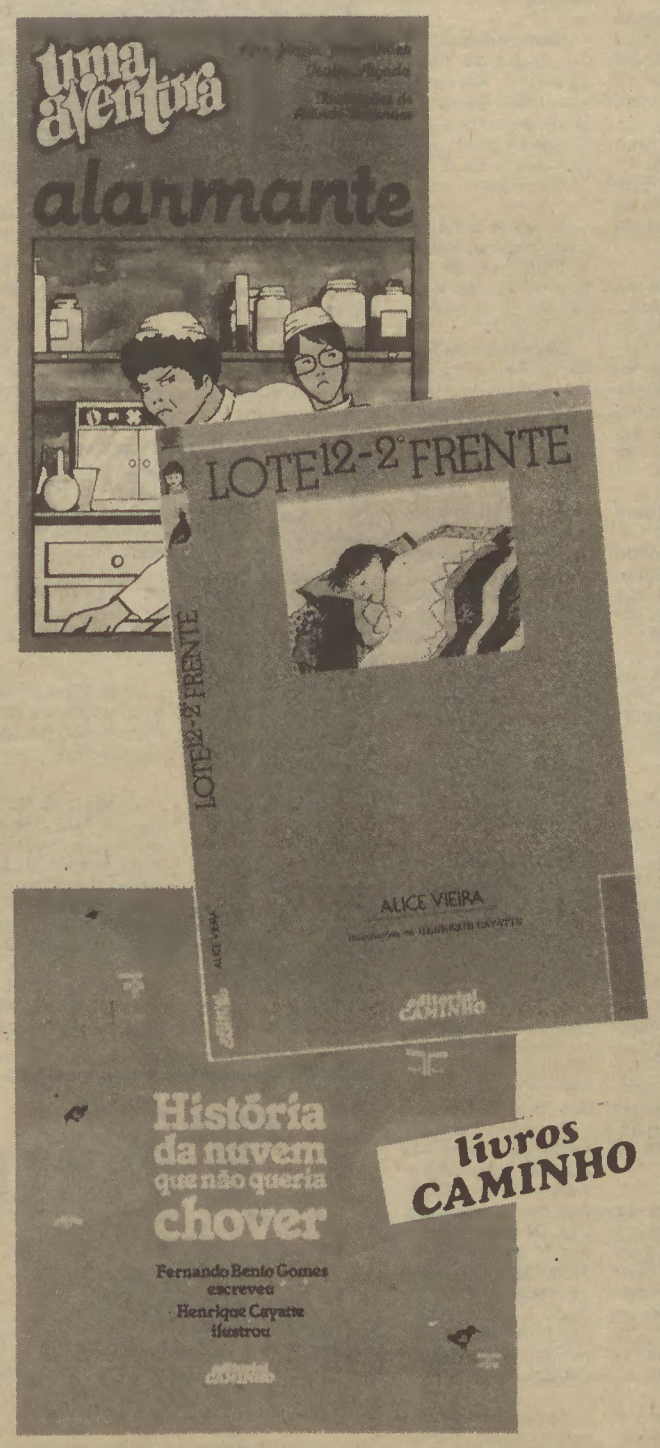
No topo da lista do **rating** internacional, e actual pretendente ao título mundial, o jovem Garry Kasparov, de 21 anos, é hoje o mais fiel representante do xadrez de ataque. Considerado um autêntico génio de estilo universal, Kasparov ombreia já com os mais famosos lutadores do tabuleiro das últimas décadas, como Botvinnik, Tahl, Spassky, Fischer ou Karpov. Se cada um destes campeões marcou decisivamente a sua geração de xadrezistas, Kasparov constitui o expoente máximo da revolução do xadrez da década de 80. A energia e o risco que impõe aos seus jogos vieram abrir novos horizontes à estagnação artística que já se fazia sentir com o aperfeiçoamento dos esquemas superdefensivos.

Este livro inclui todas as partidas de Kasparov desde Setembro de 1982, quando iniciou o seu brilhante percurso no Campeonato do Mundo no Interzonal de Moscovo. São analisadas em pormenor todas as partidas dos **matches** de candidatos frente a Beliavsky, Korchnoi e Smyslov. Todos os jogos (todos desde o Interzonal – cerca de 70) são detalhadamente comentados pelo autor – o mestre da FIDE (e ICCF) Luís Santos, três vezes campeão nacional e membro da Associação Internacional dos Jornalistas de Xadrez – que elegeu Kasparov como o melhor jogador do mundo nos últimos dois anos.

Para além das competições oficiais do Campeonato do Mundo, são também analisadas profundamente as actuações de Kasparov na Olimpíada de Lucerna, Espartaquíada, Torneio Magistral de Niksic e, inclusive, uma importante prova de partidas rápidas, sempre com actuações memoráveis do jovem campeão.

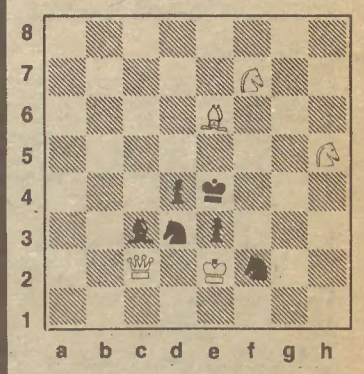
O leitor ainda poderá tentar resolver uma pequena selecção de combinações de Kasparov referentes a partidas disputadas antes de Setembro de 1982.

para a criança o melhor...



Xadrez

PROPOSIÇÃO N.º 22
Por B. Gruber
In «Problem», 1953
Pr. (6): Ps. d4, e3-Cs. d3, f2-Bç3-Re4



Br. (5): Cs. f7,h5-Be6-Dç2-Re2

MATE EM DOIS LANCES
JOGO N.º 22
Interzonais de Tunes, 1985
Br. A. Yussupov
Pr. G. Sosonko

1. d4,Cf6; **2.** Cf3,e6; **3.** e3,d5; **4.** Bd3,g6; **5.** b3,Bg7; **6.** Ba3,Cbd7; **7.** Cbd2,ç5; **8.** 0-0, 0-0; **9.** ç4,Da5; **10.** Bd2,Td8; **11.** De2,çxd4; **12.** Bxd4,Cç5; **13.** Bç2,Cçe4; **14.** Cxe4, dxe4; **15.** Ce5,Bd7; **16.** f4,h5; **17.** Tad1,Be8; **18.** Bb1,Da3; **19.** h3,Taç8; **20.** Td2,b6; **21.** Tfd1,De7; **22.** Df2,b5; **23.** ç5,b4; **24.** Dh4,Tç7; **25.** g4,hxg4; **26.** hxg4,Tdç8; **27.** Cç4,Bç6; **28.** Be5,Td7; **29.** Cd6,Td8; **30.** Th2,Bd5; **31.** Rf2 e as **Pr.** abandonam, dada a impossibilidade de impedir: Tdh1, seguido de mate!

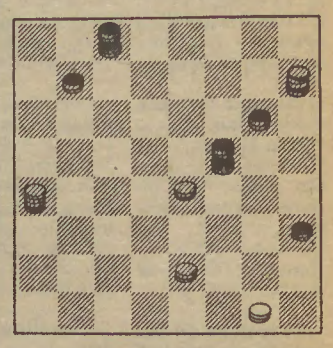
Nota: Comparar a estratégia ganhante desta partida (na coluna h) com a da precedente, a n.º 21!

Chave:
1. Rf1! Bloqueio!
1. ..., Rf3; **2.** Cg5 mate
1. ..., e2+; **2.** Dxe2 mate
1. ..., Cf ad.lib.; **2.** Dg2 mate
1. ..., B ad lib.; **2.** Dç6 mate

■ **A. de M.M.**

Damas

XXII — 17 de Outubro de 1985
PROPOSIÇÃO N.º 22
Por **Mário Diniz Vaz**
«Vamos decifrar» n.º 88, 16-II-48
Pr. 9-(18)-21-28-(31)



Br. 2-6-14-(16)-(25)
Jogam as brancas e ganham

JOGO N.º 22
II Torneio de Ases de Lisboa, 1946
Br. Domingos Pais – **Pr.** Joaquim Nicolau

1. 10-14, 23-19; **2.** 14-23, 28-19; **3.** 5-10, 32-28; **4.** 1-5, 28-23; **5.** 9-13, 21-17; **6.** 5-9, 26-21; **7.** 11-14, 21-18; **8.** 14-21, 25-18; **9.** 6-11, 31-28; **10.** 12-16, 24-20; **11.** 8-12, 18-14; **12.** 11-18, 19-15; **13.** 12-16, 30-15; **14.** 3-6, 17-3; **15.** 4-8, 3-12; **16.** 8-31 emp.

GOLPE N.º 22
(de Luís António David?)

1. 10-14, 23-19; **2.** 14-23, 28-19; **3.** 5-10, 32-28; **4.** 1-5, 28-23; **5.** 10-13, 19-14; **6.** 11-18, 21-14; **7.** 12-16 (A)??? e as Pr. jogam e ganham de golpe! (**Br.** 2-3-4-5-6-7-8-9-13-16, **Pr.** 14-22-23-24-25-26-27-29-30-31 |. **Pr. g.**). No que se julga ser o original do manuscrito de Luís António David, donde extraímos este golpe, há 2 notas: **1.ª**, **«Este golpe é muito interessante dado a sua... de jogada».**

2.ª «A) 12-16 deu a sua derrota pois o lance indicado é 13-18 e não qualquer outro».

SOLUÇÕES (XXII – 17-10-85)

N.º 22 (M. D. Vaz): 16-27, 31-22; 2-5, 18-2; 25-18-31-24+Golpe n.º 22 (L. A. David): **7.** ..., 14-11; **8.** 6-15 (Se: **8.** 7-14, 22-18+), **8.** ..., 23-20; **9.** 16-23, 27-11; **10.** 7-14, 22-18; **11.** 14-21, 26-1 e ganham.

Nota: A proposição n.º 21 (10-10-85) ocorreu em jogo prático!

■ **A. de M. M.**